



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

ISABELLE DIAS SILVESTRE

**“A VÊNUS MODERNA” – DAS MULHERES IDEALIZADAS NAS REVISTAS ÀS MULHERES
REPRESENTADAS EM PROCESSOS CRIMINAIS (Uberlândia - 1950-1980)**

ISABELLE DIAS SILVESTRE

**“A VÊNUS MODERNA” – DAS MULHERES IDEALIZADAS NAS REVISTAS ÀS MULHERES
REPRESENTADAS EM PROCESSOS CRIMINAIS (Uberlândia - 1950-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da
UFU, MG, Brasil.

S587v
2021 Silvestre, Isabelle Dias, 1996-
 “A Vênus Moderna” [recurso eletrônico] : das mulheres idealizadas
 nas revistas às mulheres representadas em processos criminais
 (Uberlândia - 1950-1980) / Isabelle Dias Silvestre. - 2021.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6030>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Carneiro, Deivy Ferreira, 1979-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925
Bibliotecária



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902



Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, Ata 6, PPGHI				
Data:	Cinco de março de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	11912HIS013				
Nome do Discente:	Isabelle Dias Silvestre				
Título do Trabalho:	“A VÊNUS MODERNA” – DAS MULHERES IDEALIZADAS NAS REVISTAS ÀS MULHERES REPRESENTADAS EM PROCESSOS CRIMINAIS (Uberlândia - 1950-1980)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Trabalho e Movimentos Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Violência, interdependência e microstoria				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Marcos Luiz Bretas da Fonseca (UFRJ), Francisco Linhares Fonteles Neto (UERN), Deivy Ferreira Carneiro orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Deivy Ferreira Carneiro, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação internada UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Deivy Ferreira Carneiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 05/03/2021, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Luiz Bretas da Fonseca, Usuário Externo**, em 05/03/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Linhares Fonteles Neto, Usuário Externo**, em 05/03/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2592852** e o código CRC **3BD0B4E8**.

Este exemplar da dissertação intitulada “*A VÊNUS MODERNA*” – *DAS MULHERES IDEALIZADAS NAS REVISTAS ÀS MULHERES REPRESENTADAS EM PROCESSOS CRIMINAIS (Uberlândia - 1950-1980)*, da mestrandia ISABELLE DIAS SILVESTRE, corresponde à redação final aprovada pela Banca Examinadora em 05 de março de 2021, constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro
Universidade Federal de Uberlândia
Orientador

Prof. Dr. Francisco Linhares Fonteles Neto
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Membro Titular

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro Titular

*Dedico a nós, mulheres. Uma singela
contribuição para a história dos relegados.*

AGRADECIMENTOS

Não sou boa com dedicatórias, muito menos com agradecimentos. Não sei expressar em palavras tudo o que eu sinto. Na verdade, não sei expressar nem em palavras nem em atitudes... Mas tentarei.

Primeiramente, agradeço a Deus e à minha família. Agradeço todo o apoio e carinho que me deram durante todos esses anos de graduação e, agora, de mestrado. Agradeço também aos meus amigos, em especial ao Gabriel Barbosa, Kamile Kemp, Mariana Pereira, Mariana Zaninelo, Ciro Macedo e Kassia Maria, por sempre me ouvirem, ajudarem e animarem quando precisei. Ao Elvis Fontes, que tem um lugar especial em meu coração. Obrigada por toda ajuda, por pegar ônibus comigo e ir até o arquivo público, me ajudar a achar matérias nos jornais e revistas; obrigada por sempre me incentivar e não me deixar desanimar.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público de Uberlândia e do Centro de Documentação e Pesquisa (CDHIS) da universidade. Sem eles, este trabalho não seria realizado. Obrigada por todo carinho e amparo. E, em especial, gostaria de agradecer ao meu querido orientador, professor doutor Deivy Ferreira Carneiro.

Tudo começou na graduação, quando encontrei a melhor pessoa para me orientar com o trabalho de conclusão de curso, uma pessoa casca grossa, mas de um coração tão grande e generoso, que me ajudou, me acompanhou e aconselhou por todos esses anos. Deivy Ferreira Carneiro, um grande professor e excelente orientador, que abraçou a minha ideia para monografia e me recebeu de braços abertos para o mestrado. Não tenho palavras para agradecer tanto afeto, ensinamentos e preocupação. Obrigada, querido orientador.

Agradeço também à FAPEMIG pelo financiamento. Espero que ela continue financiando os sonhos de muitos outros alunos.

Obrigada a cada um que me ajudou e me apoiou, mesmo que de longe. Gratidão. Não tenho nem roupa para esse evento.

*Foi o tempo que dedicaste a tua rosa
que a fez tão importante.*

- O Pequeno Príncipe

RESUMO

Essa dissertação de mestrado é resultado da nossa investigação sobre os comportamentos idealizados e transgressores dos sujeitos sociais, sobretudo das mulheres, da cidade de Uberlândia/MG. Por meio das revistas *Manchete* e *Uberlândia Ilustrada*, verificamos como seria o comportamento idealizado para as mulheres da época de 1950 a 1980 e, com os processos criminais, verificamos quais comportamentos eram aceitos e vistos como desviantes para o aparato jurídico. Em nossa pesquisa, procuramos analisar primeiro o nacional, com a revista *Manchete*, para entendermos como são os comportamentos disseminados e idealizados para as mulheres, e depois partimos para o local, com a revista *Uberlândia Ilustrada*, para entendermos quais eram os comportamentos disseminados pela cidade. No final do trabalho, procuramos analisar os sujeitos “reais” com os processos criminais de lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio dos anos 1970-1980. Verificamos, com os processos criminais, que os sujeitos tentam se enquadrar com os comportamentos disseminados pelas revistas, mas que, em alguns casos, os comportamentos não se encaixam para eles. As revistas dialogam com as classes médias e altas, e encontramos nos processos sujeitos de classes médias e baixas. Nossa abordagem, então, teve como recorte a cidade de Uberlândia, localizada no Triângulo Mineiro, entre as décadas de 1950 a 1980, e objetivamos descobrir os comportamentos sociais idealizados e disseminados pela sociedade para entendermos como funcionavam as penas aplicadas nos processos criminais, já que a condenação ou absolvição se dava pelo comportamento idealizado ou transgressor do réu e da vítima.

Palavras-chave: comportamentos; processos criminais; mulheres transgressoras.

ABSTRACT

This master's dissertation is the result of our investigation into the idealized and transgressive behaviors of social subjects, especially women, from the city of Uberlândia / MG. Through the magazines *Manchete* and *Uberlândia Ilustrada*, we verified what the idealized behavior would be like for women from the 1950s to the 1980s and with criminal proceedings we verified which behaviors were accepted and seen as deviant to the legal apparatus. In our research, we tried to analyze first the national issue, with the magazine *Manchete*, to understand how the behaviors are disseminated and idealized for women and then we analyzed the local issue with the magazine *Uberlândia Ilustrada*, to understand what were the behaviors disseminated in the city. At the end of the work, we tried to analyze the “real” subjects with the criminal processes of bodily injury, attempted homicide and homicide from the 1970-1980s. We verified with the criminal processes that the subjects try to fit with the behaviors disseminated by the magazines, but that in some cases, the behaviors do not fit for them. Magazines talk to the middle and upper classes and we find subjects in the middle and lower classes in the processes. Our approach, then, was the city of Uberlândia, located in the Triângulo Mineiro, between the 1950s and 1980s, and we aimed to discover the social behaviors idealized and disseminated by society in order to understand how the penalties applied in criminal processes worked, since the condemnation or acquittal was due to the idealized or transgressive behavior of the defendant and the victim.

Keywords: Behaviors; criminal proceedings; transgressive women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matéria da revista <i>Manchete</i>	20
Figura 2 – Matéria da revista <i>Uberlândia Ilustrada</i> para mostrar a semelhança com a revista <i>Manchete</i>	23
Figura 3 – Atriz britânica Joan Collins revela seus “segredos” de beleza.....	30
Figura 4 – Matéria – “A mulher de 1955”.....	31
Figura 5 – Matéria dizendo como as mulheres que trabalham fora de casa devem se vestir.	35
Figura 6 – Matéria do produto <i>Toni</i>	37
Figura 7 – Propaganda da <i>Westclox</i>	40
Figura 8 – Matéria – “7 mandamentos para ficar bonita”.....	43
Figura 9 – Matéria – “Lua de mel hoje e... sempre”.....	45
Figura 10 – Matéria do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> sobre o aumento do custo de vida em 1975 e as consequências para a dona de casa.....	48
Figura 11 – Matéria – “... E domingo no lar”.....	51
Figura 12 – Anúncio do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> contratando moças para operadora de máquinas.....	60
Figura 13 – Página da revista <i>Uberlândia Ilustrada</i> e algumas semelhanças com a <i>Manchete</i>	62
Figura 14 – Matéria da revista <i>Uberlândia Ilustrada</i> retratando uma farmacêutica uberlandense.....	63
Figura 15 – Mulheres mineiras retratadas na revista <i>Uberlândia Ilustrada</i>	64
Figura 16 – “A missão da mulher na terra”.....	66
Figura 17 – Matéria sobre a cultura da mulher moderna.....	68

Figura 18 – A mulher moderna, segundo a revista <i>Uberlândia Ilustrada</i>	69
Figura 19 – “Três receitas para um casamento feliz”	71
Figura 20 – Anúncio da marca <i>Walita</i> com sugestões de presentes para o Dia das Mães retirado do jornal <i>Correio de Uberlândia</i>	72
Figura 21 – Anúncio do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> informando sobre marginais agindo na cidade.....	80
Figura 22 – Matéria que retrata a queda no índice de crimes na cidade de Uberlândia.....	81
Figura 23 – Matéria do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> sobre as obras do governo municipal na cidade.....	84
Figura 24 – Matéria exaltando a criação de mais duas Faculdades na cidade, a de Direito e a de Filosofia, em 1960.....	86
Figura 25 – A comemoração pela criação da Faculdade de Medicina na cidade.....	87
Figura 26 – Matéria – “1970: a década da industrialização”.....	88
Figura 27 – Matéria do jornal sobre o ICM arrecadado no ano de 1975.....	89
Figura 28 – Matéria do jornal relatando sobre o contraste de Uberlândia, o progresso e a pobreza, de 1952.....	91
Figura 29 – Matéria da revista <i>Manchete</i> sobre São Paulo e o rigoroso policiamento no período de 1955.....	96
Figura 30 – Continuação da matéria de São Paulo retratando sobre a campanha policial.....	98
Figura 31 – Matéria discorrendo sobre a prostituição nas ruas centrais da cidade.....	101
Figura 32 – Capa do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> noticiando o crime do processo nº 139 que se encontra no CDHIS.....	122
Figura 33 – Retrato do acusado Mamede Júnior do processo nº 139.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os casos masculinos e a relação com as vítimas.....	120
Quadro 2 – Profissões dos homens acusados.....	126
Quadro 3 – Profissão das mulheres vítimas dos processos criminais.....	135
Quadro 4 – Relação com a vítima nos casos femininos.....	142
Quadro 5 – Profissão das mulheres acusadas de lesões corporais.....	144
Quadro 6 – Condenação das acusadas nos processos criminais.....	145

SUMÁRIO

1	IMAGENS FEMININAS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	18
1.1	O papel da imprensa na formação do imaginário social	24
1.2	A representação nacional da mulher idealizada no imaginário social através da revista Manchete.....	27
1.3	As instituições e as tentativas de disciplinarização das mulheres	52
1.4	A representação local da mulher idealizada no imaginário social através da revista Uberlândia Ilustrada.....	61
2	MULHERES TRANSGRESSORAS E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA	75
2.1	Uberlândia, a cidade do “progresso e da civilização”	78
2.2	A (des)ordem de Uberlândia: mulheres prostitutas, um mal necessário	94
2.3	A preocupação dos juristas: a família tradicional brasileira	103
2.4	As mulheres dos processos criminais e as tensões com as mulheres idealizadas	109
3	OS SUJEITOS TRANSGRESSORES DOS PROCESSOS CRIMINAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES	115
3.1	Os processos criminais: quem são esses sujeitos perturbadores da ordem?.....	118
3.1.1	Os casos masculinos e suas justificativas para o crime passional	119
3.1.2	As vítimas femininas e seus comportamentos idealizados e transgressores pela ótica do aparato jurídico	132
3.1.3	Mulheres transgressoras: de vítimas às acusadas	142
	Uma análise de seus comportamentos e dos crimes cometidos	142
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	155

INTRODUÇÃO

Desde o começo da graduação, interessei-me pelo tema da violência e estudos feministas, procurando estudar a história dos excluídos e dar visibilidade a estes. Por isso, a escolha do tema, violência contra as mulheres, foi algo que emergiu de maneira natural ainda na graduação, quando conversei com o prof. dr. Deivy Ferreira Carneiro¹, e ele contou sobre sua especialização em violência e o seu trabalho com as fontes criminais. Desse modo, ingressei nos estudos de violência e escrevi a monografia sobre a violência de gênero no município de Uberlândia nos anos de 1970 a 1980. As fontes utilizadas foram os processos criminais de homicídio, mais especificamente, 16 casos de homicídio, que se encontram no CDHIS².

Com o fim da graduação e da monografia, a vontade de ampliar o conhecimento e a pesquisa me fez pensar na possibilidade do mestrado. Durante todo o processo seletivo, mantive o foco no tema e na fonte criminal, pois sabia que queria continuar na linha de História Social. Foi através da entrevista que meu horizonte de fonte se expandiu, e continuo trabalhando com os processos criminais, mas, através de uma indicação dos professores da linha de pesquisa, resolvi trabalhar também com a fonte publicitária, mais especificamente, com o jornal *Correio de Uberlândia* e com as revistas *Manchete* e *Uberlândia Ilustrada*.

Frente a esse desafio de incluir outras fontes e fazer um paralelo entre elas, consegui de forma satisfatória contrapor alguns pontos encontrados nos processos criminais com a fonte publicitária e até justificar alguns outros pontos. Isso quer dizer que a publicidade me ajudou a perceber o papel da mulher e do homem na sociedade, suas funções e o modelo ideal a ser seguido por eles. Nas revistas, as mulheres são belas, magras e elegantes, donas de suas casas, mães e esposas dedicadas e, quando precisam trabalhar, são ensinadas a se comportarem e a se vestirem, tudo de acordo com o modelo ideal de mulher para a época. Analisamos, por intermédio dessas fontes, que o público-alvo das propagandas são mulheres de classe média e alta, em sua maioria, mães e esposas em tempo integral. Em contraposição, deparamo-nos com as mulheres presentes nos processos criminais. As mulheres vítimas de

¹ Professor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Escreveu vários trabalhos, livros e fez sua dissertação de mestrado e tese de doutorado sobre violência e criminalidade.

² O Centro de Documentação e Pesquisa em História se encontra no bloco 1Q, dentro da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, localizada no campus Santa Mônica, em Uberlândia. O espaço é aberto, sempre monitorado por servidores públicos que auxiliam no manuseio dos documentos. A sua finalidade é guardar, preservar, restaurar e arquivar documentos históricos que guardam a memória do município de Uberlândia. A maioria do seu acervo foi doada para a Universidade, principalmente por pessoas de arquivos públicos; alguns documentos que seriam jogados fora, hoje, encontram-se guardados no CDHIS.

violência são, em sua maioria, domésticas que trabalham para o sustento da casa e de seus filhos, que muitas vezes não se encaixam no padrão idealizado das revistas, e algumas são mães solteiras ou amasiadas (“juntadas” com outros homens que não fossem seus maridos) que não têm tempo para se arrumarem ou cuidarem de si, da sua pele, cabelo e corpo.

Contudo, mesmo não sendo o modelo idealizado nas revistas (bem como idealizado por outras instituições sociais como família, justiça, escola, etc.), os sujeitos sociais encontrados nos processos criminais tentam seguir certos padrões idealizados pela mídia. Observamos isso através dos testemunhos dos processos criminais, nos quais esses sujeitos ou até mesmo outras testemunhas falam sobre a conduta da vítima e do acusado. No caso da vítima, os testemunhos tentam avaliar seu comportamento sexual, sua vestimenta, se é uma boa esposa, mãe e trabalhadora. Já no caso do acusado, os testemunhos tentam avaliar se o homem é de bom comportamento, se possui vícios como cigarro, bebidas e jogos, se é trabalhador, bom pai e esposo e se sustenta a família. Essa avaliação, que é feita, inclusive, pelos advogados e promotores, mostra-nos que a conduta e o comportamento social têm um peso considerável no julgamento dos crimes, podendo levar até a uma aplicação de *sursis*³, dependendo da gravidade e dos antecedentes.

Vale ressaltar que nos pautamos nos seguintes crimes: lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio. Analisamos 85 processos ao total, entre os quais, analisamos casos em que as vítimas são mulheres e os acusados são homens e casos em que as vítimas são homens e/ou mulheres e as acusadas são mulheres, com o intuito de entendermos “a relação homem-mulher e os direitos e deveres que a elas dizem respeito”⁴.

Um dos elementos inspiradores para a escolha desses processos foi a leitura do inventário dirigido por alguns professores da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, chamado *Repensando as relações de gênero nos processos crimes em Uberlândia – 1970-1980*⁵. O inventário catalogou todos os processos criminais presentes no CDHIS nos quais

³ Sursis “é a suspensão da execução da pena privativa de liberdade imposta sob determinadas condições. Visa reeducar criminosos, impedindo que os condenados a penas reduzidas sejam privados de sua liberdade”. Sursis. **DireitoNet**, 2009. Disponível em: < <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/291/Sursis>> Acesso em: 12 ago. 2020.

⁴ CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 22.

⁵ Projeto feito pelo núcleo do NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia. Este projeto visou organizar e investigar os processos criminais arquivados o CDHIS recolhendo dados sobre as representações sociais que geram a violência de gênero. No inventário realizado pelos pesquisadores Dulcina T. B. Borges, Edmar H. D. Davi, Eliana S. Ferreira, Jane F. S. Rodrigues e Vera L. Puga, eles reuniram somente os processos em que o acusado era homem e os crimes eram cometidos contra as mulheres. Dentro dos processos analisados, existem o de adultério, bigamia, tentativa de homicídio, lesões corporais,

encontramos as relações de gênero – homem-mulher/mulher-homem/mulher-mulher. Podemos encontrar no inventário os crimes de sedução, estupro, lesão corporal, tentativa de homicídio, homicídio, entre tantos outros. Esse documento, então, é o principal elemento que nos ajudou a justificar o recorte cronológico escolhido, além de nos ajudar com a questão de gênero e do crime analisado. Outro ponto é que observamos uma enorme quantidade de processos criminais no arquivo consultado, o que facilitava ainda mais a nossa pesquisa.

Os processos são utilizados pelas ciências humanas desde o final da década de 1960 e, principalmente, a partir dos anos de 1980, como fonte primordial para o entendimento do aparato judicial e valores sociais presente na sociedade. Os processos criminais como fontes históricas não nos oferecem apenas a perspectiva daqueles que constroem os processos, como advogados, promotores, delegados e escrivães de polícia, mas eles também são ricos em testemunhos, apresentando-nos inúmeras normas sociais de uma determinada época estudada. Isto quer dizer que a leitura desses processos é capaz de revelar cenas da vida cotidiana e seus valores.⁶ A tentativa é a de entender como tais sujeitos interpretavam o que era aceito como norma moral para suas vidas, quais eram seus costumes, suas tradições e suas regras de conduta. Assim sendo, seria como identificar quais eram os valores que tais sujeitos introjetavam para si em suas vidas cotidianas.

Em suma, como já foi relatado acima, a lógica empregada e que aparece com muita frequência nos processos criminais é “aquela que não julga o crime propriamente dito, mas faz uma avaliação da vida da vítima e do acusado na tentativa de mostrar a adequação de cada um deles ao que se imagina deveria ser o comportamento correto de um marido e de uma esposa”⁷. Logo, podemos dizer que os processos criminais carregam julgamentos e valores sociais, mostrando que o aparato judicial julga primeiro os agentes, seu comportamento perante a sociedade e, depois, o crime propriamente dito.

Por fim, para a escolha da publicidade dos valores e normas sociais esperados das mulheres, resolvemos partir, então, de uma revista de circulação nacional que tinha visibilidade em várias outras cidades além do Rio de Janeiro, a revista *Manchete*, e uma revista local, a *Uberlândia Ilustrada*. Encontramos semelhança entre as duas revistas, uma vez que Jerônimo Arantes, o dono da revista local, utilizava como modelo a revista *Manchete*

estupros, sedução, homicídios, etc. Trata-se de um inventário bem amplo e rico de informações, o qual auxiliou muito o presente trabalho.

⁶ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita. **Quando a vítima é mulher**: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 78.

⁷ Ibidem, p. 63-64.

para escrever seus textos, publicar matérias femininas e até mesmo posar suas modelos para as fotos. Com as revistas, encontramos uma tendência de comportamento feminino e masculino: a revista nacional nos ajudou a entender o que estava acontecendo no Brasil como um todo, possibilitando uma análise macrossocial, para, então, entendermos parte da mentalidade da cidade de Uberlândia. Foi preciso analisar o todo para chegar à parte, com a revista *Uberlândia Ilustrada*. Essa forma de estudar o “macro” e o “micro” nos ajudou a perceber que a cidade não vivia um período isolado; assuntos que eram correntes em Uberlândia também estavam acontecendo em outras partes do país naqueles anos. A forma de ver e pensar a figura feminina (e a masculina) era uma forma vendida e difundida por todo o território, não sendo um caso isolado da cidade.

A escolha pelo jornal se deu através do inventário *Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais. Uberlândia – 1900/1980*⁸. Esse documento nos deu todos os caminhos possíveis para a pesquisa. Nele, encontramos tabelas de inúmeros jornais e revistas, os anos das publicações, o conteúdo que era de relevância para a pesquisa, a data e a pasta em que se encontravam. Esse inventário nos ajudou com a escolha do jornal *Correio de Uberlândia*, pois encontramos várias fontes catalogadas, e o arquivo público disponibilizou todas elas. Além disso, o que mais pesou na escolha desse jornal foi o fato de tratar-se de um jornal da cidade, escrito e redigido por uberlandenses, com matérias da cidade e pensamentos da sociedade. Esse inventário foi crucial para a escolha e a amplitude da época estudada. Desse modo, resolvemos analisar os anos de 1950 a 1980 para entendermos melhor a cidade nesse período, o crescimento populacional, a ideia de modernização e o progresso que estava acontecendo no imaginário, para depois analisarmos os crimes de violência de 1970 a 1980.

O jornal *Correio de Uberlândia* foi utilizado como uma fonte para analisar os crimes cometidos, a forma como eram descritos, como se descrevia a cidade de Uberlândia, o que acontecia na cidade, qual era o pensamento da época e os valores que pregados. O jornal nos ajudou a recriar uma das possíveis perspectivas de Uberlândia entre 1950 e 1980, uma cidade em crescimento populacional, com ânsia de crescimento econômico e de investimentos, visando-se a modernidade. Nos jornais, encontramos os sujeitos desviantes – aqueles que encontramos também nos processos –, como as prostitutas, os viciados e “vagabundos”. Nesse meio publicitário, observamos que, apesar de a cidade passar por um momento de

⁸ Inventário realizado por professoras da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Maria Clara Tomaz Machado e Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes. Esse inventário tem um amplo acesso de conteúdo, ótimo para quem estuda história local e quer trabalhar com fontes publicitárias.

suposta modernização e de crescimento populacional, a pobreza era mascarada e pouco difundida nesse meio: o foco era a cidade progressiva e ordeira, seu crescimento e desenvolvimento a cada ano e como a polícia agia para deter os sujeitos fora dos padrões da época.

Consideramos este trabalho, apesar do tempo um pouco distante, de extrema importância e atual, uma vez que o Brasil está caminhando para liderar o ranking mundial da violência contra a mulher devido ao decreto que facilita a posse de arma de fogo no país, assinado pelo então presidente, Jair Messias Bolsonaro. A medida, que para alguns é protetiva, para a maioria das mulheres é vista como alarmante. Para entendermos a gravidade, dos sujeitos dos 85 processos analisados: nove eram amasiados; 19 casados; oito amantes; oito ex-casais; um namorados; um pai e filha; nove parentes (sogra, cunhada, sobrinha e irmãos); três vizinhos; 25 não tinham relações diretas (por exemplo: a mulher foi agredida por não querer namorar o acusado; a mulher pediu para o homem bêbado sair do hotel em que ela trabalhava e foi ameaçada com canivete; o réu esfaqueou a vítima, pois ela não aceitou o assédio sofrido dentro do ônibus; entre tantas outras barbaridades); dois não informados. Apesar de 25 não terem relações com a vítima, três serem vizinhos e dois não informados, em 55 processos, a vítima tinha relação direta com seu acusado. Isso mostra que a maioria das vítimas conheciam seus agressores, eram casadas ou tiveram algum tipo de relação com eles, seja matrimonial ou de parentesco. Mais da metade dos feminicídios (termo atual) acontece dentro de casa.⁹ Ainda assim, o Brasil, em 2021, está caminhando para facilitar a posse de armas de fogo para os “cidadãos de bem”.

Em janeiro de 2020, um relatório divulgado pela organização internacional *Human Rights Watch* apontou “que o Brasil enfrenta uma epidemia de violência doméstica”¹⁰. No ano de 2017, de 4.539 mulheres assassinadas, 1.133 foram vítimas de feminicídio. “Os números podem ser ainda maiores ao considerar que muitos casos não são enquadrados corretamente como violência de gênero.”¹¹ A taxa de homicídios de mulheres no Brasil é maior que em

⁹ GUSTAFSON, Jessica. Brasil caminha para liderar ranking mundial da violência contra mulher. **UOL**, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65247/brasil-caminha-para-liderar-ranking-mundial-da-violencia-contra-mulher>> Acesso em: 14 ago. 2020.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ GUSTAFSON, 2020.

qualquer outro país que compõe o OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), na qual figuram 36 nações.¹²

Ainda em 2017, 87 mil mulheres morreram vítimas de feminicídio, em todo o mundo, segundo o relatório publicado pelas Nações Unidas. Mais da metade das vítimas (58%), cerca de 50 mil, foram assassinadas por conhecidos – companheiros, ex-maridos ou familiares. De acordo com a pesquisa, isso significa que seis mulheres morrem a cada hora vítimas de feminicídio em que os acusados são conhecidos.¹³ Infelizmente, esse número só aumenta.

Nesse cenário, o Brasil é o 5º país em mortes violentas de mulheres no mundo, e esse número só tende a aumentar, inclusive na quarentena, em razão da nova pandemia do coronavírus. O número de denúncias feitas por telefone aumentou quase 18% durante os nove primeiros dias de confinamento social. No Rio de Janeiro, um dos estados com maior número de casos de feminicídio, os pedidos de medidas protetivas aumentaram em 50%. Em 2018, o país registrou um total de 66.041 casos de estupro, e mais de 1,2 mil mulheres foram vítimas de feminicídio, 4% a mais do que em 2017.¹⁴ Esses dados nos fazem indagar sobre essa temática e, apesar de recentes, incitam-nos a procurar os motivos para tais fatos no passado.

Em suma, buscamos compreender, por meio dos documentos, a violência perpetrada contra as mulheres, analisando valores e práticas presentes no cotidiano da época que são dissipados pelas revistas e jornais, como as relações sociais, os comportamentos dos indivíduos e a questão de honra e virilidade masculina.

Por conseguinte, cabe dizer que nosso trabalho será dividido em três capítulos. Dedicamos o primeiro deles à revista *Manchete* e à *Uberlândia Ilustrada*, mostrando como elas idealizavam o corpo feminino, qual era o tipo ideal de mulher para a época, as instituições disciplinadoras e o comportamento feminino adequado. No segundo capítulo, fazemos uma breve contextualização de Uberlândia com auxílio do jornal *Correio de Uberlândia*, mostrando como a sociedade estava crescendo e se desenvolvendo; o sonho de

¹² GUSTAFSON, 2020.

¹³ Seis mulheres morrem a cada hora em todo o mundo vítimas de feminicídio por conhecidos, diz ONU. **G1**, São Paulo, 26 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/26/seis-mulheres-morrem-a-cada-hora-vitimas-de-feminicidio-por-conhecidos-em-todo-o-mundo-diz-onu.ghtml>> Acesso em: 14 ago. 2020.

¹⁴ Edição Brasil: EFE. ONU Mulheres debate aumento de feminicídios no Brasil em Fórum Virtual da Efe. **UOL**, São Paulo, 25 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/05/25/onu-mulheres-debate-aumento-de-feminicidios-no-brasil-em-forum-virtual-da-efe.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 14 ago. 2020.

grupos da cidade em construir uma cidade modelo e disciplinada; o contraste encontrado na cidade e o desespero de uma parcela da população para censurar os sujeitos desviantes.

Na segunda parte desse mesmo capítulo, saímos do mundo idealizado que a revista escreve para entrarmos numa certa realidade propriamente dita. Assim, mostramos o caos, as prostitutas, o sentimento de repúdio em ter que viver com as “moças de vida fácil” e a pobreza, além da preocupação com a “família tradicional brasileira”. Pretendemos mostrar a dualidade que existe entre as mulheres das revistas e a dos processos criminais, e como os crimes eram julgados através dos comportamentos sociais dos envolvidos.

No último capítulo, entramos com a parte dos processos criminais e analisamos os comportamentos idealizados e desviantes de forma mais aprofundada. Nessa última parte, unimos todos os capítulos em um só, mostrando os comportamentos adequados e disseminados pelas revistas locais bem como os comportamentos desviantes e transgressores, observando até que ponto a sociedade uberlandense é moderna e ordeira e até que ponto esse discurso não passa de uma imagem forjada e vendida. Podemos dizer que o último capítulo é o *gran finale* da pesquisa, no qual analisamos os sujeitos sociais, observamos os comportamentos e fazemos uma análise quantitativa e qualitativa dos processos criminais.

Por fim, gostaríamos de ressaltar também que, devido à pandemia do novo coronavírus e ao período em que nos encontramos ao longo de 2020 e 2021 (quarentena, fase vermelha, *lockdown*), o trabalho sofreu um pouco de mudanças e desafios. Nossa fonte principal eram os processos criminais, mas as aulas presenciais foram suspensas, as faculdades fechadas e os serviços que não eram essenciais foram interrompidos por tempo indeterminado. Com o fechamento da faculdade, o CDHIS também encerrou suas atividades presenciais e, por isso, não conseguimos mais acesso aos processos. Por sorte, fotografamos a maioria dos processos (em que os homens eram os acusados e as vítimas mulheres) para escrever a pesquisa.

Em setembro do ano passado, com sugestão da banca no dia da qualificação, resolvemos ampliar os processos e analisar os casos em que as mulheres também eram as acusadas. Contudo, como esse não era o foco anterior, não tinha fotografado os dezessete processos em que as mulheres eram as acusadas. Assim, encontrei apenas seis processos fotografados, e foi com esse material que fiz a discussão. Com ajuda do inventário, consegui colher dados essenciais para a construção da imagem das acusadas, das vítimas, saber idade, profissão, o crime, a arma utilizada, etc; mas, não consegui analisar os testemunhos e os casos a fundo, apenas os resumos de cada caso. A pesquisa sofreu um pouco com essa questão, de

modo que tivemos que ajustá-la com o material encontrado. Apesar das dificuldades, sinto que conseguimos entregar um ótimo trabalho, uma boa análise e fazer uma boa discussão.

1 IMAGENS FEMININAS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Este capítulo objetiva analisar determinados valores culturais e comportamentais através dos jornais e revistas, entre os anos de 1950 a 1970 em Uberlândia, valores e comportamentos que eram dissipados pelas mídias locais e nacionais e absorvidos (não sem contradições e críticas) pelas famílias e pelas sociedades.

Consideramos que os meios midiáticos contribuem para a produção de um imaginário. Esse imaginário é moldado por meio de uma identidade, com elaboração dos modos de autorrepresentar-se, com a distribuição dos papéis sociais, crenças e valores presentes em cada sociedade e temporalidade. Esse elemento tão importante “é um reforço dos sistemas vigentes quanto força transformadora do social. Assim, o imaginário regula a vida em sociedade, especialmente o poder e a autoridade”¹⁵.

Os padrões culturais e comportamentais são dissipados nas sociedades por intermédio do imaginário social, ou seja, pelo que a população e a imprensa imaginavam como o adequado, idealizado, sem defeitos, para representar, por exemplo, a mulher ideal, o homem ideal, a família ideal brasileira.

Para melhor compreensão, esclarecemos que nosso objetivo neste capítulo é analisar as relações e os valores idealizados acerca dos comportamentos de mulheres e homens que norteavam o Brasil e a cidade de Uberlândia, para, assim, entendermos, oportunamente, alguns dos valores apresentados nas defesas dos advogados e promotores bem como nas mentalidades dos juristas e dos juizes. Por esse motivo, precisamos observar a jurisprudência da época, a sociedade e os valores que perpassavam os âmbitos nacional e local. Para tanto, utilizamo-nos das revistas e jornais escritos no período em análise

Trabalhamos, nesta primeira parte, com a questão do micro e do macro, uma vez que, para alcançar nosso objetivo, analisamos o nacional (macro – com ajuda da revista *Manchete*)

¹⁵ PIRES, Monique Vidal. **Mulheres em profusão**: imagens das mulheres na propaganda impressa brasileira (1957 a 1997). 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. p. 14.

e o local (micro – com ajuda da revista *Uberlândia Ilustrada* e do jornal *Correio de Uberlândia*).

Abrimos a pesquisa, então, com a revista *Manchete*, uma revista elaborada na localidade do Rio de Janeiro (capital), mas com circulação de parâmetro nacional. A revista surge na imprensa brasileira com a intenção de fazer frente à líder de vendas, a revista *O Cruzeiro*. Contudo, a *Manchete* era feita por uma equipe reduzida, o que corresponde a uma escassez de páginas. Enquanto a *Manchete* estreava nas bancas, em 1952, com 40 páginas, passando, nos anos seguintes (1953, 1954 e 1955), a entregar 60, 68 páginas, *O Cruzeiro* chegava às bancas com, no mínimo, 118 páginas, podendo atingir 162 páginas.¹⁶ Essa desvantagem fez com que a revista em questão pensasse em uma outra maneira de agradar ao público.

Desse modo, o periódico apostou em reportagens originais, fotos de impacto, serviços fotográficos exclusivos de agências estrangeiras e grande colaboração literária.¹⁷ Uma peculiaridade da *Manchete* é que ela se preocupava mais com o lado ficcionista do que com o jornalístico, posto que produzia textos baseados em fotos frias, ou seja, fotos de arquivos, usadas apenas para ilustrar a matéria, sem vínculo com o texto.¹⁸ Normalmente, essas fotos eram de países remotos, sem identificação precisa e envolvendo pessoas famosas.¹⁹ Para melhor visualização da questão das imagens frias, apresentamos abaixo (Figura 1) uma página da revista.

¹⁶ PIRES, 2007, p. 24.

¹⁷ Ibidem, p. 24.

¹⁸ Ibidem, p. 24-25.

¹⁹ Ibidem, p. 25.

Figura 1 – Matéria da revista *Manchete*



Fonte: Revista Manchete, n. 131, de 23 de outubro de 1954.

Assim que olhamos para a página, observamos duas fotografias, uma masculina e outra feminina. Mesmo uma pessoa leiga no assunto consegue notar que esses dois modelos não são brasileiros e não são trabalhadores quaisquer. Na verdade, fazendo uma análise rápida, percebemos que se trata de pessoas famosas posando para a foto, e o que comprova isso é o nome da modelo que está ao lado da fotografia, em letras menores – *Virginia Gibson*. Em 1954, Virgínia era uma conhecida dançarina, cantora e atriz de filmes, televisão e musical americanos, mas o que estava fazendo em uma reportagem brasileira?

A revista *Manchete* coletava essas fotos de atores e atrizes americanos, as famosas fotos frias, para complementar e dar destaque ao que eles estavam apresentando. No caso dessa página, ela está fornecendo algumas informações sobre a moda masculina, e, para que o homem se interessasse por esse assunto, era preciso atrair suas companheiras, já que eram elas o público principal da revista e as que cuidavam das roupas de seus maridos. Para isso, a revista mostra que, em *hollywood*, isso também importa, complementando, assim, com um galã de cinema *hollywoodiano*. A outra reportagem explica que “os homens preferem as tímidas”, como o próprio título sugere, então por que não colocar uma foto de uma atriz

hollywoodiana? Ela seria a referência perfeita de uma mulher em busca de um marido, tímida, que não é autossuficiente, frágil (intelectual e economicamente) e feminina, não?!

Outra referência que podemos observar dessas matérias é que elas se enquadram nas páginas dedicadas às mulheres. Os dirigentes das revistas, principalmente de *O Cruzeiro* e da *Manchete*, “optaram por uma comunicação mais dirigida ao público feminino, um grande potencial consumidor pouco explorado pela mídia da época”²⁰. “Assim, sendo as mulheres o público-alvo da revista, acabavam influenciando as famílias para o consumo de novos produtos.”²¹

Pensando nisso, a revista dispõe, em cada edição, de uma a duas páginas de matérias exclusivas para as mulheres, com dicas de beleza, vestimenta, casamento e assuntos matrimoniais. Essas páginas são chamadas de *Manchete Feminina* e encontram-se mais para o final da revista, após a página 40, como podemos ver: Revista *Manchete* nº 105 – 1 página – p. 47; Revista *Manchete* nº 108 – 2 páginas – p. 46 e 47; Revista *Manchete* nº 117 – 2 páginas – p. 44 e 45; Revista *Manchete* nº 121 – 1 página – p. 44.; Revista *Manchete* nº 128 – 2 páginas – p. 45 e 46; Revista *Manchete* nº 131 – 2 páginas – p. 44 e 45; Revista *Manchete* nº 145 – 1 página – p. 42; Revista *Manchete* nº 157 – 2 páginas – p. 41 e 42.

Essa nova forma de dar destaque para as matérias, apresentar páginas exclusivas com dicas e assuntos femininos e ilustrar as páginas e as matérias com atores americanos parece ter dado certo. Apesar de não conseguir competir com o número de matérias de *O Cruzeiro*, a revista conseguiu chamar a atenção dos leitores com suas matérias originais e modelos estrangeiros para representarem o “real”, ganhando destaque e reconhecimento nacional e conseguindo se manter no mercado até a crise da sua editora, a *Bloch Editores*.

Com efeito, sua influência foi tão grande que conseguimos ver um pouco dela em uma revista local de Uberlândia. De acordo com Sandra Cristina de Lima, Jerônimo Arantes, o autor da revista *Uberlândia Ilustrada*, buscava inspiração em outros periódicos de publicação nacional para a elaboração da sua revista. Segundo Lima, foram encontradas anotações em um recorte da capa de uma revista arquivada em meio à documentação de Arantes.

No referido recorte, ele grifou a foto de um retrato feminino e ressaltou que deveria utilizar aquela mesma diagramação no número que estava elaborando de sua própria revista. Embora no recorte não conste o título do

²⁰ SERPA, Leoní. **Modernidade, mulher, imprensa: O Cruzeiro no Brasil de 1928-1945**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 69.

²¹ *Ibidem*, p. 70

periódico, pensamos que se tratava de *Manchete*, pois o formato aproxima-se muito dessa revista carioca, e Arantes parecia conhecê-la bem, pois possuía em sua biblioteca os 16 primeiros números publicados no ano de 1952.²²

Distante das capitais, onde se encontravam bastantes recursos, mão de obra, editoras e gráficas especializadas para produção periódicos, o proprietário da *Uberlândia Ilustrada* teve que superar os obstáculos e vencer as dificuldades que encontrava pelo caminho.²³ Arantes teve que pensar as matérias e organizar a revista para que ela não caísse em esquecimento.

O ponto-chave para a revista ganhar maior visibilidade na cidade foi a busca por inspirações em outros periódicos de circulação nacional, como vimos acima. No período de 1935 a 1961, foram publicados 28 números da revista *Uberlândia Ilustrada*. A longevidade desse periódico contrariou muitos pessimistas, inclusive um colega de Arantes, que duvidava da possibilidade de êxito do periódico. Segundo os críticos, “santo de casa não faz milagre.”²⁴

Ao fazer o prognóstico negativo acerca da sobrevivência da revista, aquele amigo talvez estivesse levando em conta, além do suposto desinteresse da população pela leitura e o histórico de fugacidade registrado na imprensa brasileira, a ambição do projeto jornalístico de Arantes. De fato este era deveras audacioso, pois o periódico caracterizava-se pelo ecletismo dos temas abordados, anunciado no cabeçalho das suas primeiras páginas, do qual constavam as suas áreas de abrangência, que compreendiam respectivamente: literatura, história, comércio, indústria, agricultura, pecuária, estatística, viação, instrução e genealogia.²⁵

O conteúdo da revista era totalmente eclético: “anúncios de casas comerciais, pequenas indústrias; publicações de dados estatísticos das escolas; passando pela apologia dos feitos das ‘promissoras’ famílias de Uberlândia, no resgate da história da cidade e região — cujo trabalho de pesquisa e redação era executado pelo próprio Arantes”²⁶. “Pelos temas abordados, é possível inferir que a revista se dirigia a todos os membros da ‘família uberlandense’ e das demais famílias do Triângulo Mineiro, perfazendo, portanto, um amplo espaço de inserção social.”²⁷

De acordo com Lima, a generalidade das matérias refletia-se no variado público leitor ao qual a revista destinava-se.²⁸ No entanto, não temos as tiragens das revistas e, por isso, não sabemos se o público leitor aumentou conforme as edições nem se o público era tão variado

²² LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Uberlândia Ilustrada, 1935 a 1961: a revista e seu editor*. **Revista História & Perspectiva**, Uberlândia, v. 36-37, p. 209-246, 2007. p. 213.

²³ *Ibidem*, p. 211.

²⁴ LIMA, Sandra, 2007, p. 210.

²⁵ *Ibidem*, p. 213.

²⁶ *Ibidem*, p. 214.

²⁷ *Ibidem*, p. 227.

²⁸ LIMA, Sandra, loco citato.

assim. Portanto, o que podemos deduzir é que a generalidade das matérias pode ser pela sofisticação do leitor, que, ao longo do tempo, vai ampliando seus interesses e discussões, interessando-se, assim, por novos e variados assuntos.

Dentro do periódico, também existiam páginas dedicadas ao público feminino, chamadas de *Página Feminina*, nas quais havia poemas, sonetos e versos.²⁹ Arantes publicava poesias de sua autoria, assim como de outros autores reconhecidos nacionalmente e poetas locais, como Clóvis Cesar, Zulma Bessa, Honório Guimarães, entre outros.³⁰ Nas “páginas femininas” também encontravam-se informações sobre concursos de beleza, dicas de beleza, como receitas para tratar os cabelos e a pele. Por fim, em alguns números, a revista homenageava mulheres que se destacavam em alguma atividade local, publicava fotografias de professoras, mulheres poetisas junto com seus poemas e mulheres de políticos, o que lhes rendia entusiasmados elogios.

Figura 2 – Matéria da revista *Uberlândia Ilustrada* para mostrar a semelhança com a revista *Manchete*



Fonte: Revista *Uberlândia Ilustrada*, n. 18, março de 1955.

²⁹ LIMA, Sandra, 2007, p. 214.

³⁰ *Ibidem*, p. 227.

Contemplando essa página da revista *Uberlândia Ilustrada* de 1955, observamos três fotos de mulheres e o título da matéria “Reinado da graça e formosura”. Assim como a revista *Manchete*, em que as “páginas femininas” retratavam mulheres consideradas belas, posadas para a foto, com um leve sorriso no rosto, aparência mais discreta e uma maquiagem leve, a revista *Uberlândia Ilustrada* faz o equivalente. Do mesmo modo que a *Manchete* retratava em suas revistas as modelos, cantoras e atrizes – as mulheres belas –, a *Uberlândia Ilustrada* também se utilizava dessa semelhança, retratando, nessa página, por exemplo, as “princesas” vitoriosas do concurso da cidade.

A semelhança em retratar essas mulheres belas da cidade mostra como Arantes trouxe para a revista algo de circulação nacional. Concursos de beleza para escolher a *miss* Brasil e a *miss* universo começaram a ser retratados pelos periódicos da época³¹, era lucrativo. Além disso, a nomeação das páginas com conteúdo para as mulheres de “Página Feminina” é outra inspiração que Arantes buscava na revista de circulação nacional para aplicar na cidade.

Isso demonstra que as matérias que ganhavam destaque na revista *Manchete* eram parecidas com as matérias da revista *Uberlândia Ilustrada*: a forma de colocar a mulher na revista; as mulheres como o foco da estética; mulheres jovens e belas. Toda semelhança não é mera coincidência. Com isso, percebemos que precisamos partir de uma análise mais nacional para apreendermos os valores e costumes que estavam circulando na época, pois essas questões são características desse período retratado (1950-1970) e não uma característica isolada pertencente apenas à cidade de Uberlândia.

Desse modo, é com esse intuito que observamos a revista *Manchete* neste primeiro capítulo, para descrevermos as características que estão ligadas na época em todo o nacional. Em seguida, entramos com a revista *Uberlândia Ilustrada*, para analisarmos a sociedade da época retratada, além de observarmos os pontos em comum e os contrapontos que uma revista tem da outra.

1.1 O papel da imprensa na formação do imaginário social

Com fotos, ilustrações ou apenas com palavras, pelas propagandas conhecemos as tendências da moda de uma estação, ícones são criados, normas de consumo, aparência, condutas são indicadas. Afinal, para fazer contato com a parcela da sociedade que consome um produto, deve-se falar como ela, parecer-se com ela, mostrar, criar seus objetivos e desejos. A

³¹ SERPA, 2017, p. 71.

propaganda constrói e cria a diferença entre as idades, classes sociais, níveis culturais e as diferenças de gênero.³²

“A publicidade oferece aos nossos desejos um universo subliminar que insinua a juventude, a saúde, a virilidade, bem como a feminilidade, dependem daquilo que compramos” e como nos comportamos. Essas publicidades reiteram o discurso de “coisas de homem” e “coisas de mulher”³³, além de delinear as imagens femininas.

Com o crescimento e a formação de Uberlândia, formam-se elites, em larga medida, pautando-se em certos imaginários, entre eles aqueles vinculados pela imprensa. A cidade se utiliza da fama de progressista, moderna e ordeira nos anos 1950 e reivindica, em seus meios de comunicação, os papéis sociais a serem desempenhados, principalmente pelas mulheres dessa elite. Nos jornais e nas revistas da época, com páginas exclusivas para as mulheres, é que os valores e as formas de agir e ser aparecem de forma clara.

De acordo com Pires, as sociedades produzem “bens simbólicos” que compõem o imaginário e formam um conjunto de representações sociais. Essas representações são expressas pela linguagem em discursos que se materializam em textos imagéticos, iconográficos, impressos, por exemplo.³⁴ Assim, podemos considerar as propagandas como representações do imaginário do momento e do lugar onde foram produzidas.

A imprensa de Uberlândia, então, utilizou-se do imaginário e das representações sociais que circulavam na época como exemplo a ser seguido e difundido pela própria imprensa para ganhar destaque com o público leitor. Isso quer dizer que as representações forjadas historicamente, como a questão do masculino e do feminino, podem mudar de acordo com o contexto em que estão inseridas e com a época retratada.³⁵

Além disso, em uma sociedade como a brasileira, em que o senso comum reconhece ser androcêntrica,³⁶ na qual as diferenças de gênero estão de tal forma enraizadas que sequer são indagadas, “a propaganda participa do imaginário corrente e propaga modelos de

³² PIRES, 2007, p. 17.

³³ Ibidem, p. 19.

³⁴ PIRES, 2007, p. 14-15.

³⁵ Ibidem, p. 15.

³⁶ Podemos dizer que uma sociedade androcêntrica é aquela que supervaloriza o homem, suas experiências e comportamentos e desvaloriza as experiências das mulheres, mostrando que a sociedade não é igualitária. O padrão de uma sociedade androcêntrica é associada ao sexo masculino, no que diz respeito a seus comportamentos, experiências e pensamentos.

comportamentos supostamente devidos às mulheres e aos homens. E assim cria referenciais do que seria a mulher perfeita. Ou imperfeita, em alguns casos.”³⁷

Conseguimos, também, observar a imprensa e a propaganda, no desempenho de seu papel, como propagadoras de modelos de comportamentos supostamente devidos para a sociedade, a partir da *Revista Manchete* (uma revista nacional, mas que mostrava esses valores sociais) e da *Revista Uberlândia Ilustrada*. Os meios midiáticos têm um papel fundamental nesse período, visto que essas fontes carregam em suas propagandas costumes e valores da época que eram difundidos para a população.

Propagandas são produtos midiáticos que atuam diretamente nos imaginários sociais e no agenciamento das representações sociais que os compõem. Assim, analisá-las é tocar em ponto nevrálgico de uma formação social, pois ali se engendram, confundem, imbricam o tradicional e o inovador; repetição e a criação de valores, normas, estereótipos, perfis; as condições de sua produção; aquilo que pode ser explicitado; os caminhos de transformação; a recriação de modelos e normas.³⁸

É por isso que a pesquisa tem como propósito analisar essas fontes, haja vista a sua importância para a sociedade, já que as revistas, juntamente com os jornais, eram os principais meios midiáticos da época. Além disso, é através das propagandas que conseguimos analisar como é representada a imagem idealizada da mulher e contrapô-la com a “mulher real” dos processos criminais.

Nas propagandas, podemos notar “quantas representações sociais das mulheres a mídia explora, reforça e reatualiza”³⁹. Essas representações estereotipam imagens do feminino e do masculino, transformando as mulheres em mães, esposas e donas de casas e os maridos em homens trabalhadores e detentores de suas esposas e casas. É bom lembrar que o reforço desses padrões, em muitos casos, aparece em propagandas relacionadas a uma tentativa de venda de produtos e à criação de padrões de consumo de bens. A partir desse momento, em que homens e mulheres são classificados como um rótulo, a publicidade ignora a multiplicidade de indivíduos abarcados pela equivocada definição de “mulher.”⁴⁰

Esse discurso encontrado nas propagandas nos faz pensar que a mídia não renuncia à representação estereotipada e patriarcal de enquadrar as mulheres como esposas delicadas, mães sensíveis e mulheres donas de casa vaidosas. Fazendo vista grossa para o restante,

³⁷ PIRES, 2007, p. 15.

³⁸ PIRES, 2007, p. 15.

³⁹ Ibidem, p. 19.

⁴⁰ Ibidem, p. 20.

ignorando as mulheres de classe baixa, os redatores ignoram que existem vários tipos de mulheres – a mulher mãe e dona de casa, a doméstica, a faxineira, a donzela, a pobre e a prostituta – e simplesmente tentam encaixar todas em uma categoria só, a de mulher, no singular.

Outra observação é que as matérias destinadas às mulheres carecem de política, economia, questões financeiras: elas se resumem ao campo do casamento, amor, sedução, maternidade e futilidade.⁴¹ O feminino aparece reduzido em consumidoras, fazendo funcionar poderosos setores industriais ligados ao consumo e às características “naturais” rotuladas para as mulheres, como: “domesticidade (eletrodomésticos, produtos de limpeza, móveis), sedução (moda, cosméticos, o mercado do sexo, do romance, do amor) e reprodução (produtos para maternidade/crianças em todos os registros, da vestimenta/alimentação aos brinquedos).⁴²

As matérias mostravam como as mulheres tinham que se comportar, agir na frente do pretendente e de seus amigos, como se portar perante a sogra, a maneira de se vestir e maquiagem, como fazer para ser considerada uma “moça para se casar”, ou seja, tudo ligado à domesticidade, sedução e reprodução.

1.2 A representação nacional da mulher idealizada no imaginário social através da revista *Manchete*

Para poder se conectar com os consumidores em potencial daquilo que está comunicado, a propaganda utiliza-se de imagens e textos que, espera-se, sejam compreendidos pelas pessoas a quem deseja atingir, chamadas na linguagem publicitária de *target*.⁴³

“Cada elemento que compõe um anúncio publicitário é um signo que nos permite ‘ler’ a imagem de acordo com os códigos que carregamos e/ou construir outros.”⁴⁴ Desse modo, entendemos que o discurso publicitário é “o que está sendo dito na propaganda e os referências do *target*, no qual cria-se uma empatia com o público desejado, fazendo com que a mensagem cumpra o seu papel básico – a venda”⁴⁵.

⁴¹ SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História: Questões e Debates*, n. 34. Curitiba: UFPR, 2001. p. 19

⁴² SWAIN, loco citato.

⁴³ PIRES, 2007. p. 18.

⁴⁴ PIRES, loco citato.

⁴⁵ PIRES, loco citato.

Vale destacar que os discursos publicitários ultrapassaram a ideia inicial de que a propaganda apenas comunicava ou anunciava algum produto, visto que esses discursos também “difundiam representações sociais, valores, ressemantizando e reconstruindo relações sexuadas nos imaginários sociais”⁴⁶. A publicidade contribui não só para a venda de produtos, mas para a criação de um universo imagético, um estilo de vida perfeito, com indivíduos montados e posados para as matérias que começam a fazer parte do imaginário e do modelo social da época.

Esse universo imagético criado e difundido pelas propagandas acomoda a imagem das mulheres como sendo “a mãe preocupada com a sua família e da jovem em busca de um namorado, quanto da mulher moderna, simples e prática”⁴⁷. Esse último modelo, de mulher moderna, recebe maior ênfase a partir dos anos 50, com o desenvolvimento das indústrias e de bens de consumo.⁴⁸ É a partir da década de 1950 que a sociedade brasileira adquire um caráter urbano nas cidades, movida pela ideologia do desenvolvimento, modernidade e progresso, com instalações de novas e sofisticadas indústrias, reconfigurando o imaginário social espelhados no cotidiano das grandes cidades.⁴⁹

Define-se, então, o período de estudo como a *belle époque hollywoodiana*, porque nessa época o imaginário feminino mostrado [nas revistas] era de um mundo glamoroso. Era uma realidade fantasiada a partir de informações vindas em abundância dos estúdios da capital do cinema mundial, que estimulavam as moças e senhoras a se espelharem nas estrelas de *Hollywood*, as quais usavam cosméticos, belas roupas, tinham novas ideias e conquistavam a fama e o prestígio social.⁵⁰

A indústria cultural brasileira nesse período é descrita como a “indústria do divertimento e da distração”, não existe uma preocupação em retratar o cotidiano.⁵¹ A comunicação era dirigida ao público com o propósito de atingir o país e espalhar por todos os cantos do Brasil as novidades vindas de fora,⁵² retratando “o cinema e toda a gama de produtos e estilos criados a partir daí, dando uma ideia de novo, de mudanças, de moderno”⁵³. “A imprensa teve, como o cinema, um papel significativo e decisivo na divulgação do modo

⁴⁶ PIRES, 2007, p. 18.

⁴⁷ Ibidem, p. 41.

⁴⁸ PIRES, 2007, p. 32.

⁴⁹ Ibidem, loco citato.

⁵⁰ SERPA, 2017, p. 22.

⁵¹ Ibidem, p. 70.

⁵² SERPA, loco citato.

⁵³ SERPA, loco citato.

de vida norte-americano, o *American Way of Life*, cuja influência tornava-se visível ao atingir as camadas médias por meio do consumismo e da modernização.”⁵⁴

O surgimento do modo de vida norte-americano no cotidiano brasileiro não foi mera coincidência, nem sequer accidental.⁵⁵ “A chegada dos EUA no Brasil aconteceu no início da década de 1940, fazendo parte de um planejamento econômico e ideológico, conhecido como a política da Boa Vizinhança.”⁵⁶ “O discurso produzido sobre a política da Boa Vizinhança configura-se em fazer acreditar em um intercâmbio cultural entre as duas sociedades”⁵⁷, mas sabemos que na prática a única cultura que teve influência foi a dos norte-americanos sobre os brasileiros.

Nesse sentido, as revistas de circulação nacional, como a revista *O Cruzeiro* e a *Manchete*, “tiveram grande importância na veiculação de um modo de vida moderno, seduzindo e interagindo com o leitor por meio de textos e imagens, produzidos especificamente para esse fim”⁵⁸.

A constituição do sujeito no pós-guerra imbricava-se com a constituição do sujeito moderno americanizado. Dispositivos discursivos perpetuavam uma vontade de saber sobre esse sujeito, especificamente sobre a mulher moderna. Assim, em meio às páginas da revista, surgiram artigos os mais diversos, discutindo em que níveis – e, principalmente, em tom de conselho – de que maneira as mulheres deveriam se posicionar, adquirindo posturas modernas, para além de seus lares.⁵⁹

⁵⁴ KLANOVICZ, Luciana Rosar. **Vontades sobre corpos: homens e mulheres na revista *O Cruzeiro* (1946-1955)**. Curitiba: CRV, 2017. p. 41.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 42.

⁵⁶ KLANOVICZ, loco citato.

⁵⁷ KLANOVICZ, loco citato.

⁵⁸ KLANOVICZ, 2017, p. 46.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 70.

Figura 3 – Atriz britânica Joan Collins revela seus “segredos” de beleza



MANCHETE FEMININA
ORIENTAÇÃO DE IDA UCHOA

revela “segredos” de beleza

Jean Collins

A máscara é importante para ser usada uma vez por semana, pois tem a propriedade de renovar a pele, fechar os poros e combater as rugas. Após a perfeita limpeza do rosto com um creme apropriado, empregue esta MÁSCARA DE BELEZA, junte a uma gema de ovo algumas gotas de óleo de olivas de boa qualidade. Estenda sobre a pele esta mistura. Permaneça com ela pelo espaço de trinta minutos. Não fale, não ria, não faça o menor movimento.
Retire com água morna.

Para perfeita limpeza do rosto existe uma loção que é muito afamada, e que deve ser usada sobretudo pelas mulheres de pele oleosa, com tendência a cravos e a dilatação dos poros. Esta é a fórmula:

Água destilada	400,00
Alcool a 60°	400,00
Essência de rosa	10,00
“ de hortelã	5,00
“ de melissa	5,00
Água de rosas	20,00
Água de flaves de laranjeiras	20,00

As peles sensíveis demais não recebem bem os produtos de beleza. Assim, para limpeza da pele, nada melhor que uma mistura de óleo de amêndoas doces e água de rosas. — E de efeito surpreendente.

O novo penteado chamado “flambouant”. Deixa as cabelos livres, soltos, um tanto irregulares e podem ser escovados para a frente e para trás. Os cabelos são desfilados de maneira que a cabeça fica pequena e harmoniosa. A cor moderna oscila entre o loiro acastanhado e o ruivo.

Para que seus cílios cresçam fortes e ofereçam um romântico sombreado ao olhar:

Óleo de coco	100 grs.
Vaselina	50 grs.
Manteiga de cacau	32 grs.
Cera de abelha branca	26 grs.
Água destilada	5 grs.

Fonte: Revista Manchete, n. 121, 14 de agosto de 1954.

Um exemplo do discurso de mulher moderna pode ser visto através dessa matéria retirada da revista *Manchete*. Nessa página, podemos ver a fotografia de uma mulher sensual, com uma roupa preta marcando sua cintura, o cabelo preso, uma maquiagem simples, mas elegante. Ao lado da foto, tem um círculo com um nome “Jean Collins” (ou Joan Collins), que nos remete à ideia de que esse é o nome da mulher fotografada. Esse nome, muito conhecido, principalmente na época, é de uma atriz britânica que participou de filmes *hollywoodianos*. Sua fotografia, provavelmente tirada para outros fins, chegou à revista *Manchete* com o intuito de ilustrar a matéria na qual ela revelaria seus segredos de beleza. Esses “segredos” relatados poderiam não ter nenhuma ligação com ela, mas dizer que uma atriz internacional está contando para as brasileiras como se faz para ser tão bela é um atrativo utilizado para “tecer no imaginário feminino um novo perfil de mulher, que se preocupava com a estética como as estrelas do cinema”⁶⁰.

Essas matérias “prometiam mudanças e sugeriam formas de a leitora chegar ao padrão ideal da mulher dos novos tempos”⁶¹. E “para ser bastante convincente, esse padrão de beleza

⁶⁰ SERPA, 2017, p. 71.

⁶¹ *Ibidem*, p. 70.

precisava de um exemplo, e modelos não faltavam”⁶², como o da matéria acima que traz a foto da estrela do cinema *hollywoodiano* Joana Collins.

Figura 4 – Matéria – A mulher de 1955



Fonte: Revista Manchete, n. 145, 1 de janeiro de 1955.

A ilustração da propaganda “*De Hollywood para você – A mulher de 1955*” também mostra bem essa questão retratada acima. Analisando a frase “*De Hollywood para você*”, entendemos que a revista está trazendo algo de fora para nós brasileiros. Trata-se de uma matéria que está se inspirando em *Hollywood*, uma das cidades mais conhecidas em todo o mundo por conta do cinema estadunidense. Além da frase, deparamo-nos com a imagem de uma mulher bem afeiçãoada e elegante que, claramente, está posando para a foto, remetendo-nos à ideia de que essa modelo é uma mulher norte-americana famosa para a época.

Essa mulher é jovem e bonita, trajada de um vestido simples, mas elegante e bem modelado, que acentua sua cintura, mostrando seu corpo magro, mas sem ser um vestido

⁶² SERPA, 2017, p. 75.

vulgar. Os cabelos estão penteados para trás, e percebemos uma leve maquiagem e um batom, nada exagerado ou marcado, e um brinco bem discreto. Seu semblante é alegre, com um leve sorriso no rosto, com os braços apoiados em um poste, posando para a foto de forma a transparecer uma meiguice e feminilidade. “A manutenção da feminilidade era reforçada nessas notícias à medida que seus corpos, mais livres e expostos, circulavam pelas cidades, sendo vistos e notados.”⁶³

A conveniência ordena às mulheres da boa sociedade que sejam discretas, que dissimulem suas formas com códigos, aliás, variáveis segundo o lugar e o tempo. O peito, as pernas, os tornozelos, a cintura são, cada qual por sua vez, objeto de censuras que traduzem as obsessões eróticas de uma época e se inscrevem nas imposições da moda.⁶⁴

Em 1955, então, a moda era o de pescoço longo e fino, costas retas, cintura fina, quadris e coxas isentas de celulite, perna delgada e tornozelo de “puro sangue”, mas tudo isso com um ar de mulher simples, meiga e feminina, sem ser vulgar, com os cabelos bem penteados, disciplinados, uma vez que os cabelos são o signo supremo da feminilidade.⁶⁵

É interessante observar que a publicidade e a propaganda “mais do que vender produtos e serviços, atenta para a construção/transformação/reafirmção de ideias, valores e padrões”⁶⁶. Esses meios midiáticos vendem estilos de vida utilizando como sustentação o corpo humano, principalmente o corpo feminino.⁶⁷

Observamos que o corpo feminino tem sido exposto como mercadoria pelas mídias e não podemos nos esquecer da exigência com a beleza desse corpo que os jornais, revistas e a televisão da época impeliam. “As produções midiáticas vendem e faturam através da exploração do corpo feminino, ditando um corpo específico, mesmo que este seja dificilmente alcançável por grande parte do público feminino atingido.”⁶⁸ Essa questão nos faz pensar ainda sobre a frase: “*De Hollywood para você*”.

Atrizes desfrutadas como modelos, anúncios inspirados em sua imagem e em seu nome. Esse princípio é mesmo promovido a sistema industrial – usina de sonho – com o cinema *hollywoodiano* impondo seus temas, seus universos,

⁶³ KLANOVICZ, 2017, p. 67.

⁶⁴ PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 15

⁶⁵ PERROT, loco citato.

⁶⁶ ARAUJO, Denise Castilhos de; LEDUR, Cíntia; SCHEMES, Cláudia. **Corpo feminino: do anonimato à super exposição, anúncios publicitários do Jornal NH**. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Corpo%20feminino.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2020. p. 6.

⁶⁷ ARAUJO, loco citato.

⁶⁸ ARAUJO, 2008, p. 3.

seus heróis, difundindo cultura e referências orientadas. O relacionamento fascinado com o modelo, acessível e longínquo, inimitável, e 'humano', democratiza aqui a vontade de embelezamento, transformando gradualmente a maneira de sonhar e também de ter acesso à beleza.⁶⁹

Isso comprova que essa mulher que está posando para a foto, em uma revista nacional, é uma atriz estrangeira, com características estrangeiras, e que a matéria em si está descrevendo a mulher de 1955, comparando--a aos padrões de *Hollywood*. Ou seja, essas inspirações são espelhadas no outro, no de fora, é o brasileiro se apropriando do americano. E o pior: o brasileiro tentando se encaixar em padrões estéticos que não são seus.

Além disso, outra questão que podemos descrever é a utilização do espaço público pela mulher. “A rua, ainda no começo do século XX, era pouco visitada pela [mulher da elite], a casa em que morava era geralmente fechada e com poucos contatos com a vida exterior.”⁷⁰ Desde cedo, o espaço de lazer dessas mulheres eram condicionados ao espaço da casa.⁷¹ Mesmo após a construção da avenida central do Rio de Janeiro, onde as mulheres poderiam ter uma passarela para suas compras e desfiles de elegância, elas precisavam se preocupar em companhia de quem, o horário que iriam e o destino.⁷² Essas eram as grandes referências de honestidade que recaíam sobre as mulheres da época, tanto no cotidiano como, principalmente, no discurso dos advogados.⁷³

Contudo, transformações sociais e culturais começam a acontecer, e observamos um deslocamento maior das mulheres para os novos espaços. Isso se sucede no final do século XX, “a cidade como uma capital moderna [possibilita] também a emergência de uma nova mulher que por sua vez [começa] a se deslocar do ambiente doméstico para o espaço público”⁷⁴.

A publicidade tem um papel fundamental nesse período, pois “contribuiu para que antigas regras da vida privada entrassem em queda vertiginosa. Em alguns momentos, a publicidade alimentava o desejo de modernidade, colocando-se em contraponto ao ‘antigo’”⁷⁵.

⁶⁹ RESENDE, Jacione Aparecida Cabral. **A construção de padrões de beleza:** a revista O Cruzeiro na década de 1950. 2008. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. p. 40.

⁷⁰ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas:** os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. p. 43

⁷¹ ESTEVES, loco citato.

⁷² ESTEVES, 1989, p. 43.

⁷³ Ibidem, loco citato.

⁷⁴ LOPES, Lara. **“Eva e o cigarro”:** representações de mulheres modernas nas páginas da revista Ilustração Brasileira (1935-1944). 2011. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. p. 51.

⁷⁵ KLANOVICZ, 2017, p. 51.

A imprensa, entre 1946 e 1955, é um “grande vetor de convencimento acerca dos dotes da modernidade norte-americana, ao ressaltar os valores, as atitudes, o saber científico e técnico, postos de maneira contrastante ao jeito brasileiro, ‘atrasado’, quando não ‘primitivo’”⁷⁶.

Esse confronto da imprensa com alguns pensamentos “antigos” pode ser visto ao retratar a figura feminina em um ambiente público. De acordo com a matéria, a mulher moderna de 1955 compartilha do espaço público, é uma mulher atraente, feminina, meiga e sofisticada, é uma imagem-espelho da cidade do século XX, uma cidade também sofisticada e moderna.⁷⁷

No entanto, essa nova mulher que está dominando o espaço público não pode se esquecer do seu espaço privado, e por isso é preciso retratá-las com feminilidade, com simplicidade, para não esquecerem que, além de tudo, elas são mães e moças de família. Portanto, nos anos 50, os meios midiáticos “retratam as mulheres saindo de suas casas, conquistando espaços públicos – trabalhando e fazendo compras na rua – mas ainda dentro das suas representações sociais tradicionais – mãe de família e dona-de-casa – permanecendo atreladas ao espaço privado – ao doméstico”⁷⁸.

Vejamos outro exemplo desse discurso de mulher moderna que está interagindo com o espaço público na reportagem abaixo. A autora Ida Uchôa orienta as mulheres que trabalham fora de casa sobre a importância de se preocuparem com a aparência, com a vestimenta e ornamentos para o bom funcionamento do trabalho e da sua conduta.

⁷⁶ KLANOVICZ, 2017, p. 51.

⁷⁷ OLIVEIRA, Cláudia de. A iconografia do moderno: a representação da vida urbana. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica Pimenta e LINS, Vera. **O Moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 209 apud LOPES, 2011, p. 51.

⁷⁸ PIRES, 2007, p. 37.

Figura 5 – Matéria dizendo como as mulheres que trabalham fora de casa devem se vestir



Fonte: Revista Manchete, n. 128, de 2 de outubro de 1954.

O título “*A mulher que trabalha ...evite o vestido com decote exagerado*” nos revela que essa matéria é destinada às mulheres que trabalham e aos cuidados que elas devem ter com a vestimenta, quando escreve “evite” um certo tipo de roupa. “É importante atentar para o fato de que a moda comercial, publicada nas revistas e jornais, é sugerida e atrelada à modernidade – mas seu uso depende de regras específicas de aparição, como o debate acerca da altura ideal das saias”⁷⁹, ou se seria de “bom tom” a mulher trajar decotes ou roupas exageradas para o trabalho.

Além do título sugestivo, a matéria apresenta uma mulher de cabelos escuros e ondulados, penteados para o lado, com uma blusa mais decotada e que mostra a barriga; a maquiagem da modelo está marcante; há um lábio escuro e um olhar carregado. Sua expressão facial parece atrair o leitor de forma erotizada, e seu olhar elevado está encarando o leitor enquanto sorri de forma maliciosa.

Percebemos que a fotografia atrelada com o título da matéria foi pensada de forma proposital, para ser o exemplo do que as mulheres não devem seguir. Isso porque o texto relata o seguinte:

O espalhafato, as extravagâncias, tudo o que fôr chocante e exótico, são perfeitamente reprováveis quando ela desempenha as suas funções no trabalho. Há detalhes que parecerão sem grande importância, mas que contribuem para que a mulher inteligente e discreta se apresente elegante e refinada, sem chamar a atenção, nem chocar o ambiente.

⁷⁹ KLANOVICZ, 2017, p. 66.

Assim como vimos na Figura 4, essa reportagem também relata a questão da simplicidade feminina. Para que as mulheres da época pareçam inteligentes e elegantes, é preciso que tenham discrição no seu modo de vestir e agir. Uma mulher que chama atenção é uma mulher vulgar, e esse tipo de mulher não tem respeito nem lugar em um ambiente de trabalho prestigiado.

A mulher precisa se preocupar com a aparência, já que é ela quem vai lhe abrir portas, seja para o amor ou para a profissão. Uma mulher extravagante demais não arruma trabalhos dignos e profissões destinadas para ela. Essas profissões “geralmente eram extensões das atividades realizadas no lar ou sendo relacionadas a estas. São profissões como as de professora, enfermeira, datilógrafa, secretária, telefonista, operária de indústria têxtil, de confecções”⁸⁰. Verifica-se também, que o público a quem essas reportagens são direcionadas são as classes mais abastadas. A propaganda deixa de fora a mulher pobre, que não pode ser consumidora de seus produtos.

Podemos dizer que essas profissões, ditas como “femininas”, não exigiam muita experiência e esforço físico, que se tratava de trabalhos mais “tranquilos”, como cuidar de crianças, cuidar de pessoas doentes, atender telefones, recepcionar pessoas, escrever em máquinas datilográficas. Ademais, esses trabalhos exigiam uma boa aparência, poucos pediam experiência na área.

Por isso, nas duas matérias analisadas, percebemos uma fonte de aconselhamentos femininos – como cuidar da beleza, do corpo, do cabelo, da vestimenta –, o que nos remete à ideia de que esses aconselhamentos são sempre para agradar a outrem. Essa reportagem, por exemplo, mostra que a mulher não precisa de experiência nem conselhos inteligentes para conseguir um trabalho, basta ela mostrar-se bela e vestir-se adequadamente que a oportunidade é dela.

Em suma, é preciso mostrar que mesmo a “mulher moderna” utilizando e ressignificando o ambiente público, ela não pode se esquecer de que o ambiente privado é o seu dom, já que ser esposa e mãe está na natureza feminina. Por isso ela não pode se esquecer da sua simplicidade, feminilidade e discrição.

É interessante pensar que as revistas escrevem matérias sobre assuntos que estão em alta em cada época, assuntos de interesses do público leitor, que compra a revista, que são

⁸⁰ LOPES, 2011, p. 71.

leitores desse meio de comunicação. Por isso, é curioso pensar que a revista *Manchete* está escrevendo sobre o trabalho feminino e dando conselhos para as mulheres sobre essa temática.

Para mais, essas matérias desempenhavam papel importante no imaginário social da época. As revistas exercem, de forma proposital, uma dualidade com essas matérias, pois, ao mesmo tempo que instruíam a mulher com seus conselhos voltados para a aparência, vendia de forma sutil os cosméticos, as vestimentas:

Figura 6 – Matéria do produto Toni

Falta-lhe algo, Dorinha, além dos seus diplomas!...

De que me valem anos de estudo, cursos de estenotipografia, etc.? Diariamente percorro escritórios e companhias em busca de emprego, mas nem me deixam abrir a boca. Sempre a mesma ladainha: "A vaga foi preenchida". Hoje, tentarei pela última vez...

Ouçá, Margarida. Que lhe adianta ser a melhor secretária do mundo, se não consegue oportunidade para demonstrar suas aptidões? Você precisa apresentar-se melhor. Esses cabelos descaídos lhe dão um aspecto desagradável. Por que não experimenta "TONI" para fazer uma ondulação permanente a frio? Vou ajudá-la.

E simples. Primeiro, enrola-se o cabelo com estes onduladores plásticos. A seguir, aplica-se a loção onduladora de acrílico com as instruções que acompanham o estôjo. E pronto. Boa sorte, querida!

Ao uso de "TONI" - a famosa permanente a frio, que se faz facilmente em casa, com o auxílio de uma amiga, devo, além de ótima colocação, estes belos cabelos suavemente ondulados, que me permitem os mais lindos penteados.

Toni

ONDULAÇÃO PERMANENTE EM CASA

Fonte: Revista Manchete, n. 145, 1 de janeiro de 1955.

Como vimos anteriormente, a matéria retratava sobre como as mulheres tinham que se vestir no trabalho, para mostrar sua seriedade, inteligência e impor respeito. A Figura 6 refere-se a uma propaganda que foi elaborada para vender o produto *Toni*. Para chegar a essa finalidade, de forma aprimorada, o publicitário elaborou uma pequena história de duas mulheres. Podemos dizer que são amigas, conversando em casa enquanto tomam um chá. A primeira mulher, de cabelos escuros, curtos e com um penteado ondulado – percebemos que já é uma cliente da marca *Toni* –, ao conversar com sua amiga Margarida, diz que a falta de

oportunidade e o motivo pelo qual ela está desempregada devem-se aos cabelos desarrumados:

Ouçã, Margarida. Que lhe adianta ser a melhor secretária do mundo, se não consegue oportunidade para demonstrar suas aptidões? Você precisa apresentar-se melhor. Êsses cabelos descuidados lhe dão um aspecto desagradável. Por que não experimenta 'TONI' para fazer uma ondulação permanente a frio? Vou ajudá-la.

Mais uma vez a propaganda transmite a ideia de que, para a mulher conseguir um bom trabalho, ela precisa se atentar à aparência. Não lhe vale nada o diploma e a inteligência se o desleixo com a vestimenta é maior. É preciso ter uma maquiagem sutil, um cabelo penteado, uma roupa elegante e discreta, uma vez que é através da imagem que se ganha o reconhecimento, o respeito e a oportunidade de arrumar um emprego. “A elegância da moda é um dever seu.”⁸¹

A propaganda mostra isso muito bem em seu final, quando retrata uma moça jovem, bonita, de cabelos ondulados, com acessório discreto, uma maquiagem sutil e uma boca contornada com um batom leve, realçando ainda mais a beleza da modelo, com uma camisa social que tem um detalhe de lacinho, sem decote, uma jaqueta por cima, dando um ar de seriedade, feminilidade e meiguice para o visual. A foto ainda mostra uma máquina de datilografar, uma mulher com as unhas feitas que está com a mão posta em cima da máquina, como se estivesse escrevendo, atrás um rapaz de terno, elegante, sentado em sua mesa e escrevendo suas anotações, mostrando ser um ambiente de trabalho de uma secretária, por exemplo.

Essa publicidade dos produtos *Toni* parece um complemento da Figura 5, ainda mais com a modelo toda arrumada, de forma adequada, em seu ambiente de trabalho. Isso mostra que os discursos vão ao encontro. Ademais, pelas propagandas selecionadas, notamos que existe uma aceitação e abertura para as mulheres trabalharem na rua e serem independentes, apesar da intensa “combinação de discursos e das diversas instituições das sociedades, que tinham por objetivo mandar as mulheres de volta para a vida doméstica, submissas e focadas no viver em função da família – em especial do marido”⁸². Isso ocorre porque “em 1950 há um período de ascensão da classe média brasileira. O país assistia a um otimismo referente ao

⁸¹ PERROT, 2003, p. 14.

⁸² PIRES, 2007, p. 48.

crescimento urbano e à industrialização, aumentando as possibilidades educacionais e profissionais de homens e mulheres.”⁸³

Notamos que a revista tenta mostrar e vender essa visão da mulher moderna, trabalhadora, com discurso da modernidade, porém, em algumas matérias, volta a propagar o discurso conservador, mas mascarado de “moderno”, colocando a mulher como dona de casa, mãe e esposa que se utiliza de produtos sofisticados para o cuidado da casa e dos filhos, como relógios e eletrodomésticos, como veremos mais abaixo.

Existia, no imaginário social, uma ideia de incompatibilidade entre o casamento e a vida profissional, uma vez que, se a mulher trabalhasse fora de casa, ela deixaria de lado seus afazeres domésticos e sua atenção e cuidado para com o marido e os filhos, o que causaria uma desorganização doméstica e uma instabilidade matrimonial.⁸⁴

À vista disso, apesar da inserção feminina no mercado de trabalho, as representações sociais tentam mostrar uma outra realidade, “marcando o feminino em seu espaço familiar e doméstico, mostrando mulheres felizes por nele estarem”⁸⁵. Essa outra representação do feminino também se encaixava na questão da mulher moderna, uma vez que a moderna dona de casa se utilizava de novos produtos que a faziam adquirir novos hábitos, tendo uma mudança em sua vida doméstica.⁸⁶

A presença do desejo de ser moderno aparece em diversas situações. Sua visibilidade é volumosa, generalizando-se no cotidiano da década de 1950. A modernidade não significou uma padronização no estilo de vida, mas principalmente em uma veiculação de um modo de vida calcado em referenciais, como funcionalidade, eficiência, racionalidade e conforto.⁸⁷

Os bens de consumo começaram a despontar nas revistas. Agora, os produtos modernos apareciam com a função de ajudar e facilitar a vida da mulher moderna; eles possuíam “maior padrão de qualidade”, e sua aquisição sugeria uma vida repleta de alegria e praticidade.⁸⁸

⁸³ KLANOVICZ, 2017, p. 72.

⁸⁴ PIRES, 2007, p. 49.

⁸⁵ PIRES, loco citato.

⁸⁶ KLANOVICZ, 2017, p. 52.

⁸⁷ KLANOVICZ, loco citato.

⁸⁸ KLANOVICZ, 2017, p. 52.

Figura 7 – Propaganda da *Westclox*



Fonte: Revista Manchete, n. 117, de 17 de julho de 1954.

Em 1954, a *Westclox* anunciou na revista *Manchete* um novo modelo de relógio para as donas de casa. Nessa publicidade, a marca apresentou o desenho de uma mulher sofisticada, bem vestida, com expressão de alegria e com a seguinte fala: “*tornou-me uma perfeita dona-de-casa*”. O intuito da propaganda era mostrar que o relógio seria o aliado perfeito para as mulheres “modernas” que são donas de casas.

Vemos na propaganda o discurso de que o relógio é o amigo fiel das mulheres, já que com ele, elas não perdem a hora, a casa não fica um caos e não se perde tempo nos afazeres domésticos, pois tudo é cronometrado, uma verdadeira “modernidade”, como diz no próprio texto do anúncio: “- *o meu lar era um caos, hoje, é um mar de rosas! Não se perde tempo, tudo é feito na hora exata, graças a Westclix.*”. Além do texto, as imagens, em segundo plano, complementam a publicidade e nos abrem possibilidades para a análise.

Na primeira imagem, observamos uma mulher alimentando seu filho na cozinha e o relógio apoiado em algum móvel, apitando ou vibrando, alertando a mulher de que já é hora do almoço, por exemplo. Na segunda imagem, também observamos o relógio de fundo mais uma vez apitando ou vibrando e a mulher abrindo o forno para olhar a comida, ou seja, o relógio estava avisando sobre o tempo necessário para o cozimento do alimento. Segundo Pires, “com grande apelo emocional, a propaganda intenta vender seus eletrodomésticos reforçando a imagem da mulher dona-de-casa por prazer e vocação – um suposto destino manifesto de todas as mulheres: serem mães e esposas”⁸⁹.

Outro ponto interessante nas imagens é que, em todas elas, as mulheres aparecem arrumadas, sofisticadas e “modernas”. Mesmo as duas imagens de segundo plano que não são tão ricas em detalhes na fisionomia da mulher, como é o caso da foto central, mostram uma mulher de saia até abaixo do joelho, com o cabelo penteado e preso, de salto alto e um avental para não sujar a roupa. Na foto central, mais rica em detalhes, aparece uma mulher com uma blusa de tonalidade escura e com um decote sutil, com acessórios combinando, colar, pulseira e brincos de pérolas, o cabelo penteado com ondulações, a boca pintada e as unhas feitas.

A beleza e a saúde são fatores fundamentais para essa nova mulher e para a atração sobre os homens; uma mulher nunca pode descuidar de si, seja trabalhando fora de casa ou sendo dona de casa; ela sempre tem que estar impecável para seu companheiro. Além de conseguir um pretendente, dar continuidade a seu casamento, com a sua beleza ela também garante uma posição de respeito e reconhecimento perante a sociedade.⁹⁰ Além disso, “para que as mulheres aceitassem os papéis tradicionais – alardeados pela mística feminina – as propagandas de diversos produtos tornavam a função de dona-de-casa glamourosa”⁹¹. Por isso a necessidade de retratar as mulheres impecáveis e belas, mostrando um glamour e sofisticação, como se ser dona de casa fosse o complemento dessas qualidades. Para mais,

Ser mãe, esposa e dona-de-casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiram a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos estaria

⁸⁹ PIRES, 2007, p. 43.

⁹⁰ Ibidem, p. 48.

⁹¹ PIRES, loco citato.

indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes.⁹²

A vocação feminina era, no imaginário social, a de ser esposa e mãe. A dualidade de papéis sociais e o preconceito com o trabalho feminino fizeram com que as mulheres que tinham uma condição econômica favorável continuassem com seu serviço de dona de casa, sendo sustentadas pelos seus maridos. O seu único papel era de cuidar do lar, dos seus filhos e do seu marido. E, ainda, para manter seu casamento, era preciso cuidar de si, manter-se jovem, bonita, elegante, para que seu companheiro não se desencantasse.

Ademais, apesar de as mídias locais representarem as mulheres fora do ambiente privado e da evidente permanência de mulheres no mercado de trabalho que se expandia durante a década de 1950, “o discurso que prevaleceu foi o das imagens que mostravam as mulheres em seus papéis tradicionais – esposa, dona-de-casa, mãe dedicada”⁹³. Aliás, “as representações sociais que vigoravam eram “a importância dos cuidados com a beleza e a juventude como atributos constituintes de mulheres, com o ser dona-de-casa,”⁹⁴ como será mostrado a seguir.

⁹² PIRES, 2007, p. 48.

⁹³ Ibidem, p. 49-50

⁹⁴ PIRES, loco citato.

Figura 8 – Matéria – “7 mandamentos para ficar bonita”



Fonte: Revista Manchete, n. 128, de 2 de outubro de 1954.

Analisando a matéria “7 mandamentos para ficar bonita”, observamos uma mulher de cabelos presos em um penteado, com uma maquiagem marcante e sexy, com a boca pintada de um batom escuro – mas nada vulgar ou exagerada –, com as unhas feitas e com acessórios para compor o *look*. Seu olhar está centrado para a câmera, o que dá a impressão de que esta mulher está seduzindo o leitor com sua beleza e elegância.

Notemos que a modelo é uma atriz internacional, e não uma modelo brasileira ou, muito menos, uma dona de casa qualquer. Além disso, essa modelo é quase uma imagem inalcançável de beleza e sofisticação. Isso ocorre porque a representação da feminilidade na mídia espelha-se em uma cultura de numerosos países ocidentais, o mito da beleza. Esse mito, nada inocente, é um meio de exercer o controle sobre as mulheres, seus corpos e mentes. Ele ensina “a elas como devem se ver, de tal maneira que elas devem aceitar, docilmente, medir as características de seus corpos, suas roupas, sua maquiagem e seus movimentos, em relação a um ideal inacessível”⁹⁵. Segundo o mito, a tendência de mulher é ser “magra, branca, jovem, sexuada, imóvel, sem nada a fazer e sempre ao serviço dos homens de quem ela espera o prazer”⁹⁶.

Esse mito da beleza, retratado por Forsyth, pode ser analisado de forma clara e objetiva nesse anúncio publicitário. Além de a modelo ser representada por uma mulher

⁹⁵ PIRES, 2007, p. 45.

⁹⁶ PIRES, loco citato.

branca, jovem e magra, as dicas que seguem retratam essa ideia de ser uma pessoa desocupada, com o único objetivo de cuidar da beleza, da sua família e da casa. As dicas são: controlar o peso através de dietas livres de açúcar, massas e frituras; dormir após o almoço e aproveitar um dia para fazer aplicação de máscara nutritiva para a pele; usar um creme que combine com o seu tipo de pele; penteados sempre sutis e discretos; recomendações de como aplicar o batom sem parecer artificial e usar adstringente para evitar a flacidez do rosto. Isso nos mostra que “não importa o tipo de mulher ou de pele, o importante é cultivar a beleza. O feminino é explicitado pelos atributos ‘suavidade’, ‘naturalidade’ e ‘esplendor’, mas o seu cerne é a beleza e a juventude”⁹⁷.

Ao nos depararmos com essas sugestões e refletirmos sobre as reportagens anteriores, percebemos um padrão em colocar as mulheres da época como magras, belas, sofisticadas, simples, femininas e, principalmente, jovens. Esses padrões estéticos reforçam a ideia de um corpo feminino discreto, sem exacerbação da mulher com roupas e maquiagens, e o uso de sua imagem serve para a venda de produtos e de um estilo de vida.⁹⁸ Além disso, “os corpos femininos são fragmentados, destacando-se nesses anúncios os rostos das modelos, e, quando o corpo aparece, ele está coberto até o joelho. Isso ocorre porque o corpo feminino ainda está em uma certa obscuridade”⁹⁹.

Em suma, essas sugestões e dicas parecem mais uma obrigação para a mulher, especialmente para as de classe média e alta, já que elas são as principais leitoras e seguidoras dos meios midiáticos. As matérias, através das tendências femininas, criam mulheres e estilo de vida intocáveis, o que acarreta um certo aprisionamento, visto que as mulheres necessitam “prestar contas à sociedade de sua forma física, de seu comportamento social, enfim, de sua existência como indivíduo social”¹⁰⁰. Desse modo, essas tendências são uma ferramenta eficaz na elaboração de um modo de viver, “uma vez que a publicidade além de vender o produto, vende, também, simbolicamente, conceitos que muitas mulheres desejam”¹⁰¹. Ou seja, o corpo feminino é pertencente ao social mais do que a si própria. Em outras palavras, os corpos femininos não pertencem somente a elas, pertencem ao outro, ao “público”, exigindo, assim,

⁹⁷ PIRES, 2007, p. 45.

⁹⁸ ARAUJO, 2008, p. 2.

⁹⁹ ARAUJO, loco citato.

¹⁰⁰ ARAUJO, loco citato.

¹⁰¹ ARAUJO, loco citato.

“o absoluto domínio sobre suas formas, gerando descontrolo desse corpo e a impossibilidade de dominá-lo, pois a forma sugerida pela mídia é, muitas vezes, difícil de ser alcançada”¹⁰².

Contudo, apesar da dificuldade em alcançar o ideal de beleza das revistas, as mulheres se preocupam, a vida toda, em se enquadrarem nessas tendências, já que é através da beleza que a mulher conquista seu pretendente, seu companheiro, seu trabalho e sua “liberdade.” Por isso, elas buscam pela perfeição, para serem aceitas e respeitadas na sociedade, além de arrumarem um pretendente com quem vão compartilhar todos os momentos de sua vida. “A mulher é o espetáculo do homem”¹⁰³ e da sociedade.

Figura 9 – Matéria – “Lua de mel hoje e... sempre”



Fonte: Revista Manchete, n. 108, de 15 de maio de 1954.

¹⁰² ARAUJO, 2008, p. 2.

¹⁰³ PERROT, 2003, p. 14.

Ao encontro disso, avistamos a reportagem acima, com a foto de um casal, consideravelmente bonitos, jovens, felizes, provavelmente recém-casados e de um poder econômico mais elevado. A mulher é apresentada de forma feminina, elegante e discreta, com os cabelos ondulados, um vestido de ombro a ombro, transbordando feminilidade e uma maquiagem bem discreta e delicada, com os lábios pintados. O homem está de paletó, com o cabelo arrumado com gel, fazendo um topete. O casal está segurando uma espécie de barbante na boca, a mulher está sorrindo discretamente, e o homem com um sorriso mais escancarado, mostrando os dentes, o que nos passa a ideia de felicidade.

Percebemos que essa matéria, “*Lua de mel hoje e... sempre*”, é para as mulheres, inclusive as jovens recém-casadas, assim que avistamos esta reportagem na coluna feminina. O título sugestivo nos abre caminhos para algumas análises. Por “lua de mel” entendemos como o período de celebração do casal após o casamento. Esse evento é uma excelente oportunidade para eles fazerem coisas juntos, viverem novas experiências e começarem bem a vida a dois. Essa celebração se inicia pós-casamento, mas com o título, entende-se que essa celebração tem que se manter por toda a vida conjugal. A experiência do casamento tem que ser tão boa quanto a da lua de mel, afinal é na lua de mel que o casal está mais apaixonado, ama todos os defeitos e qualidades do outro, e tudo é um mar de rosas.

Contudo, poderia esta matéria servir aos homens recém-casados também? Essa nossa dúvida é sanada ao passo que vamos lendo o texto. Com recomendações destinadas para as recém-casadas, entendemos que essa matéria foi feita para o público feminino: “*Pois saibam que depende noventa por cento de vocês, futuras esposas, o sucesso ou o fracasso do lar*”.

Em suma, a matéria tem como objetivo descrever o que as mulheres podem ou não fazer em seus casamentos para que o matrimônio dê certo e funcione bem. Para ficar mais didático e de fácil entendimento, a matéria é separada da seguinte maneira “*Não faça*”, com conselhos sobre o que evitar dentro do casamento, e “*Faça*”, com conselhos a se seguir para se obter um ótimo resultado.

Dentro da primeira coluna, “*Não faça*”, algumas das recomendações para as mulheres são: discutir com o marido, de maus modos, alterando a voz; não ser caprichosa e desdenhosa, a moça simples e natural será sempre a preferida para os jovens se casarem; fazer seu tratamento de beleza depois do marido sair de casa; não ser implicante e exagerada; não ser “choromingas”, que por qualquer motivo se queixa e se magoa. Já na segunda coluna, “*Faça*”, as recomendações são: seja impecável; procurar se interessar pelas coisas que ele gosta; tratar

bem os amigos do seu marido; esforçar-se para conservar o bom humor e o sorriso; saber renunciar e aceitar muitas coisas que lhe são impostas; seja afetuosa, meiga, mas não em excesso.

Percebemos com essa matéria que a responsabilidade é exclusivamente da mulher. Se o casamento for bem-sucedido é ponto para ela, se for malsucedido e seu marido arrumar outra, a culpa também é dela. É por isso que as revistas da época mostram maneiras de se vestirem, de se arrumarem, sugestões de como se comportarem, para que seus maridos não precisem procurar em outras mulheres o que a sua não oferece.

E, através dos textos e das imagens postas nas publicidades, somos levados a agirmos, pensarmos e, até mesmo, sermos de uma certa maneira, de acordo com o que é sugerido na propaganda. Então, o que inocentemente nos parece uma possibilidade de escolha, de ação; na verdade é uma orientação ao modelo que deve ser seguido, ou às atitudes que devem ser tomadas em determinado momento.¹⁰⁴

Em outros termos, as publicidades nos levam a pensar e agir da maneira que é sugerida na propaganda, criando um imaginário social pautado nas questões midiáticas. Por isso, de acordo com a matéria da revista, para o bom funcionamento de seu casamento, a mulher deve se submeter a algumas questões. É a partir dela que o funcionamento da casa e do casamento acontece; é dever da mulher continuar se arrumando, se produzindo para o seu marido, pois ela precisa conquistá-lo todos os dias. Entretanto, como analisamos, é preciso se arrumar de forma discreta e feminina, sem muitos exageros. É preciso ter paciência, compreensão, ser parceira, feminina e equilibrada.

Perrot sintetiza bem essa questão quando relata que a mulher, “tal como deve ser”, necessita mostrar autocontrole em seus gestos, olhares e na expressão de emoções – no entanto, algumas emoções precisam ser reprimidas para não demonstrar descontrole emocional. A mulher não deve erguer a voz, o riso deve ser proibido e o sorriso esboçado de forma cautelosa.¹⁰⁵ “Pode – em certas ocasiões deve – deixar rolar as lágrimas, coisa proibida à virilidade, demonstrando, assim, que é acessível ao sentimento e à dor.”¹⁰⁶

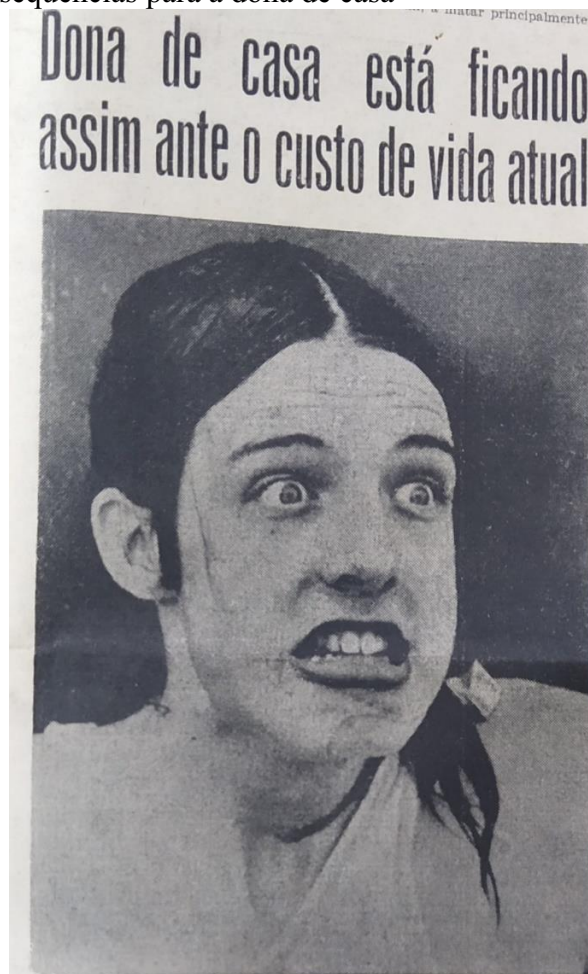
Toda essa preocupação, com aparência e emoções, desfruta para que a mulher não adquira uma imagem de descontrolada, louca e desequilibrada, como podemos ver no jornal *Correio de Uberlândia*.

¹⁰⁴ ARAUJO, 2008, p. 6.

¹⁰⁵ PERROT, 2003, p. 15.

¹⁰⁶ PERROT, loco citato.

Figura 10 – Matéria do jornal *Correio de Uberlândia* sobre o aumento do custo de vida em 1975 e as consequências para a dona de casa



Fonte: Jornal Correio de Uberlândia (1975).

Analisando a imagem do jornal *Correio de Uberlândia*, de 1975, deparamo-nos com a imagem de uma mulher dona de casa, já que o título da reportagem é “*Dona de casa está ficando assim ante o custo de vida atual*”. Essa mulher, dona de casa, deixou transparecer suas emoções devido ao custo de vida elevado de Uberlândia, e a sua aparência de preocupação nos remete a uma mulher “louca”, desequilibrada: olhos arregalados; testa franzida, mostrando as linhas de expressões; boca aberta, como se estivesse apavorada com o preço; cabelo com aparência de molhado e preso de qualquer forma, demonstrando a falta de preocupação em penteá-lo e fazer um coque arrumado ou qualquer outro tipo de penteado; rosto sem maquiagem, com um batom escuro; uma blusa que parece desarrumada, jogada de lado, demonstrando um aspecto totalmente desequilibrado e desorientado.

Essa mulher nos remete totalmente ao oposto das mulheres das revistas, sempre belas, arrumadas, maquiadas e penteadas, sem preocupações que a deixassem com linhas de

expressões, sempre equilibradas, física e emocionalmente, aparentando uma docilidade e sensatez puramente feminina. A mulher desequilibrada, preocupada com o custo de vida elevado é a que mais chega próximo das mulheres estudadas nos processos criminais. São mulheres preocupadas com o dinheiro, com a compra do mercado, aterrorizadas pelo aumento dos preços, com linhas de expressões, sem tempo para se arrumarem, maquiarem e fazerem penteados em seus cabelos, já que elas precisam trabalhar, colocar comida e pagar as contas de casas.

Trata-se de mulheres “desequilibradas”, que não limitam seus sentimentos, que expressam e extravasam o que sentem, o desespero, o medo, a angústia, que não se preocupam com suas linhas de expressões, com suas vestimentas e com sua aparência. São mulheres, muitas vezes, mães solas, ou mulheres amasiadas com outros homens, mulheres que moram com seus namorados, mas que não são casadas na igreja ou cartório, desmistificando toda essa imagem construída ao redor da mulher das revistas.

São essas mulheres, expressadas nessa imagem do jornal, que analisamos: mulheres que trabalham como domésticas (68% delas, totalizando 63 mulheres), balconistas, vendedoras, lavradoras, motoristas, costureiras, manicures, comerciantes, autônomas, entre outras profissões; mulheres que complementam a renda da casa com seus maridos/amasiados/amantes/namorados ou que simplesmente são a única renda da família. Diferente das mulheres que observamos nas revistas, elas não têm tempo para se arrumarem, elas não podem ficar em casa cuidando de seus filhos e marido, preocupando-se apenas com a sua aparência.

Contudo, apesar das divergências supracitadas, uma semelhança que as mulheres têm em comum é a preocupação com o casamento, e isso se dá independentemente da classe social. O casamento, ou a união consensual, tem sido a única forma legítima de a mulher exercer sua sexualidade.¹⁰⁷ “Além disso, a própria veiculação das imagens femininas como sendo, somente, esposas e mães, reforçava, no cotidiano dessas mulheres, tal possibilidade como o único ideal de vida possível.”¹⁰⁸

Uma parcela das mulheres, tanto na década de 1980 como na de 1990, tinha como objetivo maior arrumar um marido e se casar, e, por isso, nada mais justo elas fazerem a

¹⁰⁷ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p. 56.

¹⁰⁸ PEDRO, loco citato.

vontade de seus maridos e obedecê-los, já que essa vontade pendia muito mais para o lado das mulheres.¹⁰⁹ Segundo Hahner, “enquanto o número de escolas crescia, as moças de famílias ricas recebiam apenas uns poucos anos de fina educação, casavam-se cedo e tinham pouco poder de decisão nos assuntos domésticos”¹¹⁰.

Em contraposição, para os homens, “o casamento aparecia como incômodo”¹¹¹ e “o esperto passou a ser aquele que não casava”¹¹². Pedro relata em seu trabalho uma piada para esse tipo de situação, retratado no jornal *República* de 1896: *Perguntando-se a um espertalhão por que não casava, ele respondeu: - Por quatro razões: se a mulher é feia, aborrece; se é formosa, dá trabalho a guardar; se é rica, temos que sofrê-la; se é pobre, que sustenta-la*¹¹³.

“O que os jornais [e as revistas] faziam era, então, acentuar, com a frequência da reprodução desse tipo de texto, a imagem da mulher como ‘caçadoras de marido’.”¹¹⁴ Além disso, nesses mesmos meios de comunicação, “as solteironas eram ridicularizadas”¹¹⁵. Pedro observa que “falavam delas como figuras universais, sem classe social, e invariavelmente ‘despeitadas.’ Elas eram as supremas ‘caçadoras de maridos’”¹¹⁶.

Apesar da ambiguidade entre ridicularizar as mulheres solteiras e as chamarem de “caçadoras de maridos,” o que mais vendia nos jornais eram matérias relacionadas à casamento: como se vestir para o marido, como manter seu casamento, como se arrumar para encontrar um pretendente, mandamentos de beleza, formas de agir e comportar, entre outras.

¹⁰⁹ PEDRO, 1998, p. 55

¹¹⁰ HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S.A. 1978. p. 57.

¹¹¹ PEDRO, opere citato, p. 53.

¹¹² Ibidem, p. 55.

¹¹³ Ibidem, p. 53.

¹¹⁴ Ibidem, p. 55.

¹¹⁵ Ibidem, p. 56.

¹¹⁶ PEDRO, loco citato.

Figura 11 – Matéria – “... E domingo no lar”



Fonte: Revista Manchete, n. 105, de 24 de abril de 1954.

Um exemplo do que estamos retratando acima pode ser visto nessa reportagem “...*E domingo no lar*”. Esse título, junto com a imagem, transparece-nos a ideia de ser uma reportagem de jovens casais, recém-casados, que estão compartilhando a vida a dois. Domingo é o dia da semana para ficar tranquilo, em casa, em família, é um dia parado, em que as pessoas só querem relaxar enquanto escutam o rádio, leem revistas ou jornais, conversam sobre os acontecimentos da semana com a família, enfim, é um dia para apreciar a família e a preguiça.

Os modelos estão posando para a foto de uma forma apaixonada: o homem está por detrás de sua mulher, segurando em seus ombros; a mulher está segurando a mão do seu marido, com o seu anel de casada; os rostos estão colados, dando a impressão de que o homem estava para beijar sua amada na bochecha. Ele está vestindo um terno elegante e com os cabelos penteados. Ela está com um vestido também elegante, mostrando o busto, mas de forma discreta, com um brinco e um colar que complementam o visual, com um penteado ondulado, uma maquiagem simples e um batom para dar cor em sua boca.

Refletindo acerca dessa matéria, o texto retrata a vida de casados, pontuando que, conforme o tempo for passando, o marido não vai mais contar sobre os acontecimentos que se passaram com ele durante o dia, aos domingos, após o almoço, mas apreciará acompanhar

pelo rádio o futebol, e que a mulher tem que escutá-lo com interesse quando ele estiver contando uma história para os amigos, mesmo que ele já tenha contado para ela, que o marido pode fazer corte a outra mulher, assim como ela também pode esquecer de repregar o botão do seu pijama ou de passar o vinco da calça. Trata-se de questões banais, que acontecem em todo casamento, mas que precisam ser relevadas para não desgastar a relação.

Seguindo com a matéria, o texto nos relata que, apesar das questões banais que acontecem no dia a dia de casados, as mulheres precisam continuar prestando atenção a seu aspecto pessoal, atenção em sua vestimenta, se agrada seu marido e se faz realçar sua beleza. A mulher precisa manter a casa em ordem, mas a sua aparência está em primeiro lugar: sempre impecável, com aparência dócil e feminina, principalmente aos domingos, dias em que a mulher consagra a alegria de ter perto o seu marido.

Essa reportagem nos remonta à ideia de que coisas banais vão acontecer após o casamento, como esquecer de passar a calça do seu marido, de repregar o botão do seu pijama, assim como ele fazer corte a outra mulher e preferir ouvir o rádio de domingo do que ficar conversando com a sua esposa, e, se isso acontecer, não tem importância. O perigo está no aspecto pessoal, de modo que a mulher não deve se descuidar, deixar-se no esquecimento.

Esta propaganda mostra o imaginário deste período que, mesmo em momento de ebulição social e econômica, enfatiza a representação social tradicional da ‘verdadeira mulher’, que tem seu lugar trabalhando em casa, feliz, bem disposta e arrumada, à espera do marido.¹¹⁷

Essa mulher tem que se preocupar em cuidar da casa, mas, principalmente, dela mesma. Sua aparência e beleza são fundamentais para o bom funcionamento do casamento. Assim, o marido não vai precisar cortejar e procurar outra mulher mais bela e jovem do que a sua.

1.3 As instituições e as tentativas de disciplinarização das mulheres

Essa reformulação dos sujeitos sociais fez com que homens e mulheres experimentassem a nova ordem burguesa que se constituiu. “Criaram para si próprios códigos de distinção e de identificação. Entre estes, o registro de uma mulher ideal.”¹¹⁸ Uma sátira que

¹¹⁷ PIRES, 2007, p. 40.

¹¹⁸ PEDRO, 1998, p. 24.

expressa essa mulher ideal foi publicada na Revista *Manchete* em 1952, com o título “*A mulher exemplar*”:

Antes de tudo, linda. Esbelta. Elegante. Um olhar inteligente. Lábios frescos, bem vermelhos. Pele rosada. Cabelos castanho-claros. Joias caríssimas. Não fumava. Não bebia. Não jogava. Centenas de pessoas paravam para admirá-la. Era discutida. Na maioria das vezes, elogiada. Enaltecida. Permanecia impassível. Indiferente. Seus olhos azuis pareciam brilhar de orgulho. Incapaz de dar um sorriso para quem quer que a fitasse. Era um quadro.¹¹⁹

Diversas são as matérias discorrendo sobre como as mulheres devem se comportar, como agradar seus companheiros, sobre vestimentas adequadas e o que fazer para manter o casamento.

Assim se opera uma construção sociocultural da feminilidade, que Simone de Beauvoir analisou (*O segundo sexo*, 1949), feita de contenção, discrição, doçura, passividade, submissão (sempre dizer sim, jamais não), pudor, *silêncio*. Eis as virtudes cardeais da mulher.¹²⁰

“Essas imagens idealizadas de mulheres encontram-se em vários registros”¹²¹, não apenas em revistas ou jornais. As instituições sociais também empregam esse papel de normatizar comportamentos. Além do Estado, da igreja, família, medicina, a educação é um agente influenciador e propagador desses valores. As escolas para as meninas da alta sociedade ensinavam que os bons hábitos produzem boas esposas, mães e donas de casa.¹²²

Os juristas e os médicos eram guardiões de um projeto de progresso e civilização que se impunha à sociedade com novas questões do comportamento moral.¹²³ “Idealizava-se para os populares uma mudança nos hábitos de sair só, e apenas em determinadas horas e para determinados lugares.”¹²⁴ Contudo, ‘esquecia-se’ que a rua, para as mulheres pobres, era também seu local de trabalho, como é o caso das domésticas, quando vão às compras de mercado para os patrões; das lavadeiras, que fazem entrega em domicílio; das autônomas, vendedoras, entre outras profissões, que se locomovem para o local de trabalho e retornam para a casa depois de uma exaustiva jornada de trabalho.¹²⁵ Esses conceitos morais, “gerados

¹¹⁹ Os cadetes do ar festejam o dia do aviador. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n. 27, out. de 1952.

¹²⁰ PEDRO, 1998, p. 24.

¹²¹ PERROT, 2003, p. 21.

¹²² *Ibidem*, p. 22

¹²³ ESTEVES, 1989, p. 47. Apesar da autora Martha Abreu trabalhar em um período anterior ao meu, vejo algumas semelhanças com os discursos apresentados pela autora na cidade de Uberlândia. É interessante notar como questões de períodos passados se fazem presente na cidade do interior de Minas Gerais no período estudado. Por isso estou trabalhando com ela, por encontrar semelhanças em algumas discussões.

¹²⁴ ESTEVES, loco citato.

¹²⁵ ESTEVES, loco citato.

a partir da elite, eram comumente generalizados para todas as classes sociais, criando contrastes e, conseqüentemente, estabelecendo comportamentos patológicos”¹²⁶.

O Estado, por sua vez, compartilhava a ideia dos juristas da virada do século XIX, que acreditavam que “proteger a honra da família era crucial para a defesa da civilização e para a construção de uma nação moderna”¹²⁷. No Rio de Janeiro,

Engenheiros, políticos municipais e federais, médicos sanitaristas e autoridades policiais concordavam com os juristas em que dividiam coletivamente a reponsabilidade de preservar a honestidade feminina por meio da proteção às famílias. As autoridades trabalhavam nas suas respectivas áreas para evitar que as ‘classes perigosas’ se misturassem com as famílias ‘honestas’.¹²⁸

Na construção da cidade maravilhosa “recursos financeiros federais e municipais foram destinados a um projeto de renovação, ‘higienização’ e ‘moralização’ do espaço físico da cidade”¹²⁹ a fim de evitar essa mistura entre as “famílias honestas” e as “classes perigosas”.

Sem mais delongas, o novo grupo social hegemônico poderá exibir os primeiros monumentos votados à sagração de seu triunfo e de seus ideais. O primeiro deles se revela em 1904, com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da lei da vacina obrigatória. Tais atos são o marco inicial da transfiguração urbana do Rio de Janeiro. Era a ‘regeneração’ da cidade e, por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. A nova classe conservadora ergue um decór urbano à altura da sua empáfia. O segundo grande marco da sua vitória é a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, que trouxe a glorificação definitiva dos novos ideais da indústria, do progresso e da riqueza ilimitados.¹³⁰

O discurso proposto no século XIX era a favor da modernização do Rio de Janeiro e da transformação da cidade em uma metrópole europeizada, com valores progressistas europeus. Era preciso então, tirar a pobreza de vista e jogá-la para escanteio, criar avenidas largas, uma rua de comércios chiques, como a *Avenue des Champs-Élysées* em Paris, acabar com os cortiços no centro da cidade, cabarés, reestruturar esses lugares com sofisticação e

¹²⁶ ESTEVES, 1989, p. 47.

¹²⁷ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp /Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. 2000. p. 109.

¹²⁸ CAULFIELD, loco citato.

¹²⁹ CAULFIELD, loco citato.

¹³⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões especiais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003. p. 43.

riqueza, fazer com que as principais ruas e avenidas fossem frequentadas pela elite, e afastar cada vez mais a pobreza do centro, deixando-a nas beiradas da cidade, subindo os morros. Além disso, médicos e psiquiatras também contribuíram com algumas concepções nesse projeto de moralizar, higienizar e modernizar a cidade maravilhosa.

“As autoridades médicas e psiquiátricas, seguindo seus pares europeus, nas tentativas de sanear e modernizar as famílias burguesas do Rio de Janeiro, chegaram a conclusões semelhantes com a dos juristas que definiram família na legislação imperial e republicana.”¹³¹ Para eles, o que fazia a mulher ser considerada “normal” era o instinto maternal e a inibição sexual. Essas características mostravam que a mulher era submissa e casta, ao mesmo tempo que eram frágeis física e psiquicamente, e, por isso, elas eram naturalmente feitas para a vida doméstica. O espaço público era domínio dos homens, já que eles são mais fortes e agressivos por natureza.¹³²

Dessa forma, observamos que estava em curso não só a transformação do espaço público, mas do modo de vida e da mentalidade carioca com valores vindos além-mar. Uma das mentalidades da época, corroborada por médicos e psiquiatras, é a questão do espaço público e privado, em que o espaço público é pertencente aos homens e às mulheres impuras, desvirtuadas, e o privado, às mulheres puras, exemplares. As “mulheres puras” eram aquelas que preservavam sua honestidade e honra. Segundo Caulfield, “existem duas noções divergentes sobre honra: a noção patriarcal de honra como um recurso familiar e a noção burguesa de honra como uma virtude individual”¹³³.

A combinação dessas duas noções de honra ajudou a reforçar os valores da família que Pitt-Rivers descreve como característicos dos países latinos: a honra como precedente era a prerrogativa dos homens, a honra como atributo moral (pureza sexual) era restrita às mulheres, e a defesa da honra feminina, uma responsabilidade masculina.¹³⁴

Em outras palavras, a honra feminina está vinculada à defesa da virgindade ou da sua fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado. O homem é quem defende essa honra, sendo “o legitimador, já que esta é dada pela sua ausência através da virgindade

¹³¹ CAULFIELD, 2000, p. 119-120.

¹³² CAULFIELD, loco citato.

¹³³ Ibidem, p. 85.

¹³⁴ Ibidem, p. 86.

ou pela sua presença legítima com o casamento. Essa ideia é tão poderosa que extrapola a própria mulher, abrangendo toda a família”¹³⁵.

Isso quer dizer que, para uma mulher ser considerada honesta e pura, ela precisa resguardar sua virgindade. A mulher só é honrada, se ela é virgem e se entrega a apenas um homem, no caso, o seu marido. Por isso, uma forma de proteger a honra feminina era vigiando as moças, um papel destinado às suas mães e irmãos, para que elas não ficassem sozinhas em companhia de outro homem que não fosse de sua família. Essas moças tinham como objetivo casarem-se e tornarem-se donas de lares, cuidando dos seus filhos e do seu marido; por consequência o espaço privado – o lar – é destinado para elas.

O comportamento feminino tido como “honesto” era, muitas vezes, incompatível com o cotidiano das moças pobres. “Para os juristas, as mulheres honestas eram mantidas sob estrita vigilância materna, não saíam de casa desacompanhadas, não corriam atrás de possíveis namorados, não frequentavam festas populares nem usavam fantasias carnavalescas.”¹³⁶ “As festas populares foram sendo consideradas bárbaras e vulgares por médicos e políticos.”¹³⁷

A necessidade primordial da mulher era cuidar de sua prole. A sociabilidade das famílias honestas resumia-se em reuniões privadas, como bailes, teatros, jantares e recepções sociais.¹³⁸ As festas que essas famílias poderiam frequentar eram as de caráter religioso, “pois eram ocasiões em que se processavam uma intensa secularização dos costumes”¹³⁹.

A realidade das famílias pobres era diferente. As mães dessas moças precisavam trabalhar, não tinham como vigiar suas filhas, e, mesmo que alguns vizinhos fizessem esse papel para a mãe, era impossível saber onde a filha se encontrava o tempo todo. O lazer das classes pobres eram as festas carnavalescas, era o momento de descanso e prazer. Contudo, essa quebra dos comportamentos ideais pela população pobre fazia com que os advogados dos réus encontrassem uma brecha para desabonar a honestidade das vítimas.¹⁴⁰

¹³⁵ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 303.

¹³⁶ CAULFIELD, 2000, p. 88-89.

¹³⁷ ESTEVES, 1989, p. 51.

¹³⁸ ESTEVES, loco citato.

¹³⁹ ESTEVES, loco citato.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 73.

O processo nº 94¹⁴¹, de homicídio, mostra-nos esse discurso desmoralizador abordado pelo réu. O senhor **W.**, de 23 anos, diz que foi para São Paulo em busca de emprego e que sua mulher ligou dizendo que o filho do casal estava doente, para ele retornar para a cidade. Ao chegar, ficou sabendo que sua esposa, **M.**, estava em uma festa. O acusado foi até o local e viu sua esposa dançando. **W.** relata que “chamou a esposa para um lado e verberou o seu procedimento, pois que enquanto o filho estava sozinho em casa ela estava dançando e que não ficava bem aquele fato porquanto já havia comentários a respeito de sua conduta.”¹⁴²

Nessa medida, o que se poderia dizer a favor das mulheres pobres que frequentavam aqueles locais e por vezes se dirigiam às delegacias com o objetivo de denunciar um crime do qual tinham sido vítimas? Dificilmente conseguiriam reunir provas que as caracterizassem como mulheres higiênicas, uma vez que o dito lazer popular passava a ser considerado como nocivo à saúde do corpo social. [...] As mulheres que frequentavam as festas religiosas ainda poderiam ser ‘desculpadas’.¹⁴³

“Ora, a mãe pobre possuía um trabalho oposto à sua função de guardiã do lar, morava em casas coletivas e seu lazer era na rua. Como provar na justiça sua honestidade, se eram julgadas e condenadas pelos padrões da mulher da elite?”¹⁴⁴ Percebemos, então, que por trás da punição e julgamentos dos réus, “existia uma nítida estratégia de difusão de um modelo familiar”¹⁴⁵. A construção de um mundo de imagens idealizadas fez com que a sociedade instituisse discursos e hábitos moralizantes e costumes regrados, “em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior das habitações, era preciso revelar para os pobres o modelo de organização familiar a seguir”¹⁴⁶. Era assim que a Justiça exercia um papel educativo frente às camadas populares¹⁴⁷, difundindo valores e normas comportamentais elitistas.

Dando continuidade a esse assunto, “as mulheres honestas não moravam em casas ‘imorais’, como os cortiços superlotados e de estrutura precária, nem em casas construídas em invasões no centro da cidade, e não tinham famílias ‘imorais’, o que incluía parentes ou irmãos vivendo em uniões consensuais”¹⁴⁸. Essas definições não se aplicam às famílias pobres, pois elas moram onde o dinheiro paga – nos cortiços ou em casas construídas em

¹⁴¹ Centro de Documentação Histórica – Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS). Processo 94, caixa 05. 1980.

¹⁴² CDHIS. Processo 94, caixa 05. 1980.

¹⁴³ ESTEVES, 1989, p. 51.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 75.

¹⁴⁵ ESTEVES, loco citato.

¹⁴⁶ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 61.

¹⁴⁷ ESTEVES, opere citato, p. 75.

¹⁴⁸ CAULFIELD, 2000, p. 88-89.

invasões. Ademais, algumas mães se juntavam com seu atual amasio/amante e viviam no mesmo teto para conseguirem sustento. Essas definições que se aplicavam às mulheres tinham pesos diferentes conforme suas classes.

Na mesma lógica dos juristas, o espaço privado é visto como um espaço seguro para as mulheres, visto que elas estão sempre sob a vigia de alguém na casa, ficando livre dos pecados carnis e das infâmias. “As moças de família, vivendo no recato do lar doméstico, sob vigilância materna, saberiam conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos.”¹⁴⁹ O privado preserva a doçura, a feminilidade e a honra da mulher pura. O espaço público é lugar dos homens, por ser um ambiente mais agressivo, hostil. Nas ruas, encontram-se vícios, como o cigarro, o álcool e a prostituição; é um lugar promíscuo e frequentado por mulheres impuras, que não têm sua honra preservada.

A associação entre as concepções de espaço privado e público e de mulheres puras e impuras era evidente não somente nas definições jurídicas ou nas atividades das mulheres da elite, mas também na maneira como as famílias ricas lidavam com as empregadas domésticas.¹⁵⁰ As famílias classificavam as empregadas como “de casa”, “geralmente jovens e inexperientes, eram muito mais controladas e mantidas dentro da casa dos patrões”¹⁵¹, e “de fora”, “implicitamente não virgens, trabalhavam e tinham vida social na rua. A Justiça também associava falta de pudor à exposição das jovens aos locais públicos”¹⁵².

Graham argumenta que “a designação convencional de segurança ou perigo, limpeza ou sujeira, valorização ou degradação” colocava a casa como segura e a rua como perigosa.¹⁵³ Porém, para as empregadas domésticas, esses significados eram o inverso.¹⁵⁴

Elas eram constantemente submetidas a situações perigosas e a abusos físicos e sexuais nas casas onde trabalhavam, ao passo que a rua lhes dava uma relativa autonomia em relação aos patrões e contato com pessoas de sua própria comunidade. Da mesma forma, Esteves mostra que as mulheres da classe trabalhadora se socializavam e namoravam abertamente em locais públicos e, em geral, não sabiam que o fato de saírem sozinhas poderia comprometer sua reputação nos tribunais.¹⁵⁵

¹⁴⁹ ESTEVES, 1989, p. 68.

¹⁵⁰ CAULFIELD, 2000, p. 120.

¹⁵¹ CAULFIELD, loco citato.

¹⁵² CAULFIELD, loco citato.

¹⁵³ CAULFIELD, loco citato.

¹⁵⁴ CAULFIELD, loco citato.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 120-121.

As mulheres pobres não tinham os mesmos objetivos e prioridades que as mulheres ricas. As mães e os irmãos não poderiam vigiar as moças honestas, e muito menos, morar em uma casa só deles, a renda era curta demais. As mães, os irmãos e as moças virgens tinham que trabalhar fora de casa. Sua moradia era em um cortiço, e suas vidas eram voltadas para o trabalho e não para o casamento. Muitas vezes, essas famílias pobres não tinham uma figura paterna, considerada o chefe da casa. Tratava-se de uma realidade diferente com valores diferentes.

Outra necessidade dessas famílias era a questão de morar próximo ao local de trabalho¹⁵⁶, pois isso facilitava na locomoção e no tempo para chegar até o local, tornando-se mais econômico e vantajoso para eles. Além disso, os trabalhos encontrados pela população pobre eram, em sua maioria, manuais. Para os homens era trabalho de mecânico, açougueiro, pintor, eletricitista; para as mulheres era serviço doméstico, lavadeiras, costureiras, vendedoras e secretárias. Caulfield nos relata sobre isso,

Para os homens, a oferta de trabalho era maior nas docas, nas ferrovias ou nas oficinas do centro da cidade e nos estabelecimentos comerciais. Muitas mulheres faziam serviço doméstico, trabalhando em ‘casa de família’ ou lavando roupa para fora nos quintais dos cortiços ou em praças públicas. Algumas trabalhavam como mascates, chapeleiras ou costureiras. No final do século XIX, muitas acharam trabalho nas indústrias têxtil e de bens de consumo, que estavam em expansão. No começo do século XX, muitas jovens de ‘boa aparência’ (um eufemismo para a ‘cor branca’) da classe trabalhadora podiam conseguir emprego como vendedoras nas confecções e nas lojas, que atendiam principalmente às consumidoras mais ricas.¹⁵⁷

Esses trabalhos manuais eram vistos como degradantes, com horas de expedientes absurdas e mal remunerados. As classes mais altas não se sujeitavam a eles, se muito, elas exerciam o trabalho intelectual, eram professores, advogados, médicos ou donos de algum estabelecimento comercial. Por isso, apesar de o trabalho manual não ser visto como uma atividade indigna, continua sendo exercido pelas classes sociais pobres, que se submetem a extensas jornadas de trabalho, de forma desumana, sem nenhum respaldo ou segurança, enquanto a classe social mais rica, como a burguesia, desfruta da produção de riqueza gerada através da exploração da força de trabalho dos operários.¹⁵⁸ Isso mostra que o trabalho pesado e desqualificado fica com a classe baixa, que aceita qualquer oportunidade para ganhar seu

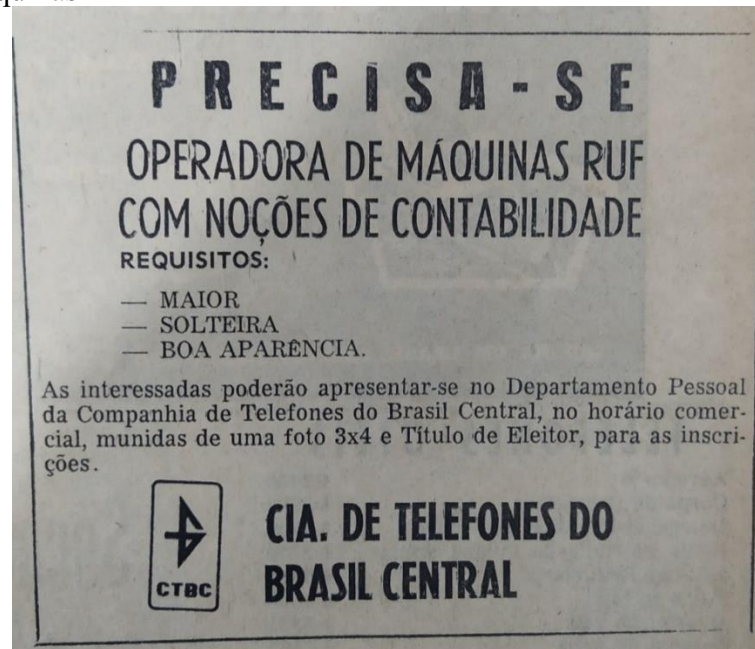
¹⁵⁶ CAULFIELD, 2000, p. 121.

¹⁵⁷ CAULFIELD, loco citato.

¹⁵⁸ NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do; BEZERRA, Tânia Serra Azul Machado. **TRABALHO MANUAL VERSUS TRABALHO INTELECTUAL: DUALIDADE E HISTORICIDADE NA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR.** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID4967_25082015083326.pdf> Acesso em: 20 fev. 2020.

sustento, não precisando de estudos para exercer a função. Posto isto, podemos analisar essa questão com o anúncio retirado do jornal *Correio de Uberlândia* de 1975:

Figura 12 – Anúncio do jornal *Correio de Uberlândia* contratando moças para operadora de máquinas



Fonte: Correio de Uberlândia (1975)

Percebemos que a figura acima diz respeito a um anúncio de emprego. Em negrito e com letra maiúscula, o anúncio começa dizendo que “precisa-se” de operadora de máquinas *Ruf* (marca de uma máquina de escrever). Um ponto interessante é que o jornal se utiliza do artigo feminino para oferecer a vaga, o que nos remonta à ideia de uma vaga feminina. Além disso, os requisitos para se conseguir o emprego de operadora de máquina são apenas três: *maior, solteira e boa aparência*. Em nenhum momento foi demandado experiência na área, algum curso de datilografia, conhecimento no ramo, apenas esses três pré-requisitos citados. Isso retoma a ideia das revistas de que a boa aparência das mulheres era mais importante para conseguir emprego do que a questão intelectual.

Apesar desses novos postos de trabalhos, que surgem com o desenvolvimento econômico brasileiro da época, o que era exigido para as mulheres como requisito era a sua aparência. São esses empregos, sem necessidade de conhecimento na área ou tempo de experiência, que as mulheres de classes baixas começam a exercer.

Outro problema desses trabalhos manuais feitos pela população pobre é a exposição das moças em lugares públicos, pois, com isso, elas ficavam sob a suspeita de “prostitutas clandestinas” pela polícia e outras autoridades públicas.¹⁵⁹

Por fim, é importante ressaltar que apesar dos esforços para estabelecer regras, as concepções e os usos alternativos do espaço público por aqueles que não se comportavam de acordo com as normas das famílias higienizadas e disciplinadas continuavam presentes.¹⁶⁰

1.4 A representação local da mulher idealizada no imaginário social através da revista *Uberlândia Ilustrada*

Adentrando ao imaginário local, observamos algumas questões semelhantes com a revista *Manchete*. Arantes, o dono da revista *Uberlândia Ilustrada*, pautou-se em algumas estratégias utilizadas na época para ganhar leitores e adeptos a sua revista, por exemplo, as páginas dedicadas às mulheres.

Como deleito para as mulheres, a revista local também apresentava páginas femininas. Nessa seção, como já foi dito, Arantes publicava poesias de sua autoria, assim como de autores conhecidos em nível nacional e autores da cidade e região. Os temas retratavam: o papel da mulher e da mãe na sociedade e outros acerca do amor.¹⁶¹

Nessas páginas, encontravam-se também informações sobre os concursos de beleza, dicas de beleza, tais como receitas para evitar a queda de cabelo e como escová-los, além de sugestões de como deixar sua pele bonita e atraente. “A publicação de fotografia das rainhas da beleza, *miss Uberlândia* e *miss Brasil* eram frequentes neste caso. A seção apresentava também muitas fotografias de jovens da cidade e região, sempre acompanhadas de legendas elogiosas.”¹⁶²

¹⁵⁹ CAULFIELD, 2000, p. 121.

¹⁶⁰ CAULFIELD, loco citato.

¹⁶¹ LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961**. 2004. 401 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 206

¹⁶² LIMA, loco citato.

Figura 13 – Página da revista *Uberlândia Ilustrada*



Fonte: Revista *Uberlândia Ilustrada*, n. 25, setembro de 1959.

Uma representação do que foi dito é a figura retratada acima. Abrindo a página feminina, temos a homenagem prestada por Arantes para essas duas mulheres mineiras: uma foi a *miss* Minas Gerais de 1959 e a outra foi a *miss* do Triângulo Mineiro de 1958. Essas mulheres retratadas nos mostram o padrão de beleza para a região da época, uma vez que elas venceram concursos de beleza de Minas Gerais.

Ambas as fotografias mostram as mulheres olhando para a transversal: a *miss* Minas Gerais está sorrindo para a foto; seu cabelo está preso; percebemos uma maquiagem suave, mas que realça a sobrancelha e a boca; e ela se encontra com um colar de pérolas. A *miss* do Triângulo Mineiro também está com o cabelo preso e uma maquiagem suave, e percebemos o mesmo formato arqueado de sobrancelha da *miss* de Minas Gerais, mas, diferente desta, a mulher não está sorrindo para a foto.

Apesar da semelhança com a revista *Manchete* em retratar as mulheres belas e *misses* nas páginas femininas, uma simples questão as diferenciava. Arantes não colocava em seu periódico atrizes internacionais, mulheres americanizadas: ele fazia questão de enaltecer as mulheres mineiras, colocando mulheres da cidade e região para ilustrar as páginas da *Uberlândia Ilustrada*.

Em alguns números, a revista homenageava, na Página Feminina, mulheres que se destacavam em alguma atividade de cunho assistencialista, cultural e político, publicava, então, fotografias de professoras, mulheres de políticos, poetisas, voluntárias de organizações assistenciais e rendia-lhes entusiasmados elogios.¹⁶³

Percebemos, com isso, que o autor não estava em busca de uma modernização ao molde norte-americano retratado nas revistas de circulação nacional da época. Arantes era adepto da modernização, mas uma modernização limitada. Assim, ele gostava de enaltecer as mulheres nas páginas do periódico, mas eram, em sua maioria, as mulheres mineiras e que se encontravam em algum trabalho dito como feminino – professoras, poetisas, *misses*. Mostrando que as mulheres participavam do meio público, mas sem sair muito do padrão de mulher feminina, doce, recatada e do lar.

Figura 14 – Matéria da revista *Uberlândia Ilustrada* retratando uma farmacêutica uberlandense



Fonte: Revista *Uberlândia Ilustrada*, n. 24, junho de 1958.

Arantes, em uma de suas edições, abriu a revista para a história da farmácia e farmacêuticos de Uberlândia e, como de costume, homenageou uma mulher uberlandense. O autor colocou a foto que registra a formatura da farmacêutica Norma Macedo e escreveu um texto informativo sobre ela.

Essa mulher uberlandense, que acabara de se formar na Escola de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, era filha de pessoas conhecidas da cidade e fazia parte da elite

¹⁶³ LIMA, 2004, p. 207.

local. Sua participação na revista nos faz entender que o autor sabia quem ele homenagearia em seus periódicos, não eram pessoas aleatórias escolhidas por ele. Apesar de parecer uma escolha ingênua, Arantes sabia como agradar seu público-alvo. Talvez, para o leitor local, o interesse pela *Uberlândia Ilustrada* “fosse o prazer de ver citado o nome de seus familiares na revista”¹⁶⁴.

Com isso, deduzimos que Arantes sabia da importância de retratar em seus periódicos pessoas conhecidas na cidade, pois era interessante para a visibilidade da revista. A cidade de Uberlândia nos anos 50 era formada por famílias que residiam aqui desde o século passado, e enaltecê-las fazia com que os periódicos ganhassem adeptos à sua leitura.¹⁶⁵

Outro ponto que podemos destacar é que essas mulheres enaltecidas nas revistas eram vistas como as mulheres modernas da cidade. Elas seguiam, nesse sentido, o mesmo discurso feito para as mulheres modernas retratadas nas revistas nacionais, ou seja, frequentavam o espaço público, trabalhavam fora de casa e estavam inseridas em novas profissões, como a de *miss*, poetisas e farmacêuticas.

Figura 15 – Mulheres mineiras retratadas na revista *Uberlândia Ilustrada*



Fonte: Revista *Uberlândia Ilustrada*, n. 22, setembro de 1957.

¹⁶⁴ LIMA, Sandra, 2007, p. 240.

¹⁶⁵ LIMA, loco citato.

Assim como as demais reportagens, Arantes estampa na página da revista de 1957 duas mulheres conhecidas pela sociedade mineira. A primeira foto é da vencedora do concurso de beleza da época, a *miss* Uberlândia, Rachel Rodrigues, e a segunda foto é da Eva Reis, uma escritora e poetisa mineira.

Outra semelhança que podemos analisar é a composição das fotos, na qual percebemos um padrão em fotografar essas mulheres. Rachel, assim como Eva, está virada um pouco para a transversal, uma pose bem comum vista até agora nas fotografias femininas.

Analisando um pouco mais a fotografia, vemos que a *miss* Uberlândia está sorrindo para a foto e que seu cabelo está com um penteado ondulado. Percebemos pela boca que ela está com uma maquiagem leve, uma roupa mais discreta e um brinco que dá um destaque. Eva, diferente da *miss*, está mais séria, mas seu cabelo também está ondulado, e pela boca também percebemos uma leve maquiagem. Para dar um toque mais feminino, Eva está posando com um ramo de flores.

Embora essas reportagens da revista local estejam enaltecendo mulheres mineiras, em nenhuma delas vemos uma matéria extensa, dialogando com a fotografia. Isso difere da revista *Manchete*, que apresenta as fotografias das modelos internacionais para complementar um texto e chamar atenção para a matéria que vem a seguir. Já a revista *Uberlândia Ilustrada* apresenta fotografia de mulheres mineiras apenas para enaltecê-las e estampar na revista pessoas conhecidas da cidade.

Mesmo nas páginas femininas, nas quais se encontram as matérias dedicadas ao público feminino, na revista local essas matérias apareciam de vez em quando, em uma ou outra edição. Na maioria das vezes, nessas páginas, o que se encontravam eram poemas e essas fotografias femininas vindas com elogios do autor. Arantes não se preocupava em dedicar matérias para as mulheres, informá-las sobre a “modernidade feminina”; ele apenas tentou “adaptar-se ao novo sistema de vida, mas sem mudanças drásticas”¹⁶⁶.

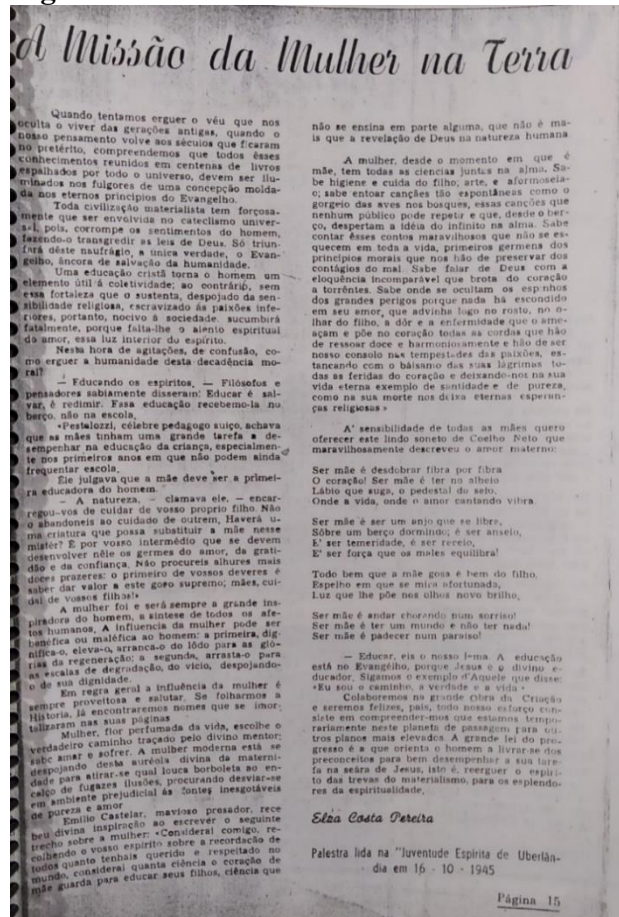
Era uma modernidade que acompanhava o ritmo da evolução dos padrões de comportamento da época, muitas vezes chocando; outras vezes impressionando e, em muitas, não alterando a ordem constituída daqueles comportamentos que insistiam em permanecer no ritmo do passado, até porque nem toda a mudança acontece uniformemente. As mudanças vão se processando lenta e gradativamente, em ciclos que levam em conta o ritmo e

¹⁶⁶ KLANOVICZ, 2017, p. 74.

a disposição de cada indivíduo e de cada sociedade em acompanhar, especialmente padrões de comportamento e tendências de moda.¹⁶⁷

Nesse sentido, a revista *Uberlândia Ilustrada* representou o universo feminino dando prioridade à voz “daquelas que pertenciam a uma sociedade que, mesmo dizendo-se em transformação, permanecia ainda com alguns padrões de comportamento do século 19”¹⁶⁸.

Figura 16 – “A missão da mulher na terra”



Fonte: Revista *Uberlândia Ilustrada*, n. 23, janeiro de 1958.

A reportagem estampada na Figura 16 nos mostra um pouco do que é esperado para a mulher uberlandense da época, um modelo idealizado pela visão cristã, difundido em uma palestra na cidade. Segundo Elza Pereira, a palestrante, a mulher têm um papel fundamental na educação cristã e na vida do homem. É a mulher quem passa essa educação para seus filhos. Além disso, ela tem o papel de ser: mãe, protetora da sua casa, cuidadora de seus filhos e de sua higiene e devota da religião, já que é a mãe quem vai passar para seus filhos o conhecimento cristão para que essa criança cresça e vire um “cidadão de bem,” higienizado e idealizado.

¹⁶⁷ SERPA, 2017, p. 79.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 106.

“A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância constituíram as peças mestras nas relações intrafamiliares.”¹⁶⁹

À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros das famílias, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe [...].¹⁷⁰

Nesse cenário, a mulher tinha um papel essencial para a família e para o Estado, uma vez que era a mulher-mãe quem educava e cuidava dos filhos, da casa, quem ensinava os perigos dos vícios e do mau comportamento e quem formava cidadãos higienizados. Assim, em todas as fases da sua vida (namorada, esposa, mãe, etc.), a mulher tinha um papel fundamental, que era difundido não só pelas matérias das revistas, mas também, por médicos e juristas.

As instituições procuravam, então, “fazer com que as famílias produzissem cidadãos ordeiros e trabalhadores”¹⁷¹ e passavam a ideia de que as mulheres fossem vistas como frágeis, abnegadas e vigilantes, “exaltando as virtudes burguesas de laboriosidade, da castidade e do esforço individual”¹⁷². Desse modo, elas forjavam uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa¹⁷³, uma visão conservadora dos papéis sociais.

Em consonância com essa reflexão, encontramos uma reportagem na revista *Uberlândia Ilustrada* que nos mostra os direitos e deveres dessa mulher moderna. Percebemos semelhanças não só com o que acabamos de dizer, mas com o primeiro capítulo e com as matérias da revista *Manchete*. Isso porque a matéria retoma a ideia do casamento, os deveres e obrigações dessa nova mulher, que cuida da família, dos filhos, e, principalmente, do marido.

¹⁶⁹ RAGO, 1997, p. 62.

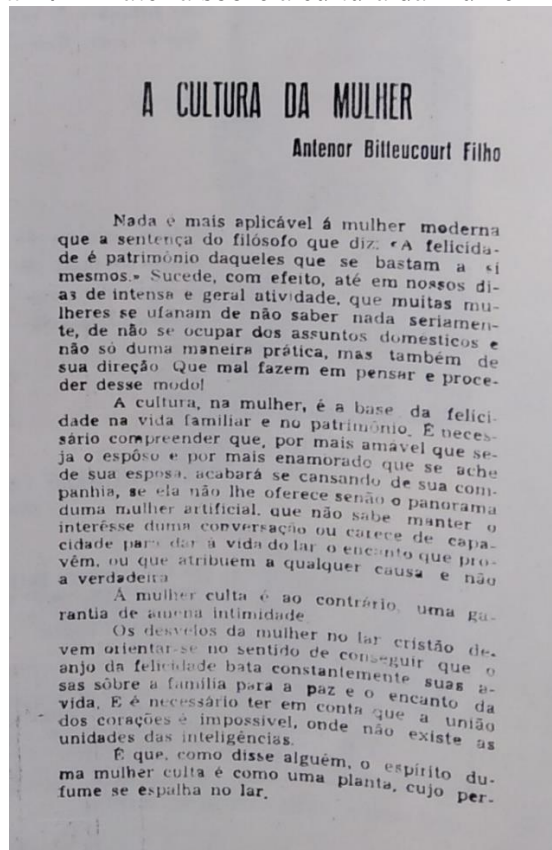
¹⁷⁰ RAGO, 1997, p. 62.

¹⁷¹ ESTEVES, 1989, p. 31.

¹⁷² RAGO, opere citato, p. 62.

¹⁷³ RAGO, loco citato.

Figura 17 – Matéria sobre a cultura da mulher moderna



Fonte: Revista Uberlândia Ilustrada, n. 23, janeiro de 1958.

A reportagem acima nos remete à Figura 9 do primeiro capítulo. Em ambas as reportagens, a mulher tem algumas obrigações e deveres a serem seguidos para o funcionamento de seu casamento, e um deles é o interesse por assuntos e conteúdo pelos quais seu marido se interessa. Para a ordem e o bom funcionamento do casamento, a mulher, além de manter a atenção na conversa com seu marido, precisa saber conversar sobre o assunto, falar o mínimo que for e demonstrar interesse (mesmo que ele já tenha falado sobre esse assunto em outro momento). Segundo Antenor B. Filho, a mulher culta consegue administrar a vida do lar, mantendo-a sempre limpa, organizada, e ainda se interessar por assuntos semelhantes aos de seu espóso.

A mulher não precisa ter um vasto conhecimento sobre as coisas, apenas o básico para o bom funcionamento da conversa e do convívio. Ela precisa ser uma boa ouvinte assim como uma boa dona de casa, e sua casa deve sempre permanecer impecável, bem como a sua aparência – como já vimos em outras reportagens. Uma mulher que consegue conciliar esses recursos consegue manter a casa impecável, a aparência bela e o casamento duradouro.

Percebemos, com essa matéria, que Arantes, o dono da revista, espelhou-se no discurso da mulher moderna retratada na *Manchete* para incorporar o discurso da mulher moderna de Uberlândia. Contudo, a figura de mulher moderna com a qual nos deparamos aqui é a figura atrelada ao papel de mãe, dona de casa e esposa compromissada.

Entendemos, assim, que, no interior de Minas Gerais, vendia-se mais a ideia de mulheres aliadas ao espaço privado, sendo preparadas para o casamento, com dicas para um relacionamento feliz e duradouro e sugestões para o cuidado de si, o que demonstra uma sociedade mais conservadora a que consumia essa revista. Já o discurso de modernidade visto na revista nacional abrangia as camadas médias e altas que aderiam a atributos da modernidade com mais rapidez.¹⁷⁴

Figura 18 – A mulher moderna, segundo a revista *Uberlândia Ilustrada*

A

(FRINEIA)
"Para exprimir a mulher, nada como o rosto"

(JEANA LOCTEAU)
Um rosto belo e bem cuidado garante sucesso à mulher.
A beleza física deve aliar-se boa aparência de saúde, melguice, cultura etc, tornando-se assim o tipo da mulher ideal.
Nesta modesta coluna de beleza, não posso traçar uma linha de conduta, ou mesmo um manual de ensinamentos úteis à mulher em

Vênus

todos os setores da vida. Apenas um leve esboço, o qual seja suficiente para que compreendais a necessidade de um fundo harmonioso para a beleza individual, pois, nesta coluna citarei apenas recetinhas tão do nosso agrado, para o aprimoramento da pele e dos cabelos.
Escolhi, para abrir este pequeno "receituário de beleza" primeiramente tratando dos "cabelos", o adorno de inestimável valor. Cabelos limpos, sedosos e brilhantes enfeitam a mulher. A visita constante ao cabeleireiro não em-

Moderna

beleza os cabelos, como a maioria acredita. Apenas uma melhor aparência se torna positiva.
Para realçar e embelezar os cabelos, é preciso escová-los com atenção e cuidado, para não parti-los.
Para o embelezamento dos cabelos devemos ter em mente dois objetivos: Escovar e lavar.
1) — Escovar: Reparta os cabelos em me-

chas, e escove da parte aderente ao couro cabeludo às extremidades, sem achatá-los à cabeça, após percorrer todo o couro cabeludo in-
mento geral.
cine a cabeça para a frente de modo que os cabelos se soltem, fazendo assim um escovado geral.
2) — Lavar: O essencial para que os cabelos fiquem limpos é enxaguar bem e não apurar o ração diretamente aos cabelos. Se for possível, o uso, deve ser dissolvido em água morna, para estar em condições de ser usado. O sabão aplicado diretamente ao couro cabeludo, deixa os cabelos sem brilho. É preferível usar o sabão líquido, desses que se encontram nas boas perfumarias.
Para se garantir uma boa limpeza, os cabelos devem ser ensaboados duas vezes, e enxaguados quatro vezes em água limpa após a segunda aplicação do sabão.
Na última água junte um pouco de vinagre ou de suco de limão, para dar-lhes mais brilho e limpeza perfeita. Isso feito uma ligeira aplicação de um óleo de suave perfume, para restaurar o que foi retirado pelo banho é necessário, antes de se fazer o penteado.

RECEITAS E LEMBRETES

A) Queda dos cabelos:

Acido Salicílico	1 gr.
Sublimado	0,50
Rosereína	0,25
Coral	0,50
Tainha	0,50
Óleo de ricino	10 grs.
Essência de iris	10 grs.
Alcool 40 graus, q. s.	300 grs.

Esta receita além de prevenir a queda dos cabelos, é ótima para o crescimento.

B) — Cabelos grisalhos:
Pode-se retardar o embranquecimento dos cabelos, usando fricções com as seguintes misturas:
Óleo de mina 0,75 grs.
Água de rosas 50 grs.
Oxido pirogálico 50 grs.

Importante: — Para qualquer consulta sobre beleza, escrever para Frineia, — Caixa Postal, 84 ou av. Menesthor Eduardo à Hilda Rodrigues Silva — Uberlândia — Minas (Prossiguetemos)

Fonte: Revista *Uberlândia Ilustrada*, n. 24, junho de 1958.

A reportagem retirada da *Uberlândia Ilustrada* nos mostra os padrões esperados para a mulher moderna uberlandense. Todavia, antes de entrar de fato na matéria, vale pensar um pouco sobre o título – “*A Vênus Moderna*”. Na mitologia romana, a Vênus é a deusa do amor e da beleza, assim como é a Afrodite para a mitologia grega.¹⁷⁵ A Vênus era a representação

¹⁷⁴ KLANOVICZ, 2017, p. 70.

¹⁷⁵ DIANA, Daniela. Deusa Vênus. **Toda Matéria**, 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/deusa-venus/>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

ideal de beleza feminina; ela era jovem e bela, e isso causava inveja em outras deusas.¹⁷⁶ Como essa matéria fala sobre beleza, nada mais justo que relembrar a deusa e colocar seu nome como título. A palavra “moderna” vem com o intuito de mostrar como seria a deusa Vênus na atualidade, inspirando as mulheres leitoras das revistas a seguirem esses conselhos de beleza.

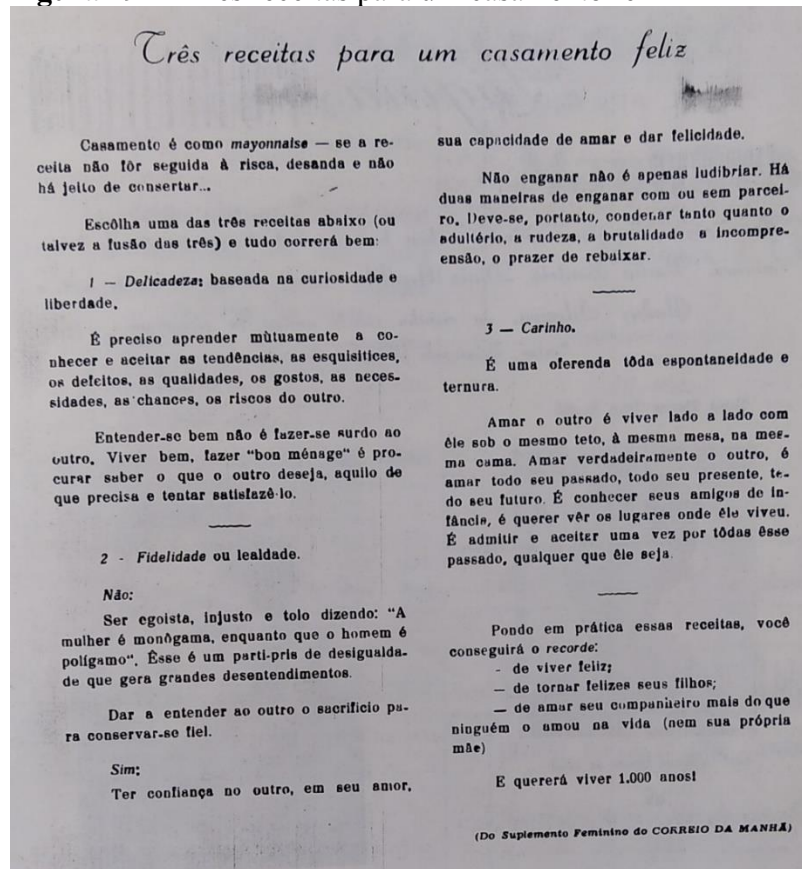
Essa matéria pode ser vista como um complemento daquela apresentada na Figura 17. Observamos que as mulheres consideradas modernas em Uberlândia eram aquelas destinadas ao espaço privado, sendo mães e esposas. Já com essa matéria, analisamos os padrões de beleza para essas mulheres. Segundo a reportagem, um rosto belo e bem cuidado garante o seu sucesso. Além disso, ela precisa ser bela, meiga e culta para ser o tipo idealizado de mulher.

Como já vimos anteriormente, a mulher ideal cuida de si, da sua saúde e da família. Ela não pode ser desleixada, pois uma mulher que não se cuida não consegue manter a atração de seu marido para si, e ele pode procurar por outras. Era preciso sempre agradar seu parceiro, deixar tudo impecável. Por isso, assim como a revista *Manchete* ensina, a revista *Uberlândia Ilustrada* também retrata esse assunto.

A mulher “moderna”, então, precisa aprender que, além de ser dona de casa e mãe, é necessário manter os cuidados básicos com a sua saúde, sua pele e cabelos. É fundamental manter tudo belo e organizado, principalmente os cabelos, um charme à parte para as mulheres da época. Uma casa impecável, com uma mulher deslumbrante, é o que as revistas vendiam como solução perfeita para um casamento longo e duradouro.

¹⁷⁶ DIANA, 2020.

Figura 19 – “Três receitas para um casamento feliz”



Fonte: Revista *Uberlândia Ilustrada* nº 25, setembro de 1959.

Não nos resta dúvida de que a mulher era feita, segundo a imprensa, para o casamento e a vida no lar. Por isso, as reportagens que encontramos sempre são nesse viés de moldar a mulher para o casamento e para se tornar uma mulher perfeita. É preciso mostrar que, para um bom funcionamento do casamento, é papel das mulheres ser uma ótima esposa, mãe dedicada e dona de casa. Se elas não seguem à risca “a receita”, o casamento pode desandar, e o sonho desmoronar.

Por conseguinte, a revista *Uberlândia Ilustrada* nos mostra três “receitas” para o bom funcionamento do casamento. A primeira é a delicadeza, que nos remete à ideia de que o casal tem que se conhecer, saber os gostos um do outro, os defeitos, sempre estar aberto a ouvir o que o outro tem a dizer, retomando a ideia da Figura 17. A segunda “receita” seria a fidelidade: nada mais importante do que ser fiel dentro de um relacionamento, não querendo justificar o erro dizendo que a mulher é monogâmica e o homem é poligâmico. E a terceira, e última “receita”, é o carinho: amar seu companheiro, conhecer seus amigos, seu passado, amá-lo apesar de tudo. Esses conselhos seriam a base para um relacionamento longo e feliz, tudo o que muita mulher sonhava em ter.

A felicidade da mulher está atrelada ao cumprimento dos deveres de esposa, mãe e dona de casa. Sempre com devoção religiosa. A obediência ao marido seria a garantia de que este, em recompensa, lhe seria zeloso e bondoso. Uma mulher casada deveria manter a cautela. Atender aos pedidos do marido sem se voltar contra ele.¹⁷⁷

Essas mulheres e seus comportamentos eram uma preocupação para a revista. Conquistá-las era o foco, já que eram elas o público consumidor de grande potencial da época.¹⁷⁸ Por isso, as matérias da revista *Uberlândia Ilustrada* eram destinadas às mulheres modernas uberlandenses intituladas de donas de casa e esposas dedicadas. De mais a mais, se a mulher ia “modernizando-se” graças às matérias das revistas, “no aspecto visual, conseguiam também benefícios que agora ajudavam a *rainha do lar* a exercer suas atividades de modo prático por meio dos novos utensílios domésticos”¹⁷⁹.

Figura 20 – Anúncio da marca *Walita* com sugestões de presentes para o Dia das Mães



Fonte: Correio de Uberlândia (1963)

Com a sociedade modernizando-se, o lar também passa a modernizar-se. Assim, equipamentos começam a fazer parte de uma revolução doméstica de praticidade e de

¹⁷⁷ SUTIL, Séfora Semíramis. **Os sentidos da honra**: virtudes femininas no universo masculino da região de Formiga/MG (1820-1870). 2020. 227 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, Minas Gerais, 2020. p. 91.

¹⁷⁸ SERPA, 2017, p. 107.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 79.

conforto sobre os lares brasileiros. Nesse período, surgem utensílios indispensáveis para o funcionamento da “casa moderna”.

Para complementar esse estímulo à vida doméstica, que já podia experimentar equipamentos modernos que traziam mais conforto às donas de casa, novos utensílios surgiam e ofereciam mais possibilidade de modificar a arte culinária e o rude trabalho doméstico.¹⁸⁰

Como podemos observar na propaganda exposta na Figura 20, o presente moderno facilita a vida da jovem noiva assim como da mulher mais velha em seus afazeres domésticos. A felicidade do sexo feminino está em ganhar presentes que ajudem no dia a dia, já que a mulher foi feita para ser esposa, mãe e dona de casa. Segundo Pedro, “os papéis femininos que passaram a ser valorizados foram aqueles das ‘seis palavras’ [mulher amante, filha, irmã, esposa, mãe, avó]”¹⁸¹. Estes aparecem, com frequência, nos jornais e revistas locais e nacionais, e constituíram-se em vitrina de classe, demonstrando como uma mulher deveria se portar perante a sociedade, legitimando a desigualdade econômica.¹⁸²

Ademais, percebemos que a dessemelhança entre a revista nacional e a local está no discurso difundido da mulher moderna. Para a nacional, a mulher moderna ocupa espaços públicos, trabalha fora de casa, é vaidosa, gasta seu dinheiro com novos produtos estéticos e se preocupa com a moda. Para o local, a mulher moderna é aquela que se preocupa com o casamento, dona de casa, mãe em tempo integral, que cuida da sua saúde e beleza para agradar seu marido e também a mulher que trabalha fora de casa, mas com trabalho feminino, ou seja, professora, poetisa, *miss*; enfim, a modernidade para a revista local é uma forma mais discreta e com poucas mudanças de comportamento feminino e masculino. O que podemos ver de fato como moderno é a questão dos eletrodomésticos, já que eles surgiram como o “aliado perfeito” para essa “nova mulher” que precisa de mais tempo para cuidar de si e da sua família, sem se esquecer do ordenamento da casa.

Nesse sentido, Uberlândia nos mostra uma cidade com uma modernidade relativa. Percebemos que a cidade continua com o mesmo pensamento do século passado, as mulheres continuam ocupando os mesmos espaços, a questão do espaço público continua limitada e os comportamentos femininos e masculinos são os mesmos. A figura feminina ainda é vista como mãe, esposa e dona de casa, assim como os homens continuam sendo os detentores da casa, ocupando ainda mais o espaço público e o lugar de chefe da família. Além disso, o

¹⁸⁰ SERPA, 2017, p. 84.

¹⁸¹ PEDRO, 1998, p. 17.

¹⁸² PEDRO, loco citato.

público leitor da cidade não era o mais elevado, mas Arantes conseguiu, com suas matérias, textos e, principalmente, com as imagens ilustrativas de pessoas conhecidas, fazer com que a revista ganhasse anos de publicação e não caísse em esquecimento.

Aliás, percebemos que o público leitor da cidade não era o mesmo público leitor da revista *Manchete*, já que a população uberlandense comprava a revista *Uberlândia Ilustrada* e tinha uma mentalidade parecida com a revista local. Apenas Arantes era adepto (em partes) da revista *Manchete*, visto que ele se inspirava nesse periódico para fazer as páginas dedicadas às mulheres, a diagramação da revista e as capas. Fora isso, a revista *Manchete* teve um enorme peso para o nacional, mas era pouco lida e consumida pelo público leitor de Uberlândia. Efetivamente, o público uberlandense gostava de ver periódicos com pessoas conhecidas, familiares e amigos, gostava de ler sobre a cidade, seu desenvolvimento, sua história e assuntos que remetiam à cidade e região. Inclusive, política e esportes também eram o forte desse público, mas isso Arantes também trazia, quando não tinha no jornal *Correio de Uberlândia*.

Por fim, o que buscamos compreender agora é como esse discurso mascarado de moderno se encontra na prática, em Uberlândia, nos anos de 1950. Conseguimos analisar semelhanças e diferenças com a revista nacional e percebemos como essa “modernidade” é ressignificada e passada para a população local, mas ainda não entramos de fato na cidade e nos sujeitos dos processos criminais. A seguir, queremos explorar a cidade, entender a sua história e encontrar os sujeitos desviantes. Para isso, entramos com outro meio midiático, o jornal *Correio de Uberlândia*.

Na segunda parte do trabalho, analisamos a questão da cidade e sua história com o jornal local, que tem uma ampla visibilidade para a época, com o objetivo de saber quais eram os discursos encontrados na sociedade, o que pensavam sobre Uberlândia, como descreviam os sujeitos desviantes, ou seja, aqueles que fogem do padrão de comportamento adequado para a época. Desse modo, saímos de uma análise idealizada dos comportamentos sociais encontrados nas revistas e entramos com a análise mais centrada no real, nos sujeitos comuns e desviantes, de classe mais baixa, que não se preocupavam muito com essas questões postas no primeiro capítulo.

2 MULHERES TRANSGRESSORAS E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE UBERLÂNDIA

No século XX, um ideário burguês de sociedade foi fundamentado no princípio do controle individual, promovendo a regulamentação das relações de gênero como parte a ser moldada e domesticada, submetendo os sexos à adequação de funções e obrigações distintas, correlacionadas à esfera pública e privada.¹⁸³ Esse ideário estabelece ao homem o papel de ser trabalhador, bom pai e responsável pela família. Já a mulher, seu papel social é o de ser mãe, esposa e dona de casa.¹⁸⁴

Esses direitos e deveres pré-determinados para ambos os sexos procuram “homogeneizar os indivíduos, numa tentativa de apagar a conflitualidade inerente ao próprio processo de socialização”¹⁸⁵.

Uma concepção, pretencivamente universalista, que busca estruturar as relações de gênero delimitando no campo da responsabilidade, perante o Estado, como sendo esfera priorizada de atuação do homem o espaço público e, a mulher a esfera privada. Projetando também no campo da representação um modelo burguês de homem e de mulher, pautado na discriminação da mulher expressada através de ideias preconceituosas e estereotipadas um movimento que atribuem habilidades e competência diferenciadas aos sexos. Apontando atributos como a inteligência, o discernimento, a racionalização, a virilidade, a força física, a capacidade de decisão e comando, como sendo características correlacionadas a habilidades masculinas, enquanto afetividade, doçura, delicadeza, indecisão, insegurança, histeria, nervosismo e fragilidade como sendo associações inerentes ao comportamento feminino.¹⁸⁶

Em consonância com esse ideário burguês, os processos analisados de lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio tentam enquadrar os acusados e as vítimas nesses comportamentos adequados de homem e mulher. Nesse sentido, a conduta do acusado é valorizada frente ao mundo do trabalho, se é bom trabalhador, honesto, sem vícios – álcool, cigarro, prostituição; se o acusado for casado, analisam-se os deveres frente à família, como ser bom pai, bom esposo e não deixar faltar nada em casa. No caso da mulher, sua conduta é valorizada no que se refere a ser boa mãe, esposa e dona de casa, em sintonia com expressões de fidelidade e submissão ao marido; se a mulher for solteira, será analisado o comportamento

¹⁸³ FREITAS, Luciana Fernandes de. **Conflito de gênero:** processos crimes de lesões corporais, Uberlândia-MG no período de 1940 a 1980. 2007. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. p. 37.

¹⁸⁴ FREITAS, loco citato.

¹⁸⁵ FREITAS, loco citato.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 37-38.

sexual, ou seja, a mulher tem que ser pura, recatada e virgem.¹⁸⁷ Esses conjuntos de normas procuram enquadrar os sujeitos dos processos ao molde do comportamento burguês, “o qual estabelece o que um homem e uma mulher podem e devem ser, juridicamente e socialmente”¹⁸⁸.

Além da tarefa de normatização intermediada pelo poder judiciário designando códigos normativos para a sociedade,¹⁸⁹ instituições disciplinares, como a escola, igrejas, hospitais e policiais, também procuram impor os padrões sociais da época através de normas rígidas e punições severas, a fim de corrigir os indivíduos.¹⁹⁰ Cada um com sua função “possibilitou organizar, capturar, vigiar e controlar esses indivíduos.”¹⁹¹

Nesse projeto, de difusão de modelos proferidos pela sociedade burguesa, constata-se, [no] século XX, a promoção de mecanismos sutis disseminados numa multiplicidade de lugares de socialização, cujo ordenamento se estrutura como apêndice estabelecendo um verdadeiro trabalho voltado para modelar os corpos, objetivando legalizar a ‘ordem’, e contribuir para reafirmação de distribuição de funções sociais, ou seja, os modelos sociais ‘adequados’ para o homem e a mulher, em prol do denominado ‘progresso’.¹⁹²

“Ordem e progresso” virou um ideário disseminado em diversos lugares, principalmente nas cidades ditas capitalistas. Esse discurso, proferido pelas classes dominantes, procurou “organizar os mecanismos de socialização dos sujeitos [e, também,] viabilizar projetos políticos, econômicos e sociais, face a estratégia intermediada pela disciplinarização voltada ao convívio social”¹⁹³.

Nesse contexto, Uberlândia assume o ideário de “cidade-jardim”, sinônimo de “ordem e progresso”, e se apresenta como uma cidade moderna, passiva, ordeira e laboriosa, estando aberta a projetos e investimentos.¹⁹⁴ Contudo, esse ideário de Uberlândia como cidade-jardim nada mais é que uma imagem forjada por alguns meios midiáticos da época, pois, entrando no cotidiano da cidade, percebemos uma outra realidade vivenciada pela população, em que a maioria sobrevive na miséria, não tendo emprego e estando abaixo da linha da pobreza.

¹⁸⁷ FREITAS, 2007, p. 38.

¹⁸⁸ FREITAS, loco citato.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 39.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 40-41.

¹⁹¹ Ibidem, p. 41.

¹⁹² Ibidem, p. 42.

¹⁹³ Ibidem, p. 43.

¹⁹⁴ FREITAS, loco citato.

O mesmo ocorre com a designação ordeira e pacífica. A cidade só consegue essas designações devido às normas prescritas na época, que serviam como medidas disciplinadoras dos conflitos sociais, como os códigos de postura, os processos judiciais, o discurso de jornais locais, que ora reafirmavam valores socialmente aceitos, ora conclamavam a atuação da polícia para a manutenção da ordem, “cujo princípio da atuação coercitiva consiste em coibir tudo aquilo que atentasse contra os princípios morais ‘aspirados’ pela elite local, [apresentando assim,] os insurgentes, os desordeiros”¹⁹⁵.

Por intermédio dessas normas e do discurso dos jornais é que aparecem os sujeitos desviantes da imagem oficial da cidade. Esses sujeitos desordeiros eram perturbadores da “ordem e do progresso”, pois eram entregues aos vícios, à vadiagem, ao jogo de azar, à mendicância, prostituição, etc. Por isso, era preciso fiscalizar o modo de vida dos indivíduos, editando normas que regulamentassem a moradia, a mendicância, a segurança, os costumes, a moralidade, entre outras coisas.¹⁹⁶ Assim, na busca por uma Uberlândia ordeira e pacífica, homens e mulheres “comuns” passaram a ser agentes importantes no processo de naturalizar e disseminar os comportamentos adequados, introjetando para si os valores burgueses e os comportamentos idealizados de homens e mulheres para a época.

Nesse sentido, a instituição familiar passou a ser extremamente valorizada e preservada. O comportamento masculino idealizado passou a ser aquele de trabalhador, que leva o sustento para a sua casa e não deixa faltar nada para seus filhos e esposa, e o papel da mulher era de ser boa esposa, mãe e dona de casa. Os que se opunham a esses comportamentos eram vistos como os sujeitos desviantes, eram os viciados, as prostitutas, os mendigos, os vadios, etc. Esses sujeitos passam a ser uma ameaça não só para a “ordem e progresso” da cidade, mas também para a família tradicional da época, uma vez que começam a ser vistos como sujeitos doentes.

As prostitutas, nas sociedades do século XIX, tornaram-se alvo de médicos higienistas, que projetavam sobre elas a responsabilidade da degradação dos homens e a desestabilização da unidade familiar, já que elas são vistas como foco de proliferação de doenças e colocavam no seio da família proles doentes.¹⁹⁷ Para isso não ocorrer, os médicos começaram a estudar essas mulheres, seus hábitos, suas doenças, seus clientes, a fim de higienizá-las e controlá-las, visto que elas eram sinônimo de impureza e inversas a lógica da mulher-mãe.

¹⁹⁵ FREITAS, 2007, p. 45.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 46.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 52.

Em Uberlândia, assim como em muitos lugares, a prostituição era vista como um mal necessário, pois os homens solteiros extravasavam seus desejos sexuais com essas mulheres impuras, deixando a mulher honrada e virgem para o casamento. E, mesmo depois do casamento, os homens continuavam frequentando os bordéis e casas de prostituição para liberarem seus desejos carnavais, realizando suas fantasias sexuais e preservando sua esposa apenas para o sexo com a finalidade de procriação, como a religião ordenava. Todavia, apesar disso, a prostituição precisava ser controlada e afastada, para não ameaçar a unidade familiar.

Assim, apesar da lógica de ser “um mal necessário”, a imprensa local uberlandense retratava essas mulheres como uma ameaça para as famílias ordeiras, já que elas se encontravam nas vias urbanas mais movimentadas da cidade, perturbando o sossego dos cidadãos de bem que passeavam com suas famílias e pediam para as autoridades locais, como os policiais, repreenderem essas mulheres desviantes.

Sob essa perspectiva, entramos para o segundo capítulo. Aqui, o que nos interessa é saber mais sobre o local, a história de Uberlândia e a construção da imagem da cidade como sendo moderna, ordeira e pacífica, através do jornal *Correio de Uberlândia*, que vai nos mostrar como foi forjada essa imagem. Além disso, veremos como o jornal da época retrata esses sujeitos desviantes encontrados na cidade, a preocupação com as prostitutas andando em lugares públicos, o papel da polícia para a manutenção da ordem e os juristas com normas e códigos para moldar e organizar esses sujeitos.

Nesse capítulo, começamos a analisar mais o local. Queremos saber como era a formação dessa cidade, quais os comportamentos idealizados para a época, a questão da prostituição, que é um contraponto gigantesco com as mulheres idealizadas, não só pelas revistas, mas pela sociedade em geral. Procuramos analisar mais a realidade em que a cidade se encontra, os sujeitos reais e transgressores, partindo, assim, para uma análise mais concreta, saindo um pouco do imaginário das revistas.

2.1 Uberlândia, a cidade do “progresso e da civilização”

“A cidade São Pedro de Uberabinha foi fundada pelo Governo da Província em 31 de agosto de 1888 pela lei número 4.643, e somente em 18 de outubro de 1929 passou a ser

chamada de Uberlândia.”¹⁹⁸ Assim como em outras cidades no final do século XIX e início do XX, Uberlândia passou por um crescimento populacional, o que causou um acúmulo de mão de obra vinda de outras regiões do Brasil, como de ex-escravos e migrantes, em razão do surgimento de fábricas e indústrias.¹⁹⁹ Com o aumento de mão de obra na cidade “foi necessário forjar a figura do homem livre e trabalhador”²⁰⁰.

Para isso, foram empregados vários projetos políticos com o intuito de organizar a esfera pública e de moralizar as relações sociais da esfera privada.²⁰¹ Por consequência disso, observa-se um esforço coletivo de juristas, políticos e religiosos com o “intuito de controlar e moldar as ações que julgavam imorais e desviantes da ordem social. Assim, cabia à polícia vigiar e à justiça punir as ações dos sujeitos sociais que não se encaixavam nos perfis desejáveis”²⁰².

Uma forma de controlar as ações dos homens na esfera pública era a criação de Códigos de Postura como maneira de impor a lei e manter a ordem. “Os Códigos de Postura Municipais de 1903 e 1913 já traziam em seu seio regras de condutas que eram aplicadas aos cidadãos uberlandenses e as penas como multas ou prisões para aqueles que transgredissem as leis,”²⁰³, como podemos analisar:

Art. 111- Só os pobres, reconhecidamente tais, e aos sábados, é permitido implorar a caridade pública.

Art. 113- Os ébrios encontrados nas povoações serão recolhidos à prisão por 24 horas, se alguém de outro não se responsabilizar pelo seu restabelecimento.

Art. 114- Os loucos, são seus parentes obrigados a tê-los em segurança em lugares que não perturbem o sossego e a tranqüilidade.

Art. 120- É proibida toda e qualquer reunião em casa de meretrizes.²⁰⁴

Os Códigos legitimavam uma forma de controle do espaço público e, principalmente, dos sujeitos sociais que eram transgressores. Os sujeitos tinham que constantemente se adequarem a leis e normas impostas para não sofrerem com multas e prisões. Em suma, em consonância com os códigos e as leis impostas, “a imprensa local foi mais um mecanismo utilizado pelas elites locais como forma de vigiar o espaço público, pois diariamente eram

¹⁹⁸ COELHO, César Castro e. **Violência de gênero: um estudo de processos criminais de estupro em Uberlândia. 1940/1960.** 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. p. 47.

¹⁹⁹ COELHO, loco citato.

²⁰⁰ COELHO, loco citato.

²⁰¹ COELHO, loco citato.

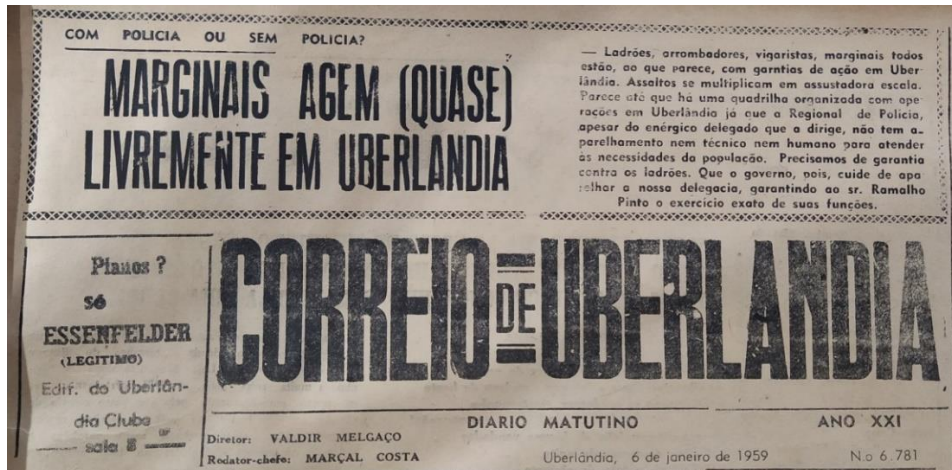
²⁰² Ibidem, p. 48.

²⁰³ COELHO, loco citato.

²⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha. **Código de Posturas, Estatuto e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1903. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

vinculadas notícias denunciando prisões, homicídios, arruaças e a prostituição”²⁰⁵. Por meio disso, em 1938, o jornal *Correio de Uberlândia* iniciou as suas atividades como divulgador dos interesses do corpo político da cidade.²⁰⁶ Em muitas matérias divulgadas, eram cobradas ações das autoridades policiais e até governamentais para resolverem os problemas sociais.²⁰⁷

Figura 21 – Anúncio do jornal *Correio de Uberlândia* informando sobre marginais agindo na cidade



Fonte: Correio de Uberlândia (1959)

Como podemos analisar na reportagem acima, ladrões/marginais estão agindo na cidade de Uberlândia. Os assaltos, segundo a matéria, estão se “multiplicando em assustadora escala”, e, “apesar do enérgico delegado” que está dirigindo o caso, a cidade “não tem aparelhamento nem técnico nem humano para atender às necessidades da população”. O redator ainda cobra ações do governo para que eles “cuidem de aparelhar a delegacia”, para garantir a prisão da quadrilha que está agindo na cidade.

Percebemos, tanto na matéria como também no título “Marginais agem (quase) livremente em Uberlândia”, que o autor está colocando sua visão sobre o fato. Ele diz que os marginais estão agindo na cidade, mas que a polícia está tentando fazer seu papel na sociedade, contudo, só não conseguem prender os assaltantes porque a delegacia precisa de mais policiais, um aparato melhor de técnicos e de aparelhagem policial, e, por isso, ele recobra do governo mineiro a verba necessária para a polícia e o delegado fazerem o seu trabalho. De forma sutil, ele critica as autoridades governamentais e dá um suporte para a polícia uberlandense.

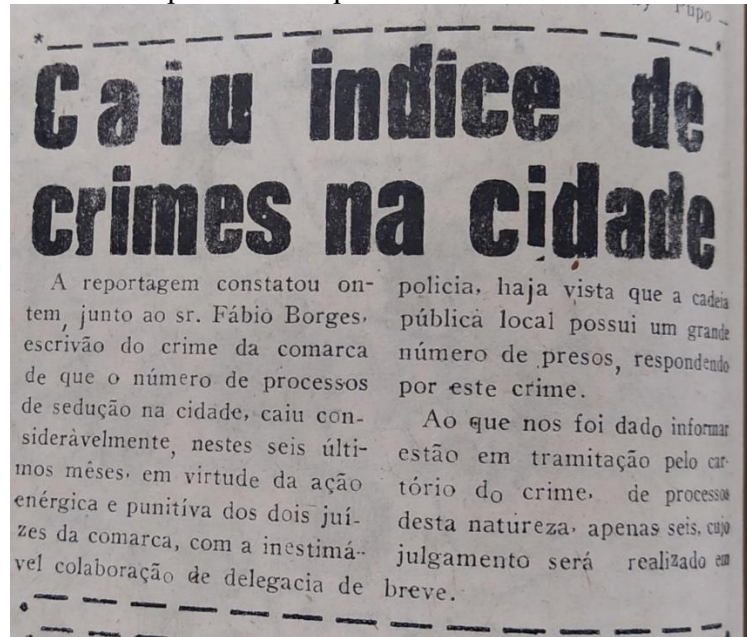
²⁰⁵ COELHO, 2007, p. 49.

²⁰⁶ SOBRINHO, Vicente Batista de Moura; FILHO, Geraldo Inácio. **Educação e modernização social em Uberlândia-MG: a fala da imprensa acerca da massificação do ensino (1940-1960)**. [20--]. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0217.pdf>>. Acesso em: 23 de jul. de 2020. p. 1

²⁰⁷ COELHO, opere citato, p. 49.

Além da cobrança por mais ações policiais e governamentais, quando estes não realizavam seus trabalhos corretamente, em outras matérias, analisamos que os autores evidenciavam e enalteciam as ações policiais que conseguiam prender os delinquentes e manter a cidade em ordem, como é o caso da matéria abaixo:

Figura 22 – Matéria que retrata a queda no índice de crimes na cidade de Uberlândia



Fonte: Correio de Uberlândia (1963).

A matéria nos mostra que o número de processos de sedução na cidade caiu consideravelmente nos últimos seis meses. Essa queda deu-se em virtude da “ação enérgica e punitiva” de dois juizes da comarca, com a colaboração “inestimável” da delegacia de polícia. Percebemos que o autor da reportagem não mede esforços em enaltecer o trabalho dos juizes e policiais, mostrando, também, sua satisfação com o trabalho por esses órgãos realizados.

Outro ponto que podemos destacar é que essas notícias “tentavam imprimir na mentalidade dos sujeitos sociais de que aqueles que fossem pelo caminho do crime, mais cedo ou mais tarde acabariam sendo pegos e punidos pela justiça”²⁰⁸. “Essa era uma das tentativas que visava conter a criminalidade na cidade, fazendo da notícia uma forma de suplício.”²⁰⁹ Entretanto, sabemos que essas ações não foram suficientes e que a criminalidade não foi erradicada da cidade, como veremos mais à frente com os processos criminais analisados.

²⁰⁸ COELHO, 2007, p. 50.

²⁰⁹ COELHO, loco citato.

Apesar da visibilidade que os jornais davam para os crimes que ocorriam na cidade, “a classe média e a elite insistiam em inserir a cidade na ordem progressista e ordeira”²¹⁰. Essa dualidade se apresentava de uma forma conflituosa, mas essas classes sociais não mediam esforços para que isso ocorresse. Nesse sentido, tentavam forjar a imagem de uma cidade progressista e ordeira que caminhava em direção à industrialização e à urbanização.²¹¹ Nesse cenário, o jornal, que foi criado com o propósito de divulgar os interesses do corpo político, começou a escrever, em suas principais páginas, sobre o progresso da cidade e a dar menos visibilidade à desordem e ao caos.

Esse processo está intimamente vinculado à ideia de conferir a região do Triângulo Mineiro o status de moderno, aliás uma meta que não era exclusividade da região, mas algo que viria se concretizando em outras partes do país e do mundo. A cidade de Uberlândia aparece nesse projeto, ao nível do discurso, como uma espécie de vanguarda, reivindicando para si o espírito de liderança no campo industrial, comercial, cultural e educacional.²¹²

A mídia local passa a escrever sobre esses acontecimentos, com a ideia de mostrar essas mudanças na cidade e o progresso que estava surgindo. Esses “redatores e cronistas demonstram um panorama da cidade numa perspectiva evolucionista, verificada na maneira como escrevem sobre o comércio e o crescimento das indústrias”²¹³. Ou seja, para eles, o crescimento do comércio e da indústria eleva a cidade para um nível superior, dando mais visibilidade e autonomia.

Esse desejo começa a tornar-se realidade a partir de 1940, quando a população da cidade que era estimada, de acordo com o IBGE, em 42.179 habitantes, em 1960 passa a ter 88.452 habitantes – a população uberlandense foi dobrada em apenas vinte anos.²¹⁴ No entanto, o crescimento populacional não foi algo único e exclusivo na cidade mineira; em verdade, a década de 1950 foi marcada por esse fenômeno, em que diversas cidades do país cresceram com o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Esse processo vivido em milhares de cidades provocou a migração do campo para as cidades com ajuda das indústrias, de maneira que a população passou a procurar trabalho nas cidades.

²¹⁰ COELHO, 2007, p. 51.

²¹¹ COELHO, loco citato.

²¹² SOBRINHO; FILHO, [20--], p. 1-2.

²¹³ LIMA, Soene Ozana de. **Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia-MG 1950-1988**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. p. 30.

²¹⁴ COELHO, opere citato, p. 50.

A partir desse momento, morar no espaço rural se torna sinônimo de atraso, pois a modernização e o progresso vêm das grandes cidades, das indústrias. Uma cidade em atraso é uma cidade rural, com carros de boi andando pelo centro da cidade, sem asfalto e luz elétrica. Uberlândia não queria essa visão de cidade rural e precisava se modernizar, melhorar o centro da cidade, trazer a indústria e o progresso que tanto sonhava.

Por isso, o desejo de ver Uberlândia prosperar e engrandecer era tão grande que fez com que alguns redatores e escritores da época sugerissem a criação de uma lei para demolir as casas velhas e arcaicas e mandar os proprietários dessas casas para as vilas, afastando-os do centro da cidade e dando oportunidade para que novos empreendedores pudessem construir casas exuberantes ou estabelecimentos comerciais, tirando, assim, a feição de cidade velha e sem recursos financeiros.²¹⁵

Essa proposta indecorosa de valorizar a cidade demolindo casas que eles consideravam velhas e feias reforça o projeto de exaltação de um novo modelo arquitetônico, mais novo e moderno para a época de 1940 em diante. Além disso, ela reforça a questão da desigualdade social, uma vez que esse pensamento tenta excluir a população de classe baixa, deixando-a de lado, em vilas, enquanto a burguesia ocupa espaços centrais e bem localizados da cidade.²¹⁶

Uberlândia não fugiu a perversidade da globalização, reproduzindo as desigualdades socioeconômicas. Ao mesmo tempo em que oferecem novas possibilidades de conforto e comodidade a uma parcela restrita da população, reproduz-se a concentração de capital, gerando grandes desigualdades sociais, segregação territorial ('empurrando' os pobres para os bairros periféricos) e a precarização do setor terciário.²¹⁷

A mentalidade da época, de excluir os menos favorecidos, embelezar a cidade, tornar a pobreza oculta e à parte, vai ao encontro de uma mentalidade "progressista" que essas mesmas pessoas têm para a cidade. Não é à toa que os meios midiáticos publicavam e propagavam que Uberlândia era a cidade-progresso do triângulo mineiro. Esse projeto urbano, defendido e aplaudido pela ala dominante e rica, não se importava com os conflitos e com as relações sociais. Eles entendiam que a realidade social não correspondia aos ideais modernizantes e não desejavam que a população pobre ofuscasse o brilho da cidade.²¹⁸

²¹⁵ LIMA, Soene, 2007, p. 31.

²¹⁶ LIMA, loco citato.

²¹⁷ FERREIRA, Gustavo Henrique de Almeida. Formação pretérita da produção da informação midiática de Uberlândia-MG. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 172-185, 2016. p. 173.

²¹⁸ LIMA, Soene, opere citato, p. 31.

Por intermédio de artigos em jornais e matérias em revistas, os redatores escreviam sobre o progresso de Uberlândia, depreciavam casebres e edificações antigas, argumentavam a demolição como um progresso material. Era preciso livrar-se da imagem de cidade rural, desorganizada e sem preparo, com ruas em paralelepípedo e casas em desalinhos, era preciso uma nova arquitetura, uma cidade moderna e bonita, com asfaltos, casas projetadas, ruas e avenidas alargadas, com mais iluminação, era preciso apagar tudo que lembrava a cidade no início da sua formação, era hora do novo, do moderno.²¹⁹ Esse desejo e ambição pela cidade ideal projetava um modelo de cidade ordenada, planejada, organizada e progressista.²²⁰

Figura 23 – Matéria do jornal *Correio de Uberlândia* sobre as obras do governo municipal na cidade

Governo Municipal

EXTINÇÃO DE CÃES VADIOS
A Prefeitura Municipal, de acordo com o que preceitua a lei numero 27, de 16 de Janeiro de 1937, providenciará, dentro de poucos dias, sobre a extinção de todos os cães não licenciados que forem encontrados vagando pelas ruas.

DEVOLUÇÃO DE QUESTIONÁRIOS
A agendia municipal de estatística solicita de todas as pessoas a quem foram distribuídos questionários estatísticos, o obsequio de os devolverem devidamente preenchidos.
A entrega dos referidos questionários deve ser feita com a maior urgência, na Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.

SERVIÇO DE CALÇAMENTO
A administração municipal, prossequindo na execução de seu plano de pavimentação da cidade, vem autorizar o calçamento, a paralelepípedos, de mais um trecho da rua Getúlio Vargas. O quarterão a ser beneficiado está compreendido entre as avenidas Floriano Peixoto e Cesário Alvim. Os serviços de calçamento a alvenariu poliedrica da avenida João Pessoa já foram concluídos e prossegue ativamente a pavimentação, a paralelepípedos, da avenida Cesário Alvim, achando-se já terminados os dois primeiros quarterões.

PESSOAS ATENDIDAS
Nesta data foram atendidas pelo Gabinete do sr. dr. Prefeito Municipal as seguintes pessoas: João Viano Rodrigues de Moraes, dr. Rui Cota Pacheco, Pedro Jonas, Custódio Pereira Sobrinho, Donato Jeronimo, Ambrolino Vieira do Amaral, Silvio Rugani, Gervasio Guimarães e dr. Eugenio Pimentel Arantes.

SERVIÇO DE ESTRADA
Está passando por completa reforma a rodovia Uberlândia-Santa Maria, a qual terá, dentro de breve, todo o seu leito encascalhado, facilitando, assim, o já intenso trânsito de veículos entre esta cidade e Uberaba. Foram executados também os serviços de reforma da estrada que vai à Fazenda do Bariti, neste município.

Fonte: Jornal Correio de Uberlândia (1942).

Como observamos na reportagem acima, o governo municipal estava realizando obras para modernizar a cidade, com o serviço de calçamento, na rua Getúlio Vargas e entre a Avenida Cesário Alvim e Floriano Peixoto, e com a reforma na rodovia que liga Uberlândia a Uberaba, para amenizar o trânsito de veículos entre as cidades. Além dessas obras, também estava fazendo a “limpeza” das ruas de Uberlândia, extinguindo os cachorros de rua.

Com a adoção dessas obras de modernização, mudanças começaram a acontecer, não somente na questão material, com as demolições e construções, mas na questão pessoal. Os

²¹⁹ LIMA, Soene, 2007, p. 31.

²²⁰ Ibidem, p. 33.

cronistas, redatores e escritores moldaram mais do que a ideia do espaço moderno e bonito, moldaram um novo modo de viver, de agir e de onde viver, demarcando territórios em toda a cidade, em prol da classe dominante.²²¹

Apesar dos feitos modernizantes e do avanço econômico – na década de 1940 – que transformaram a pequena cidade interiorana em um polo regional, Uberlândia ainda carecia de escolas, ensinos superiores e de faculdade, que eram reivindicadas pela elite local como parte do projeto desenvolvimentista.²²² Nesse cenário, novos projetos vão surgindo, e, em 1950, o desejo da sociedade uberlandense era de inaugurar o ensino superior na cidade.

Em 1952, um jornal publicou a seguinte manchete, “*Uberlândia precisa de uma faculdade*”, demonstrando essa vontade da implantação de cursos superiores.²²³ No mesmo ano, “com a visita do deputado federal Mário Palmério à cidade, políticos, intelectuais e personalidades manifestaram-se em uma inédita campanha pró Faculdade de Medicina em Uberlândia”²²⁴. O deputado conseguiu a criação da Faculdade de Medicina junto ao Governo Federal, mas a implementação foi em sua terra natal, Uberaba. Apesar do insucesso inicial, a campanha continuou nos anos posteriores, e, em 1959, Uberlândia comemorou a criação da faculdade de Direito bem como, em 1960, a de Filosofia.

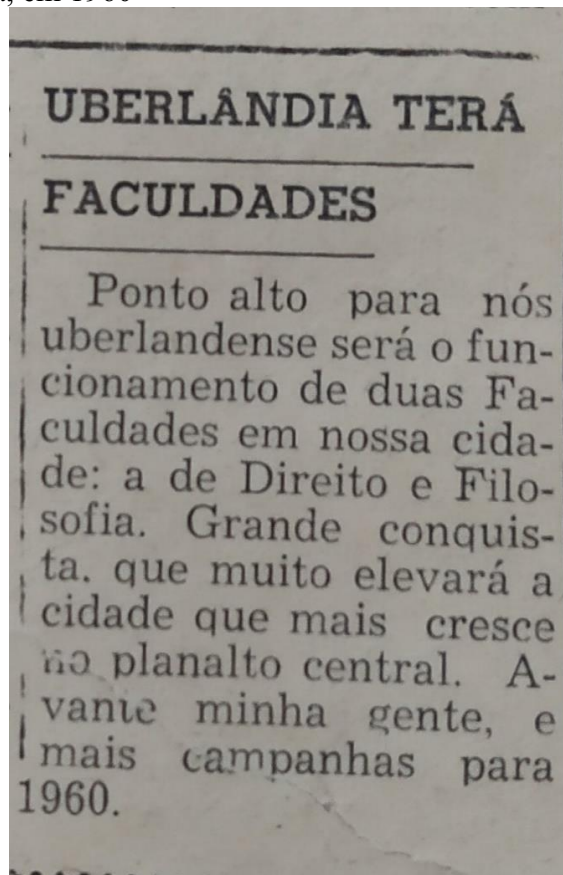
²²¹ LIMA, Soene, 2007, p. 36,

²²² PRIETO, Élisson Cesar. Universidade Federal de Uberlândia: recortes de uma história. **ADUFU – Seção Sindical do ANDES**, 2009. Disponível em: < http://adufu.org.br/post/artigos-opinio/universidade_federal_de_uberlandia__recortes_de_uma_historia__/> Acesso em: 23 jul. 2020. p. 1

²²³ PRIETO, loco citato.

²²⁴ PRIETO, loco citato.

Figura 24 – Matéria exaltando a criação de mais duas Faculdades na cidade, a de Direito e a de Filosofia, em 1960



Fonte: Correio de Uberlândia (1960).

Nesta matéria, percebemos a satisfação com que o redator escreve a notícia, mostrando que é uma grande conquista para a cidade a criação de duas faculdades, sendo uma de direito e a outra de filosofia. Até porque, com as faculdades instaladas em Uberlândia, a visibilidade seria maior. Fato este que começa a fomentar a verticalização, uma vez que a cidade precisava atender a demanda por novas áreas de habitação para esses novos habitantes.²²⁵ Além disso, até 1950, o ensino superior no Brasil estava restrito às grandes cidades, e, por isso, a implementação de uma universidade em Uberlândia era sinônimo de progresso.²²⁶

É interessante registrar que o Brasil viveu um regime militar a partir de 1964 e que as elites das cidades sempre mantiveram relações políticas estreitas com os militares. Nessa circunstância, algumas coisas foram oferecidas e facilitadas em troca dessa união. No que se refere à criação de faculdades, “o regime militar preferia dispersar os estudantes em escolas e faculdades de cidades do interior – geralmente controladas por uma oligarquia local –, do que ampliar as universidades nos grandes centros, onde o movimento estudantil era mais

²²⁵ LIMA, Soene, 2007, p. 45.

²²⁶ PRIETO, 2009, p. 1.

organizado”²²⁷. Por isso, a abertura de cursos superiores em cidades do interior era facilitada, mesmo sem um projeto de educação elaborado.²²⁸ “A decisão de autorizar ou não a abertura de escolas e faculdades era motivada, quase sempre, pelo interesse dos governos da ditadura em atender aos pleitos das elites locais.”²²⁹

Sem qualquer preocupação com a qualidade, a estrutura necessária ou o impacto regional mensurável, cursos superiores eram autorizados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, atendendo interesses políticos. Esse foi um fator determinante naquela época para disseminação dos cursos em Uberlândia, mas também provocou diversos problemas, de ordem acadêmica e financeira. O principal deles, a instalação de escolas e faculdades isoladas sem qualquer projeto de universidade definido.²³⁰

No ano de 1969, a cidade dispunha de cinco escolas superiores isoladas: a Faculdade de Artes; a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Escola de Medicina – todas particulares; e a Faculdade Federal de Engenharia, mantida pelo Governo Federal.²³¹

Figura 25 – A comemoração pela criação da Faculdade de Medicina na cidade



Fonte: Correio de Uberlândia (1968).

Esse trecho retirado do jornal de 1968 nos mostra a satisfação que o redator tem em dar a notícia. Ele escreve o título em letra maiúscula e em negrito para dar justamente o destaque necessário para o informativo ao lado. O entusiasmo vem de anos de campanha que levaram a esse acontecimento: a primeira faculdade de medicina está autorizada a funcionar; é hora de comemorar mais um avanço da cidade, mais um passo da modernização de Uberlândia e mais um curso autorizado a funcionar.

Apesar do sonho uberlandense da criação de ensino superior ir se concretizando ao longo dos anos, ninguém se atentou ao fato de que as faculdades foram surgindo de forma isolada, sem qualquer preocupação de universidade. O passo seguinte, então, seria,

²²⁷ PRIETO, 2009. p. 1.

²²⁸ PRIETO, loco citato.

²²⁹ PRIETO, loco citato.

²³⁰ PRIETO, loco citato.

²³¹ PRIETO, loco citato.

justamente, a reunião de uma universidade, já que a cidade possuía diversos cursos e era preciso progredir mais.²³²

Por essa síntese histórica, a ideia de unir todas essas escolas e formar uma universidade veio de Rondon Pacheco, então Ministro-Chefe da casa civil do governo Costa e Silva, que depois se tornaria Governador de Minas Gerais.²³³ Pacheco conseguiu reunir as escolas e formou a UnU (Universidade de Uberlândia). Apenas em “24 de maio de 1978 que foi assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, a Lei n.º 6.532, alterando o Decreto-Lei n.º 762/69 e transformando a UnU em Universidade Federal de Uberlândia.”²³⁴

Figura 26 – Matéria – “1970: a década da industrialização”



Fonte: Correio de Uberlândia (1970).

Como podemos analisar, a matéria do *Correio de Uberlândia* nos mostra o ano de 1970 como “a década da industrialização”. A matéria começa dizendo que a década de 1970 marcará a cidade com “grandes incursões no campo do desenvolvimento, a começar por uma concentração de esforços no setor da industrialização”, e, de acordo com o jornal, esse desenvolvimento industrial faria com que homens, principalmente os homens da capital, voltassem a visitar a cidade e investir nela. Esses investimentos, em novas unidades industriais, supriria as necessidades do mercado consumidor e, conseqüentemente, aumentaria a população local.

Nessa década, a cidade torna-se ponto de passagem nas viagens para o Centro-Oeste, o que acarreta mais reconhecimento para a cidade, colocando Uberlândia em destaque em meio

²³² PRIETO, 2009, p. 1.

²³³ PRIETO, loco citato.

²³⁴ PRIETO, loco citato.

às demais cidades do Triângulo Mineiro. Ademais, no setor industrial, “a atuação do Rondon Pacheco como governador do Estado, contribuiu para a consolidação do distrito industrial que, juntamente com a Universidade Federal de Uberlândia, passa a atrair um fluxo migratório para a cidade”²³⁵.

Na medida em que esses eventos vão acontecendo, as mídias locais observam uma grande oportunidade para reportarem as transformações da vida urbana. De certa forma, essas notícias agiam como um excelente marketing, uma vez que atuavam no sentido de produzir e divulgar a cidade como sendo próspera. Isso fazia com que as empresas enxergassem Uberlândia como um polo atrativo para investimentos financeiros.²³⁶

Figura 27 – Matéria do jornal sobre o ICM arrecadado no ano de 1975

Uberlândia sempre em ritmo crescente

O índice de arrecadação no Fundo de Participação dos Estados e Municípios, continua crescendo de maneira assustadora para Uberlândia, a cidade que mais arrecada ICM em Minas Gerais fora do polo siderúrgico, Onofre de Oliveira, da Superintendência Regional da Fazenda, em contato com a reportagem forneceu a tabela das parcelas a serem distribuídas para as 5 cidades que mais arrecadam esse tributo em nosso Estado e que obedecem a seguinte escala.

1.º — Belo Horizonte	18,371228
2.º — Contagem	6,387994
3.º — Ipatinga	6,292485
4.º — Juiz de Fora	2,906508
5.º — UBERLÂNDIA	2,734346

OBS — No ano anterior Juiz de Fora arrecadou — 2,914973 e Uberlândia — 2,686701 — portanto houve decréscimo na arrecadação de Juiz de Fora enquanto Uberlândia registrou um ligeiro aumento em relação ao ano anterior.

Fonte: Correio de Uberlândia (1975).

A reportagem acima fala sobre a arrecadação de imposto de Fundo de Participação em 1975, que a partir de 1988 virou ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Esse imposto “apresenta-se como uma das principais fontes de recursos

²³⁵ LIMA, Soene, 2007, p. 44-45,

²³⁶ Ibidem, p. 45.

financeiros para a consecução das ações governamentais”²³⁷ e “incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”²³⁸.

Através da matéria do jornal, observamos que Uberlândia está entre as cinco cidades que mais arrecadaram o ICMS, e, o que é mais significativo, a cidade foi a que mais arrecadou o imposto fora do polo siderúrgico. A cidade, que se encontrava em ritmo crescente, teve seu imposto, de um ano para o outro, ligeiramente aumentado, o que nos mostra esse aumento populacional e o investimento que a cidade mineira estava recebendo nesses anos.

O papel da imprensa era fundamental nesse período, visto que ela seleciona o que deseja evidenciar e destacar em suas manchetes no intuito de atrair novos capitais para a cidade e perpetua uma imagem de Uberlândia que gostaria de evidenciar.²³⁹ No entanto, o discurso apresentado dissocia da realidade vivida. Essa cidade progressista sobre a qual tanto se fala não passa de uma imagem forjada pela elite e pelos meios de comunicação uberlandense.

²³⁷ ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. **Site da Fazenda – SEF/MG**. Disponível em: <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms/>> Acesso em: 25 de jul. de 2020.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem.

Figura 28 – Matéria do jornal relatando sobre o contraste de Uberlândia, o progresso e a pobreza, de 1952

Contrastes

M. RIBEIRO

Ao constatar o surpreendente surto de progresso, que ora dinamiza e empolga esta grande cidade mineira que é Uberlândia, levando-a a galgar um lugar ímpar no progresso do Triângulo, julgávamos impossível aqui ver o que vimos.

Cenas confrangedoras que atestam ser possível empanar o brilho desta urbe admirável.

Só vendo, só perguntando, para crer que de fato a pobreza extrema impera nos bairros pobres.

De que vimos, o que mais nos impressionou não foram falhas administrativas, porque, se estas há, cremos que com mais vagar serão sanadas.

O que nos chamou a atenção foram "OS CASB BRES" que enxameiam nos bairros de Uberlândia.

Passando nós pelo alda Vila Carneiro, e impressionados pelos miseráveis e inúmeros casebres, quase que desaparecidos no mato, percutimos a um transeunte, de aspecto humilde.

(Primeiro o indispensável — Boa-tarde)

— Como é amigo, há muitas casas naquelas condições?

E lhe indicamos um amontoado de folhas de lata, panos e madeira com pretensões a moradia.

A resposta algo consternada, num misto de tristeza e recalque, não se fez esperar.

— De mais, moço, aqui é a vila da pobreza.

Despedimo-nos, seguiu ele o seu rumo, e nós o nosso!

Pobreza, sim, isto compreendemos, mas miséria em toda a extensão do termo não, impossível.

Impossível, porque não condiz com o desenvolvimento e progresso da cidade.

Só vendo para crer. Não andamos muito, apenas da Vila Carneiro à Vila Operária, e o que presenciámos foi algo de confrangedor, algo que nos tornou oprimos e amargurados. Quanta miséria camuflada sob o manto de viceja opulento!

Sempre contrastes.

Num dos trechos de Rua Estrela do Sul (intransitável), presenciámos uma coisa interessante, uma "aguinha" correndo fizera inúmeras pululanças crianças seminusas.

Seguindo o curso de rua, vimos que se originava do final da Rua Vieira Gonçalves. Ali nasceu sob o pardiêiro, numa mina murmurante. Admirados com o que vimos, indagamos dos moradores daquele sítio, se não lhes eram encombros a burraqueira, a umidade e a lama. Já estavam acostumados, não cremos acomodados em. Como se nada pudessem ser feito para minorar seu povojamento.

Mas voltemos aos casebres.

Sinceramente, não sabemos se a impressão que

tivemos seja a mesma do povo da terra. Somos novatos aqui, mas isso não nos impede de afirmar de dizer que algo deve ser feito. E com urgência, pois o tempo corre.

É necessário que demostremos não o ter o progresso material destruído aquele traço marcante da personalidade humana — a solidariedade.

No meio do mato um amontoado de pás, folhas de lata e telhas, numa muda afirmação de miséria incontestável. E ao lado (maravilha) duas rosciras, cobertas de rosas, brancas e vermelhas, que com seu odor suave, com suas pétalas aveludadas, procuram irrisoriamente suavisar o quadro miserável.

Irisório mas belo. Sempre "contrastes".

MOTORES DIESEL

Diretamente do importador-distribuidor, sem agios.

Fronta entrega, sobre rodas
POSTO S. PAULO, preços líquidos e vácuo, sujeitos à alteração.
Assumimos garantia.
Fornecemos vasto estoque de peças e acessórios.
Peças ornamentais distribuídas.

MOTORES DIESEL «COVENTRY VICTORS» INGL.	CR\$ 9.000,00
1,5 HP. 1000/2000 rpm. refr. ar	18.000,00
2,5 HP. 800/1500 rpm. refr. água	14.000,00
3 HP. 800/1500 rpm. refr. água	17.000,00
MOTORES DIESEL «PELAPONE INGL.» 100/100 RPM	25.000,00
6/15 HP. (M.S.) refr. água	37.000,00
15/25 HP. (M.S.) refr. água	48.000,00
25/40 HP. (M.S.) com radiador, desembrulho, part. elétrica, dínamo, baterias, completo	70.000,00
30/45 HP. (M. S.), completo como acima	79.000,00
30/45 HP. (M. S.), completo como acima	77.000,00
MOTORES A GASOLINA, U.S.A. «MERRY» AM. 4 TEMPOS	CR\$ 1.500,00
«Cambridge», 2 HP.	2.000,00
«Briggs-Stratton», de 2,5 HP. mod. 8	2.500,00
«Briggs-Stratton», de 3 HP. mod. 9	3.000,00
«Briggs-Stratton», de 4,5 HP. mod. 14	4.000,00
«Briggs-Stratton», de 6 HP. mod. 22	5.000,00
GRUPOS ELETRICOS DIESEL (A 60/50 CIRC) INGL.	
todos de 110/220 volts, 50/60 ciclos, monof. e trifásicos com neutro. Cor. altern. Partida elétrica, 5 switches, fusíveis, etc. dínamo e baterias, quando da instalação. 10% sobre o valor nominal.	
24 KVA (2400 watts), «Coventry Victors»	CR\$ 25.000,00
5 KVA (5000 watts), «Coventry Victors»	120.000,00
12,5 KVA (12.500 watts), «Pelapone-Ricardo»	127.000,00
22,5 KVA (22.500 watts), «Pelapone-Ricardo»	130.000,00
30 KVA (30000 watts), «Pelapone-Ricardo»	130.000,00
50 KVA (50000 watts), «Pelapone-Ricardo»	200.000,00

Mecânica «ALFA LTDA»

Matriz: SAO PAULO: Av. Nova Anhangabá, 454 — Fone 35-1890

Filial CURITIBA: Rua Carlos de Carvalho, 126
Telegramas M A L F A

Em Maio Abertura da Filial em Londrina

Oficina São Cristóvão

de

Auxílio Anchieta

Reformas e Consertos de Automóveis em geral

Serviços de Letarias e Pintura à Óleo

Avenida Dr. Fernando Viêla, 473

UBERLÂNDIA MINAS

Fonte: Correio de Uberlândia (1952).

A matéria acima nos mostra a visão do autor M. Ribeiro sobre o contraste que Uberlândia vivia na época. Segundo ele, somente “vendo para crer” na pobreza extrema que a cidade vivia nos bairros pobres. Essa pobreza, casebres humildes e miseráveis, ruas esburacadas e muita lama no lugar do asfalto, um povo sofrido e conformado com a situação, tudo isso se dissocia do moderno, do progresso e do desenvolvimento. É desconfortável escrever sobre isso em um jornal, principalmente em um que retrata a todo tempo o progresso e o desenvolvimento da cidade. “Era preciso fazer algo, e com urgência, pois o tempo corre.”

Essa dualidade que Uberlândia vivia é pouco relatada nos jornais, sobretudo por efeito da visibilidade negativa que poderia causar para os leitores. Era preciso mostrar o progresso e o desenvolvimento da cidade para atrair mais empresas e pessoas e não o contrário. Relatar

sobre pobreza, miséria e violência distanciaria as pessoas, diminuiria os investimentos e as empresas na cidade. Desse modo, era preciso mascarar essa realidade sofrida nos jornais, era preciso mostrar o belo, o desenvolvimento da cidade, o progresso.

Todavia, sabemos que a cidade vivia exatamente nesse “contraste” do texto acima. Grande parte da população, nesse período, “sobrevive na miséria, não tendo emprego e estando abaixo da linha da pobreza”²⁴⁰. Isso ocorre porque a maior parte dos migrantes vinham para a cidade em busca de vagas de emprego, mas não eram todos que conseguiam. Como já relatamos, Uberlândia começava a ter um acúmulo de mão de obra e não conseguia suprir a necessidade de todos. Contudo, a mídia local não parava de exaltar o progresso e a industrialização, mascarando a realidade.

A elite uberlandense também tem seus créditos nessa criação ideal de Uberlândia. Para ela, a cidade configurava-se como “cidade-jardim”, sinônimo de “progresso e ordem”, uma imagem distorcida e forjada, já que ela apenas acontecia através de normas enquanto medidas disciplinadoras dos conflitos sociais, como os códigos de posturas, os processos jurídicos e o discurso inflamado das mídias locais.²⁴¹ Esses discursos inflamados, feitos pela elite e pelas mídias, “ora reafirmavam valores socialmente aceitos, ora conclamavam a atuação da polícia para a manutenção da ordem.”²⁴²

Dessa forma, os códigos de postura transcrevem regras para normatizar o comportamento social considerado adequado, visando garantir a manutenção da ordem em prol da segurança pública.²⁴³ Nesse contexto, aparece o sujeito “excluído”, aquele sujeito que é contrário à lógica burguesa, na qual é projetado para o mundo do trabalho em benefício do progresso. Esses são os sujeitos vistos como perturbadores da ordem social, que são entregues aos “vícios, a vadiagem, ao jogo de azar, bebedeira, prostituição”, que representam uma ameaça ao progresso e à ordem intitulada.²⁴⁴

Art. 217- São proibidos, dentro das povoações, as casas de caridade, enfermarias e lazaretos para o tratamento de moléstias infecto-contagiosas: multa de 30\$000 e obrigação de remover.

Art. 219- Nas povoações ninguém poderá ter mais de dous porcos, que deverão estar presos em chiqueiros bem limpos: multa de 5\$000 por cada um que exceda de dous.

²⁴⁰ FREITAS, 2007, p. 45.

²⁴¹ FREITAS, loco citato.

²⁴² FREITAS, loco citato.

²⁴³ Ibidem, p. 46.

²⁴⁴ Ibidem, p. 46-47.

Art. 558- É proibido tirar esmolas dentro do município, com subscrições ou sem attestado de pobreza com visto da autoridade policial.

Art. 560- Os que venderem bebidas alcoólicas a pessoas já embriagadas incorrerão na multa de 20\$000.²⁴⁵

O código municipal promove a fiscalização no modo de vida desses indivíduos desviantes, “editando normas que regulamenta a higiene pública, a moradia, a segurança, o trânsito, os costumes, a moralidade, etc.”²⁴⁶ A normatização dos comportamentos e do espaço social tem caráter disciplinador, em que se legitima a ação violenta do aparato policial para conseguir o controle dos conflitos sociais, vigiando todos aqueles que contrastam com o modelo comportamental aceito.²⁴⁷

Nessa perspectiva, percebemos que a finalidade da mídia local era a de tentar moldar a população subalterna para se encaixar cada vez mais no imaginário de cidade ordeira e progressista. Campanhas moralizantes foram criadas para naturalizar os valores burgueses, relacionados à família, casamento, moradia e normas sociais, o que define o comportamento aceito e adequado para homens e mulheres. Essas campanhas, além de enquadrar sujeitos e disciplinar seus corpos, também agiam como um combate e denúncia aos vícios da época, como a prostituição, os jogos e a vadiagem.²⁴⁸ Homens e mulheres “comuns” constituíram-se como agentes importantes para legalizar os valores conservadores e naturalizar o comportamento destinado para ambos os sexos na sociedade. Foram eles, juntamente com a mídia e a elite local, quem legitimaram e perpassaram os valores impostos.

Nesse contexto, a instituição familiar, monogâmica e patriarcal, cuja uma das funções é proporcionar a educação informal dos filhos, é extremamente investida pela elite local. Por ser considerada um núcleo de reafirmação de valores morais e culturais, a família é valorizada e preservada pela elite e instituições religiosas. É no núcleo familiar que se processa a disciplinarização, os valores sociais, a questão do que é certo e errado, controlando-se, assim, os indivíduos e policiando-os, caso apresentem um comportamento indesejado, com castigos e punições, para reafirmarem o comportamento social “adequado” para ambos os sexos. Ademais, a educação informal proporcionada pelos pais tem um peso diferente para os sexos,

²⁴⁵ CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha. **Código de Posturas, Estatuto e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1903. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

²⁴⁶ FREITAS, 2007, p. 46.

²⁴⁷ FREITAS, loco citato.

²⁴⁸ Ibidem, p. 47.

naturalizando, de forma sutil, a desigualdade entre homens e mulheres projetada ao âmbito social.²⁴⁹

Por fim, percebemos que a mídia não atuava sozinha, pois os sujeitos considerados “normais” também participavam dessa investida, e muito mais do que isso, eram eles quem propagavam e reafirmavam esses valores sociais dissipados. São os leitores das revistas, dos jornais, são as pessoas que participam de rodas de conversa que carregam consigo esse ideal burguês e projetam em suas famílias, ensinando e perpassando de geração a geração os comportamentos “adequados”.

Conseguimos, com isso, analisar o contexto de Uberlândia até então. Tratava-se de uma cidade em crescimento, com uma elite local ativa e participativa na política e nos negócios da cidade, com características de atividades vindas do agropecuário que perpassaram para as indústrias e comércio. Na época em questão, vadiagem, prostituição e demais vícios se tornavam mal vistos pela sociedade, e “os jornais assumiam a defesa dos proprietários e repudiavam os comportamentos que se distanciavam do princípio da ordem, progresso e civilização”²⁵⁰.

2.2 A (des)ordem de Uberlândia: mulheres prostitutas, um mal necessário

Assim como a repressão, crescem os vícios da época, como o cigarro, o álcool, os jogos e a prostituição. “No imaginário social, tanto a presença como a ausência da mulher prostituída podem significar ordem e desordem social.”²⁵¹ Isso ocorre devido à dupla personalidade que os corpos femininos passam a ter: a maternidade ordenada e a sexualidade insubmissa.²⁵²

A mulher submissa é aquela escolhida pelo homem para construir uma família, ser a progenitora de seus filhos, uma mulher para cuidar da casa, dos filhos e do marido. Uma mulher pura, sem desejos. Contudo, essa mesma mulher excita cada vez menos os seus maridos, ao passo que a mulher livre lhes atiça o desejo. A mulher livre, ou a prostituta, é a

²⁴⁹ FREITAS, 2007, p. 47.

²⁵⁰ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional: Minas Gerais, 1888-1928.** 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 132

²⁵¹ Ibidem, p. 164.

²⁵² Ibidem, p. 165.

mulher que realiza os desejos sexuais dos homens, sejam eles casados ou solteiros, jovens ou adultos. “A prostituição seria um ‘mal necessário’ ou uma ‘válvula de escape’ para os incontroláveis impulsos sexuais masculinos.”²⁵³

Priore, que retrata em seu livro o tempo do Brasil colônia, descreve sobre a prostituição:

A velada cumplicidade com a prostituição convivia com as preocupações contra os concubinários, e com a ideia de que uma boa ordem familiar dependia de um meretrício ordenado em função dos celibatários. Estes, portanto, deveriam pacificar seus ânimos nos bordéis com mulheres ‘públicas e postas a ganho’, cuja sexualidade era uma mercadoria que caracterizasse o seu ofício.²⁵⁴

Essa ideia de que a prostituição e as mulheres prostitutas fazem parte do ordenamento social ocorreu porque eram elas que satisfaziam os desejos sexuais dos maridos, para que esses não se divorciassem de suas mulheres submissas e recatadas, visto que as mulheres casadas serviam apenas para “constituir uma família e propagar o catolicismo”. Dentro do casamento, a igreja só admitia o sexo com finalidade de reprodução,²⁵⁵ e o prazer feminino era negado e até mesmo reprovado: “coisa de prostituta”²⁵⁶.

Por isso, para a igreja e uma parcela religiosa da população, “as características que tornavam a prostituição um ‘mal necessário’, vão misturar-se com outras práticas consideradas pelas autoridades como transgressoras, o que faz com que a igreja enxergasse em cada mulher que infringisse as normas, uma prostituta em potencial”²⁵⁷.

Essa linha tênue entre os comportamentos nos mostra como é frágil o julgamento da sociedade e como era necessário se enquadrar no modelo de mulher retratado nas revistas, seguindo sempre as tendências e padrões da época. Para entendermos como era frágil esse julgamento: as mulheres que andavam sozinhas pelas ruas, que frequentavam festas populares e fantasiavam-se,²⁵⁸ que precisavam trabalhar para sustentarem a casa e que frequentavam o espaço público, como bares, restaurantes, botequins, principalmente à noite, já eram julgadas como prostitutas. Um exemplo do que retratamos acima pode ser visto na revista *Manchete*

²⁵³ CAULFIELD, 2000, p. 79.

²⁵⁴ PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro a mulher no imaginário social.** “Lugar de mulher é na história”. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1989. p. 22.

²⁵⁵ Ibidem, p. 18.

²⁵⁶ PERROT, 2003, p. 16.

²⁵⁷ PRIORE, opere citato, p. 22.

²⁵⁸ ESTEVES, 1989, p. 52.

com a reportagem que retrata o rigoroso policiamento em São Paulo no ano de 1955. A matéria mostra as proibições que estavam sendo feitas na capital.

Figura 29 – Matéria da revista *Manchete* sobre São Paulo e o rigoroso policiamento no período de 1955



Fonte: Revista Manchete, n. 157, de 23 de abril de 1955.

A matéria da revista *Manchete* retrata um compilado de eventos que estavam acontecendo em São Paulo capital no ano de 1955. A matéria diz que a cidade estava passando por um rigoroso policiamento e que algumas condutas estavam proibidas, como: namorar em automóveis estacionados; gracejar com as jovens em trânsito; frequentar, as senhoras e senhoritas, “boates” e “night-clubs” sem documentos de ótimos antecedentes; circular, qualquer pessoa do sexo feminino, depois das 22 horas, sem estar acompanhada do marido, devidamente documentado, ou do noivo, que prove a sua qualidade. Essa campanha policial que estava acontecendo no período de 1955 tinha como finalidade combater a prostituição; por isso, as proibições são praticamente para as mulheres. Quando algum homem era vistoriado pela polícia, é porque ele estava na companhia de uma mulher “que não inspira confiança.”

Ainda de acordo com a matéria, diariamente, a polícia prendia trinta pessoas, no mínimo, em sua maioria mulheres. O autor ainda cita um exemplo da “delicadeza” com as mulheres na delegacia: em uma das noites, a porta do elevador se abriu e foi empurrada para dentro uma jovem nua, que ficou ao centro, rodeada por umas três, quatro pessoas, soluçando, e o policial que a prendera apenas disse: “prostituta”, para as pessoas que estavam no elevador, como se fosse uma forma de legitimar o abuso policial.

Essa questão do abuso policial, evidenciado no jornal, também pode ser visto em processo de lesão corporal analisado. O processo nº 50, de lesão corporal, retrata dois soldados do exército que invadiram uma “casa de tolerância”, casa onde viviam prostitutas, e sem motivos, começaram a espancá-las. As vítimas eram duas jovens, uma de 27 e a outra de 29 anos, que trabalham com a prostituição. Em uma das declarações, T., uma das vítimas, disse que:

a declarante estava dormindo; que mais ou menos às 03,00 horas da manhã de hoje, lá chegaram dos soldados do Exército, fardados; que, arrombaram a porta da residência e entraram; que, dirigiram primeiro a um quarto onde dormia A. de tal; que A. ao ser ameaçada pelos soldados, pediu pelo amor de Deus que a deixasse; que, os soldados, dirigiram-se então para o outro quarto onde dormia a declarante e sua companheira E.M.S. que, foram chegando ao quarto e quebrando a lâmpada, e em seguida começaram a espancar a declarante e sua companheira de quarto; que, embora pedissem clemência, nada adiantou, os agressores continuaram espancando e quebrando as coisas da casa, tendo em seguida satisfeito seus desejos, retirando do local;²⁵⁹

Ao depararmos com essa declaração, percebemos que os agressores já sabiam que nesse endereço a casa era de prostituição e que dentro da casa se encontravam mulheres trabalhadoras dessa área. Podemos imaginar que os soldados foram certos do que iriam fazer e com quem iriam fazer, uma vez que eles deixaram a prostituta A. ileso e foram direto nas duas vítimas. Além disso, a ação que ocorreu nessa casa de prostituição não foi um caso isolado. Ainda segundo a vítima: “[...] não tem motivos para tal ação dos soldados, mas que é costume de – vez em quando os soldados do Exército quebram as casas e espancam mulheres”²⁶⁰.

As tensões analisadas nesse processo acompanharam as tensões políticas que estavam acontecendo na época. O período retratado estava consolidado em uma vertente mais autoritária, o que dava uma certa liberdade para a repressão e violência policial e militar.

O silêncio da legislação brasileira sobre o status da prostituição, neste contexto, era providencial para que as autoridades policiais procurassem

²⁵⁹ CDHIS. Processo 50, caixa 06. 1971.

²⁶⁰ Ibidem.

legitimar seu campo de atuação, num movimento em que argumentos de moralidade e decoro público acabavam ganhando mais importância que o cumprimento dos preceitos legais.²⁶¹

Isso nos mostra que, apesar de seguirem um plano ou um sistema, as campanhas promovidas para policiar a prostituição resultaram em um relativo reconhecimento social de certas prerrogativas policiais, em particular, a de agir independente dos limites legais.²⁶²

A atuação da polícia para a manutenção da ‘ordem’ reafirmando o que seja moral ou imoral, cujo princípio da ação coercitiva consiste em coibir tudo aquilo que atentasse contra os princípios morais ‘aspirados’ pela elite local que se apresentam os insurgentes, os desordeiros.²⁶³

Assim, a cidade ordeira só existia mediante a repressão policial e as normas estabelecidas, que controlavam a vida e os hábitos dos indivíduos transgressores.²⁶⁴

Figura 30 – Continuação da matéria de São Paulo retratando a campanha policial



Revista Manchete, n. 157, de 23 de abril de 1955.

²⁶¹ PEREIRA, Cristiana Schettini. **"Que tenhas teu corpo"**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002. 329p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. p. 14.

²⁶² Ibidem, p. 13.

²⁶³ FREITAS, 2007, p. 45.

²⁶⁴ FREITAS, loco citato.

Na segunda parte da reportagem, podemos observar três mulheres sentadas em um estabelecimento comercial, desacompanhadas do sexo masculino, sendo abordadas por três homens. Podemos imaginar que a primeira figura masculina seria a do gerente ou dono do estabelecimento, já que este está de terno, bem apresentado; o segundo seria o garçom, com camisa branca e gravata borboleta; e, por último, um policial, com o uniforme da corporação. Essas três mulheres não são jovens. Nessa idade já teriam que ter filhos e maridos e, portanto, não poderiam andar desacompanhadas, inclusive à noite. Além da aparência física, observamos os trajes e percebemos que elas estão com decotes, penteados volumosos, batom escuro. Elas são o oposto do modelo idealizado de mulher, aquela que observamos na mesma revista, que se refere às jovens recatadas, comportadas e sem muita maquiagem para não assustar o pretendente ou o marido.

Ribeiro Júnior elucida essa temática abordada: “as mulheres honradas não deveriam andar sozinhas pelas ruas da cidade. Transgredir essa norma tácita significava colocar-se sob suspeição. Se a conduta inadequada fosse efetivada por uma mulher negra esses índices de suspeição se elevavam”²⁶⁵.

Para as mulheres, as ruas começam a apresentar ameaças. É preciso andar com o marido ou algum homem (pai, irmão, tios) para sua proteção. “No mundo do trabalho, ser pobre e viver sem atividade lícita, publicamente identificada, significava expor-se às suspeições e estereótipos.”²⁶⁶ Com êxito, os homens são vistos como vadios e as mulheres “como prostitutas em potencial.”²⁶⁷

Por consequência, de acordo com a matéria, essas “mulheres desacompanhadas têm que se identificar se não quiserem dar uma voltinha no ‘tintureiro.’” Com um tom sarcástico, o jornalista nos mostra que o período é de grande repressão, e essas três mulheres poderiam ser presas se não se identificassem e mostrassem que não eram prostitutas. A matéria segue nos mostrando mais detalhes sobre esse infeliz período e como são tratadas as pessoas “desordeiras”.

Em 1953, todas as noites, os “tintureiros”, ou como podemos dizer, os camburões – carros de polícia para o transporte de presos – percorrem as ruas atrás dos sujeitos suspeitos. Os oficiais enchem os “tintureiros” desses infelizes e os despejam nos “xadrezes” do Gabinete

²⁶⁵ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 167.

²⁶⁶ RIBEIRO JÚNIOR, loco citato.

²⁶⁷ RIBEIRO JÚNIOR, loco citato.

de Investigações. Dentro da cadeia, essas pessoas permanecem presas por alguns dias e logo depois são soltas. Segundo a reportagem, “soltando-as de manhã (quase sempre para capturá-las a noite)”. Essa atitude mostra uma repressão contra os sujeitos desviantes da época, mas esse processo, de acordo com o jornalista, “combate o doente e não a doença”.

Com essa matéria, conseguimos analisar que, por um lado, existia uma forte repressão contra esses sujeitos desviantes, e, por outro lado, essa repressão não iria acabar com a prostituição (a doença), se não cuidassem e dessem oportunidades de trabalho para a prostituta (o doente). Deixar essas pessoas na cadeia e depois soltá-las só nos mostra o óbvio, elas irão voltar para a sua realidade.

Portanto, são nos jornais e meios midiáticos da época que encontramos sobre esses sujeitos fora do padrão, como “vagabundos”, “prostitutas”, “viciados”, mas também são nesses meios que encontramos temas esparsos sobre a prostituição: “por um lado, evidenciando constrangimento das elites locais em tratar diretamente do tema; por outro, explicitando o caráter ambíguo das representações acerca da prostituição e da prostituta”²⁶⁸.

Desde os avanços da urbanização, as elites locais manifestavam “o desejo de que o espaço público fosse constituído por sociabilidades distintas baseadas nas determinações de classe social, sexo/gênero, raça/etnia”²⁶⁹. Entretanto, a presença dos sujeitos desviantes expressa a dificuldade de estabelecer o ordenamento urbano desejado pelas elites. Diante disso, o convívio com esses sujeitos causava constrangimento aos “cidadãos”²⁷⁰.

Conseqüentemente, uma cultura de segregação motivada por fatores de classe ocorreu ao longo dos anos: “o desejo de eliminação da diferença, de normalização do outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe [trabalhadora]”²⁷¹. “Particularmente em relação às prostitutas, são recorrentes as solicitações para que a polícia restringisse a sua mobilidade e evitasse o seu convívio com as ‘famílias honestas’.”²⁷²

²⁶⁸ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 164.

²⁶⁹ Ibidem, p. 166

²⁷⁰ RIBEIRO JÚNIOR, loco citato.

²⁷¹ RAGO, 1997, p. 61.

²⁷² RIBEIRO JÚNIOR, opere citato, p. 167.

Figura 31 – Matéria discorrendo sobre a prostituição nas ruas centrais da cidade.

Com vistas ao energico delegado regional

Novamente em foco o desfile das decaídas pelas nossas ruas centrais
— O transito das familias depois da meia noite não é possível!

Torna-se necessario uma medida energica por parte da Policia e nós temos certeza que ela será tomada

Ha tempos, verberamos contra o espetaculo degradante das infelizes decaídas, que percorrendo todos os recantos das nossas ruas, ofereciam um espetaculo verdadeiramente doloroso. As providencias foram tomadas. O energico delegado regional, compreendeu perfeitamente o que havia de verdade em nossa reclamação.

Entretanto, com o tempo, esse desrespeito á nossa sociedade, volta, novamente, em proporções muito maiores.

Com a permissão dos proprietarios de casas de jogos, para que as mulheres frequentem suas casas, estabeleceu um "entra e sai" que tornou-se uma vergonha para os nossos fóros de cidade civilisada.

Em parte nenhuma as mulheres da vida facil circulam depois das 10 horas, sinão para se dirigirem á determinada casa de diversões, fóra do centro da cidade, onde permanecem até regressar aos seus lares.

Mas o que se está dando aqui, manda a dignidade, que apelemos para a autoridade competente no sentido de um paradeiro imediato.

Então, uma determinada familia não tem o direito de frequentar a casa de seus amigos até altas horas da noite? Achamos que têm!

Mas o regresso é uma tragédia!

Conhecemos bem a atitude energica do dr. Ziluar e estamos mais do que certos que não precisaremos voltar ao assunto.

A LOCALIZAÇÃO DAS MULHERES

Outro aspecto contristador em nossa cidade, é a promiscuidade residencial dessas infelizes, assunto este que já ventilamos uma vez.

Num encontro fortuito com o ilustrado delegado regional, disse-nos S. Ex.: "Li com atenção o seu artigo, e compreendo perfeitamente o que ha de verdade no assunto ventilado. Tenho pensado maduramente no caso e dentro em pouco, espero ter um entendimento com o honrado Prefeito da cidade e estou certo que algo haveremos de fazer".

Pelas palavras acima, pode-se aquilatar da boa vontade, do desejo que tem o nosso delegado regional em atender os reclames da nossa sociedade da qual ele é figura destacada.

Essas considerações que não visam posições, tem apenas o objectivo de trabalharmos para que a nossa linda "cidade menina" fique em logar de relevo em todos setores da sua atividade.

Fonte: Correio de Uberlândia (1941).

A reportagem acima retrata a questão de as prostitutas frequentarem o mesmo espaço que as "famílias honestas" e o desconforto que isso causava. De acordo com o autor, graças ao delegado regional, providências foram tomadas após reclamações de algumas pessoas sobre prostitutas andarem no centro da cidade e perturbarem a ordem da cidade civilizada e moderna de Uberlândia. Era um absurdo andar pela cidade depois das dez horas e encontrar "mulheres da vida fácil" ocupando os espaços públicos e andando nas mesmas ruas que a "família honesta". O comportamento das prostitutas era, segundo Esteves,

uma grande ameaça às famílias (a exibição de seu comportamento sexualmente descontrolado era péssimo exemplo para as crianças, que deveriam ter, no futuro, relações sexuais dentro da família, de forma a evitar a qualquer custo os ilegítimos), aos negócios (as mulheres de vida 'fácil' espalhavam-se pelas ruas, afastando fregueses e comprometendo o trabalho árduo dos homens) e à própria saúde da sociedade (eram potenciais focos de sífilis).²⁷³

²⁷³ ESTEVES, 1989, p. 52.

Em função disso, era preciso tirar essas mulheres de circulação, afastá-las do espaço central da cidade civilizada, visto que o espaço público era frequentado por famílias e pessoas honestas e porque era de um grande regresso ver “mulheres de vida fácil” circulando nesses locais. Esse era um problema “que envolvia negociações sobre maneiras diversas de ocupar e significar o espaço urbano”²⁷⁴.

O ‘problema da prostituição’ que mais preocupava os chefes de polícia e delegados dos distritos centrais da cidade nas primeiras décadas republicanas consistia em definir por quais trechos da cidade, de que maneira, e em que horário, mulheres identificadas como prostitutas poderiam expor-se e circular.²⁷⁵

A preocupação em ordenar a cidade e os sujeitos desviantes fez com que as autoridades policiais pensassem em meios para conter a circulação desses sujeitos, definindo os trechos da cidade os quais eles poderiam frequentar bem como o horário. Assim como as autoridades, os médicos tinham a proposta de tratá-los e isolá-los do seio da sociedade.²⁷⁶ Era preciso segregar a população “honesta” dos sujeitos desviantes, mascarar a pobreza e a prostituição, mantê-los afastados da cidade moderna e progressista.

Por isso, na década de 1950, uma ação feita pelo então prefeito da cidade de Uberlândia Tubal Vilela da Silva, deslocou a prostituição do centro da cidade para a periferia. Esse ato de deslocar a prostituição para áreas desvalorizadas da cidade demonstra o preconceito da sociedade que almeja um controle mais rígido sobre os comportamentos ditos como desviantes.²⁷⁷ Era preciso segregar a “família tradicional brasileira” desses sujeitos perturbadores da ordem e da moral.

Nesse sentido, tenta-se, pelo menos, esconder esse tipo de relação vexatória, mas que muitos homens consomem. Assim, desloca-se a prostituição para áreas desvalorizadas e longe do centro da cidade, para poupar o constrangimento de “cidadãos de bem” com esses sujeitos transgressores.

Essa preocupação em segregar a desordem da ordem social é preocupar-se também com “o futuro da pátria”. As mulheres prostitutas, mesmo sendo um “mal necessário”, são também um dos motivos para a desordem social. Em contraposição com elas, admitem-se as “mulheres honradas”, que “se caracterizavam pela redefinição dos papéis sociais das

²⁷⁴ PEREIRA, 2002, p. 14.

²⁷⁵ PEREIRA, loco citato.

²⁷⁶ ESTEVES, 1989, p. 52.

²⁷⁷ COELHO, 2007, p. 58.

mulheres, que deveriam assumir a missão de participar da construção da nação, através da formação – liberal e cristã – de cidadãos e trabalhadores”²⁷⁸.

2.3 A preocupação dos juristas: a família tradicional brasileira

“A necessidade de se definir os cidadãos, os sujeitos jurídicos e a relação entre o Estado e a sociedade ganhou nova urgência” no Brasil república.²⁷⁹ As discussões sobre os direitos de homens e mulheres, de todas as classes sociais, ganhavam visibilidade em debates políticos e apareciam na imprensa da época e nos comícios e desfiles carnavalescos.²⁸⁰

Apesar das divergências de pensamentos entre as autoridades públicas sobre o modelo ideal de família a ser defendido, a única certeza que os unia era o fato de que “a família continuaria a ser a instituição civil mais importante do novo regime”²⁸¹. Em meio a discussões e divergências, um jovem jurista, Clóvis Beviláqua, contratado para redigir o novo código civil de 1899, “queria adaptar o direito civil ao que entendia como família moderna – uma família constituída por amor e respeito mútuo e não pela arcaica ‘base egoística da autoridade’”²⁸². Beviláqua acreditava que “por natureza os homens e as mulheres deveriam exercer funções fundamentalmente diferentes, mas igualmente ‘nobres e elevadas’ na família e na sociedade”²⁸³. Segundo o jurista, os homens eram os “chefes naturais da família”, e, por isso, era evidente que teriam certa autoridade sobre as esposas, mas isso não anularia o princípio jurídico da liberdade.²⁸⁴

Por conseguinte, ele ainda escreveu, em seu projeto, que os direitos e obrigações pertenciam a “todo ser humano”, substituindo a frase “todo homem” e tentando, com isso, incluir as mulheres em todas as referências feitas. Todavia a comissão rejeitou a proposta do jurista de conceder às mulheres casadas o direito de se representarem legalmente. Apesar da tentativa de avanços e mudanças, o código civil reproduziu as diferenças de gênero que distinguiam sujeitos “capazes” e “incapazes”.²⁸⁵

²⁷⁸ RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 167.

²⁷⁹ CAULFIELD, 2000, p. 62-63.

²⁸⁰ CAULFIELD, loco citato.

²⁸¹ Ibidem, p. 63-64.

²⁸² CAULFIELD, loco citato.

²⁸³ Ibidem, p. 64.

²⁸⁴ CAULFIELD, loco citato.

²⁸⁵ CAULFIELD, 2000, p. 64.

Os maridos eram legalmente capazes, o que significava que podiam representar a si próprios e à esposa e filhos perante as instituições públicas, incluindo a Justiça. Como ‘cabeça do casal’ e detentores do pátrio poder, os maridos também podiam determinar onde seus dependentes iriam viver, se e quando iriam trabalhar e como os bens da família seriam administrados. A condição inativa das mulheres casadas no direito constitucional era equivalente à sua ‘incapacidade’ no direito civil – mais uma vez, uma condição que as igualava aos menores de idade, aos insanos e aos índios sob proteção do Estado.²⁸⁶

Beviláqua continuou defendendo sua obra, apesar das modificações, explicando que a “necessidade de harmonizar as relações de vida conjugal” justificava um “sacrifício à justiça”. E, “mais ainda, ele insistia que a subordinação das mulheres aos homens era ‘muito reduzida [...] quase que meramente formal’ no novo código, já que elas tinham o direito de administrar as despesas domésticas e ‘meios de conter e fiscalizar a ação do marido’”²⁸⁷.

Fazendo um gancho com os processos criminais analisados, percebemos essa condição inativa das mulheres casadas e os maridos como sujeitos capazes, que podiam representar a si e à sua esposa e filhos. O processo nº 65 de lesão corporal nos relata sobre o acusado, marido da vítima, que bateu nela, justificando que ela fez negócios sem a sua permissão. O acusado **O.** disse em sua declaração que: “[...] de fato, por questão de desinteligência de negócio que sua espôsa fêz, sem autorização, o declarante resolveu espancá-la, na tarde de ontem, depois do almoço, isto após ter mandado seus filhos para o cinema”²⁸⁸.

A alegação do acusado nos mostra que ele castigou sua mulher, **A.**, com agressão física porque ela fez um negócio, sem sua autorização, e, com palavras dele, um negócio “desinteligente”, mostrando que, além de fazer algo sem a sua permissão, ela era inepta para tratar desses assuntos, o que deve ter o irritado mais. Ademais, esse trecho da sua declaração nos mostra que, além de cuidar das coisas da casa, dos negócios, ele também cuida de seus filhos e esposa, uma vez que ele mandou seus filhos para o cinema e, sozinho com sua mulher, tratou do assunto pendente.

Retornando à discussão, apesar de poucas – ou quase nenhuma – mudanças no código civil de 1899 em favor das mulheres, o código de 1916 passou a se preocupar com a família tradicional brasileira e “refletia valores culturais que condenavam o comportamento sexual ilícito das mulheres, mas não o dos homens”²⁸⁹. O código se preocupava em julgar e

²⁸⁶ CAULFIELD, 2000, p. 64-65.

²⁸⁷ Ibidem, p. 65.

²⁸⁸ CDHIS. Processo 65, caixa 07. 1970.

²⁸⁹ CAULFIELD, 2000, p. 69.

condenar, principalmente, as mulheres que foram desonestas e/ou tiveram filhos fora do casamento.

Para os legisladores, o marido poderia pedir a anulação do casamento se descobrisse que sua futura esposa não era mais virgem ou qualquer outra evidência de desonra. A desonestidade feminina era considerada uma ofensa grave que poderia resultar na perda de direitos.²⁹⁰ Assim, as leis definiram que “as mulheres não gozavam dos mesmos direitos que os homens e nem eram iguais entre si. Elas eram capazes ou incapazes, honestas ou desonestas, dependendo da posição de cada uma dentro ou fora da família”²⁹¹.

Já no século XIX e início do XX, “cinco grandes juristas se dedicaram, em suas obras, a aprofundar os conhecimentos sobre crimes sexuais, visando organizar uma jurisprudência orientadora das punições”²⁹². Entre eles, Viveiros de Castro foi o primeiro a dar um tratamento exclusivo para esses crimes.²⁹³ Na visão de Viveiros, e dos outros juristas da época, “o caminho para a civilização estaria numa eficiência legislação que garantissem o ‘respeito pela honra da mulher’”²⁹⁴.

“O jurista aprofundou conhecimentos sobre as perversões sexuais e organizou uma jurisprudência orientando os juristas para melhor punirem crimes sexuais e aqueles especificamente contra a honra das mulheres.”²⁹⁵ Viveiros conseguiu produzir com o conhecimento jurídico infrações sexuais para que fosse possível um controle sobre os comportamentos amorosos populares.²⁹⁶ A outra direção de estudos do jurista “relaciona-se diretamente com a perspectiva de controle sobre a sexualidade popular através dos processos criminais de defloração, estupro e atentado ao pudor”²⁹⁷.

Segundo Viveiros, para ser comprovado o delito precisava-se da exigência material, caso dos dados dos crimes (cópula carnal, virgindade física, defloração, idade, etc) e o elemento moral, “que se encontrava expresso no artigo do Código como consentimento ao ato sexual através da sedução, engano ou fraude”²⁹⁸. Essas três formas de consentimento

²⁹⁰ CAULFIELD, 2000, p. 69.

²⁹¹ CAULFIELD, loco citato.

²⁹² ESTEVES, 1989, p. 35.

²⁹³ ESTEVES, loco citato.

²⁹⁴ ESTEVES, loco citato.

²⁹⁵ Ibidem, p. 36.

²⁹⁶ ESTEVES, loco citato.

²⁹⁷ ESTEVES, loco citato.

²⁹⁸ Ibidem, p. 37-38.

provavam que a mulher, mesmo não sendo mais virgem, permanecia honesta.²⁹⁹ Assim, para comprovar que houve sedução, engano ou fraude, “a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria que articular um discurso conivente com a sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico”³⁰⁰.

A definição e difusão de honestidade ultrapassou, é claro, as indicações construídas por Viveiros, ou por outros juristas do período. [...] Assim, é analisando os diversos discursos dos magistrados, presentes nos processos crimes pesquisados, que se pode, de uma forma mais ampla, aprofundar e conhecer as exigências morais do período.³⁰¹

Cada processo criminal é individual assim como cada momento histórico. Por isso, a construção da imagem de mulher honrada diferencia de acordo com o período analisado e com as instituições da época. Médicos, juristas, professores, familiares e até mesmo o Estado são órgãos difusores de comportamentos.

Nesse período, além da importância de Viveiros e de outros juristas, houve um movimento higienista que passou a se preocupar com “a insalubridade das cidades, com o controle das doenças e a necessidade de organização pública de um sistema de atenção à saúde”³⁰².

Uma das primeiras vias a delinear a cidade enquanto questão foi a higiênico-sanitarista. O olhar médico conjugado à ação/observação/transformação do engenheiro e à política de intervenção de um Estado planejador/reformador, pretendia de todas as formas neutralizar o espaço. Procurava-se, assim, dar ao espaço uma qualidade universal e manipulável, através da ‘racionalidade e objetividade’ da ciência, que passou a ter função-chave na sua luta contra o arcaico pela ‘ordem e progresso’³⁰³

Esse movimento “se propunha cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos”³⁰⁴. Médicos que trabalhavam nesse movimento “prescreveram novos hábitos sobre todas as condições que pudessem afetar, de algum modo, a saúde – trabalho, escola, moradia, moralidade etc”³⁰⁵. Nesse contexto, a mulher passou a assumir um papel fundamental na luta

²⁹⁹ ESTEVES, 1989, p. 38.

³⁰⁰ ESTEVES, loco citato.

³⁰¹ ESTEVES, loco citato.

³⁰² SILVA, Poliana Moreira. **Movimento higienista: construção da figura feminina**. 2017. 35 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. p. 12.

³⁰³ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC. 2002. p. 33.

³⁰⁴ Ibidem, p. 13

³⁰⁵ MATOS, loco citato.

por uma sociedade melhor. Em verdade, foi dado a elas o papel de educadora dos filhos, cuidadora da casa e dos maridos.³⁰⁶

Dialogando mais com os anos 50, Corrêa nos mostra que, apesar de cada processo criminal ser individual, “os protagonistas principais têm em comum o fato de terem sido todos definidos originalmente como autores da quebra de uma regra crucial”³⁰⁷. Isso quer dizer que “todos os acusados são julgados porque sua agressão ao outro foi classificada como uma tentativa de morte ou causou efetivamente a sua morte”³⁰⁸. Outro ponto em comum entre os acusados é que eles estão envolvidos com suas vítimas em uma relação que também é regulamentada através do Código Civil. “O casamento é uma união institucionalizada entre um homem e uma mulher envolvidos numa relação social e sexual.”³⁰⁹ Segundo o artigo 233 do Código Civil, o marido e a mulher têm direitos e deveres específicos dentro do casamento:

Ele é o chefe da sociedade conjugal, a ele compete a representação legal da família, a administração dos bens do casal e a manutenção da família. Os direitos e deveres específicos da mulher são assumir o apelido do marido ‘e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora nos encargos da família. (artigo 240)’ Ela assumirá a chefia do casamento quando o marido ‘estiver em lugar remoto ou não sabido; estiver em cárcere por mais de dois anos ou for judicialmente considerado interdito (artigo 251)’.³¹⁰

O casamento investe sobre o marido “a responsabilidade de prover a manutenção da família. É obrigação que ele assume ao contrair núpcias e somente cessa em relação à mulher se esta, sem justo motivo, abandona o lar conjugal e a ele se recusa voltar”³¹¹.

O Código ainda enumera as razões pelas quais se autoriza o desquite através do “artigo 317: adultério; tentativa de morte; sevícia ou injúria grave; abandono voluntário do lar conjugal durante dois anos consecutivos”³¹². Ainda, segundo o artigo 219, o casamento pode ser anulado se “um dos cônjuges houver consentido nele por erro essencial em que estivesse a respeito da pessoa do outro”³¹³. “Os erros essenciais são quatro: o que diz respeito à ‘identidade, honra e boa fama’; à ignorância de crime inafiançável anterior ao casamento; à

³⁰⁶ MATOS, 2002, p. 13.

³⁰⁷ CORRÊA, 1983, p. 87.

³⁰⁸ CORRÊA, loco citato.

³⁰⁹ CORRÊA, loco citato.

³¹⁰ Ibidem, p. 89.

³¹¹ Ibidem, p. 90.

³¹² CORRÊA, loco citato.

³¹³ Ibidem, p. 88

ignorância de defeito físico irremediável ou moléstia grave e transmissível e ao defloramento da mulher, ignorado pelo homem.”³¹⁴

Esses erros supracitados aparecem sob o duplo aspecto de identidade física, quando “diz respeito ao fato de o casamento ter sido com uma pessoa diferente do esperado”, e civil, que se entende “o conjunto de atributos ou qualidades com que a pessoa se distingue no meio social”³¹⁵. “A honra ‘é a dignidade da pessoa que vive honestamente, que pauta seu proceder pelos ditames da moral’; a boa fama ‘é a estima social de que a pessoa goza, por se conduzir segundo os bons costumes’, e a virgindade ‘é indício da honestidade e recato na jovem solteira.’”³¹⁶

Além dos artigos que asseguram o desquite do casamento, o Código Civil fixou deveres para a boa harmonia e equilíbrio nas relações pessoais entre os cônjuges, a fim de preservar o casamento. A fidelidade mútua, a vida em comum no domicílio conjugal, o sustento, guarda e educação dos filhos são alguns desses deveres. O não cumprimento desses deveres implica em crime de acordo com o Código Penal.³¹⁷ Apesar disso,

Os manuais de direito da família acentuam a maior gravidade do adultério da mulher, da quebra da fidelidade conjugal por ela. ‘Quando, porém, o homem contamina o tálamo, violando a fê conjugal, fá-lo, não raro, movido por um desejo fugaz. O seu ato não destrói nem o amor da mulher nem os fundamentos da sociedade conjugal. O adultério da mulher, ao contrário, afeta a ordem interna da família, comprometendo a estabilidade da vida conjugal. A infração por parte da mulher é mais grave não só pelo escândalo que provoca como porque fere mais profundamente a moral e o direito, havendo o perigo de introduzir no seio da família filhos estranhos, elementos que perpetua luta e desordem.’³¹⁸

Esses requisitos são os que mais interessam na discussão dos casos estudados. “Sua relação será sempre evocada na discussão sobre o crime julgado e apresentada em função de um desvio das normas que regulam as relações legítimas entre um homem e uma mulher.”³¹⁹ Ao julgarem um crime, os jurados, assim como os advogados e promotores, têm em mente “o modelo de casamento como ponto de referência para a discussão do relacionamento homem-mulher”³²⁰. Com isso, também é aceita a “identidade social de cada um deles, suposta nesse modelo: o homem como figura ativa e a mulher como sua subordinada, como figura

³¹⁴ CORRÊA, 1983, p. 88.

³¹⁵ CORRÊA, loco citato.

³¹⁶ CORRÊA, loco citato.

³¹⁷ Ibidem, p. 89.

³¹⁸ CORRÊA, loco citato.

³¹⁹ Ibidem, p. 90.

³²⁰ CORRÊA, loco citato.

passiva”³²¹. A quebra da lei só será aceita como justificativa se os acusados se adequarem perfeitamente a essas identidades básicas e as vítimas apresentadas como sujeitos desviantes.³²²

2.4 As mulheres dos processos criminais e as tensões com as mulheres idealizadas

Consideravam a mulher uma peça central no combate aos males sociais, e ao alcoolismo, em especial. Como o álcool conduzia às penitenciárias ou aos manicômios, ela jamais deveria querer isso para os seus. A “mulher-mãe”, com seu carinho e afetividade, iria educar os filhos contra as degenerações sociais, a “mulher-professora” complementar a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios, a “mulher-noiva”, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias, a “mulher-esposa”, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu marido, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool. A mulher, enfim, deveria ser uma aliada dos progressos higienistas. (MANSANERA; SILVA, 2000).³²³

O movimento higienista deu visibilidade ao mundo feminino através da maternidade e da família, “pois o papel social dela, desde muito cedo, era o de ser mãe, esposa e educadora de um lar e de uma família”³²⁴.

Dona **M.**, processo nº 45 de homicídio³²⁵, é um ótimo exemplo do que o movimento idealizou como a mulher ideal. Em sua defesa, seu irmão disse que “**M.** era uma mulher muito trabalhadora, correta e honesta [...]”³²⁶, e o sobrinho da vítima ajudou a confirmar esses padrões quando testemunhou que “**M.** deixou na orfandade cinco crianças necessitadas de carinho materno; que **O.** [o réu] vivia maritalmente com **M.**, que era uma mulher correta, trabalhadora e honesta [...]”³²⁷.

Os testemunhos nos mostram que a mulher se enquadrava nos padrões impostos da época por ser boa mãe, trabalhadora e honesta, e, por isso, **M.**, apesar de ter sido morta por seu amasio, conseguiu mostrar sua honestidade e inocência por meio dos testemunhos de outrem. No relatório final consta que “a vítima tinha bons costumes, no dizer das testemunhas, nada tendo sido apurado que pudesse desabonar a sua pessoa ou sua conduta”³²⁸.

³²¹ CORRÊA, 1983, p. 90.

³²² Ibidem, p. 91

³²³ SILVA, 2017, p. 14.

³²⁴ Ibidem, p. 15

³²⁵ CDHIS. Processo 45, caixa 05. 1973.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ Ibidem.

“Fica bastante evidente então que a questão da honestidade, medida através da conduta, passada ou presente, foi um elemento subjetivo fundamental para que se completasse o conceito legal do delito [de homicídio].”³²⁹

Desse modo, ao ser julgado um crime, emergiam os valores sociais mais amplos da sociedade, pois era também na quebra de outras normas morais e sociais que se determinava a absolvição ou condenação do réu. Ou seja, a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a [vítima] eram, poderiam ser ou seriam.³³⁰

Vale lembrar que, nos crimes passionais, o centro da análise dos julgamentos são as vítimas, mais que os acusados.³³¹ “Os juristas avaliavam se mereciam ou não sofrer o crime; se os comportamentos e os atos facilitavam e justificavam a ocorrência de uma agressão.”³³² A transformação da vítima em possível culpada tinha como principal ênfase sua conduta, “que tornou-se objetivo de conhecimento científico (médico e jurídico) e construíram verdades universais em relação a ela”³³³.

“Ouidas as testemunhas, os advogados e promotores passavam a formar prioritariamente um quadro valorativo das informações recolhidas sobre o comportamento da suposta vítima.”³³⁴ Eles recolhiam as informações de sua vida, como namoro, lazer, moradia, trabalho, etc., e “refletiam em seus discursos os papéis sociais ideais em uma sociedade disciplinada, onde a mulher era o centro difusor da moralização dos costumes”³³⁵. “Através dos comportamentos e declarações das vítimas e testemunhas, os juristas, nos processos de acusação, defesa ou julgamento, cumpriam o papel pedagógico da Justiça: protegiam ou condenavam os comportamentos populares.”³³⁶

Desse modo, as testemunhas tinham uma importância dentro desse papel pedagógico, não sendo requisitadas apenas para falarem sobre o crime ou o que sabiam dele, mas também eram interrogadas sobre os comportamentos das vítimas e dos réus.³³⁷

Em resumo, as aulas de conduta, proferidas pelos discursos dos doutores nas escolas das pretorias, frutificavam em cadeia: vários processos, várias testemunhas, vários vizinhos, vários bairros. Uns falavam e julgavam os

³²⁹ ESTEVES, 1989, p. 41.

³³⁰ ESTEVES, loco citato.

³³¹ ESTEVES, loco citato.

³³² ESTEVES, loco citato.

³³³ ESTEVES, loco citato.

³³⁴ ESTEVES, loco citato.

³³⁵ Ibidem, p. 41-42.

³³⁶ Ibidem, p. 42.

³³⁷ ESTEVES, loco citato.

comportamentos dos outros. Os outros deveriam saber passar uma ‘boa’ imagem para a defesa.³³⁸

Com isso, indagamo-nos sobre quais condutas especiais e padrões de honestidade serão defendidos pelos juristas³³⁹ através dos processos criminais de homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal. Trata-se de uma questão importante, principalmente para as mulheres, vítimas desses crimes, que precisavam enfrentar, além do seu agressor, a hostilidade dos juristas e o julgamento de sua conduta.

Apesar da tentativa de padronizar comportamentos e sujeitos sociais, há diferenças nos padrões de uma camada social para a outra.³⁴⁰ “Numa sociedade hierarquizada a distinção do sentido de honra acompanha as diferenças dos grupos sociais. Contudo, as diferenças são sutis. Não alteravam substancialmente os sentidos do que era ou não honroso.”³⁴¹

Isso nos mostra que nem todo ato que desonrava a mulher de classe média ou alta desonrava a mulher de classe mais baixa. “Martha Abreu aponta a dualidade na conduta daquelas que a sociedade julgava desonrada. Ora agindo em desconformidade com os códigos de conduta, ora se preocupando se os outros iriam falar mal de suas atitudes.”³⁴² Essa dualidade também pode ser vista nos processos criminais, ora as mulheres tentam se enquadrar nos padrões e normas da época, ora as mulheres são transgressoras dessas normas. Isso acontece porque “muitos valores do discurso dominante, dos médicos e juristas, não integravam suas vivências”³⁴³.

“Os processos criminais evidenciam a recorrência de comportamentos mais livres entre as mulheres de contextos mais empobrecidos.”³⁴⁴ No entanto, vale ressaltar que as mulheres perturbadoras da ordem, como as prostitutas ou mulheres viciadas, conhecidas pelas autoridades judiciais ou pela população, não dispunham de prestígio social.³⁴⁵ Mulheres transgressoras não são bem vistas pelas autoridades e sociedade em si, mas isso não quer dizer que não existiam mulheres transgressoras da ordem nos processos analisados.

A transgressão é um meio de burlar tudo aquilo que é imposto por meio de regras que delimitam as possibilidades de ação. Mesmo as premissas dos contratos sociais, as quais são estipuladas no âmbito das inter-relações, e

³³⁸ ESTEVES, 1989, p. 41.

³³⁹ ESTEVES, loco citato.

³⁴⁰ SUTIL, 2020, p. 140.

³⁴¹ SUTIL, loco citato.

³⁴² Ibidem, p. 141.

³⁴³ SUTIL, loco citato.

³⁴⁴ SUTIL, loco citato.

³⁴⁵ SUTIL, loco citato.

cuja reprodução se torna habitual após a naturalização dos costumes, nem sempre são cumpridas. Se reproduzir regras é parte da ação social, burlá-las, às vezes, também faz parte deste teatro.³⁴⁶

O problema não é a transgressão ou o desvio de normas e padrões sociais e sim a publicização da transgressão.³⁴⁷ “Desta forma, os cuidados incidiam mais sobre o silenciamento das ações inadequadas do que, propriamente, sobre a correção do ato difamatório.”³⁴⁸

Nos processos criminais, é normal verificar mulheres transgressoras de algum padrão social, principalmente mulheres que trabalhavam fora de casa, o que poderia promover a sua desonra. No entanto, algumas autoridades judiciais entendiam que a própria condição da família levava essas mulheres a trabalharem fora de suas casas. Elas tinham um papel fundamental, pois levavam o sustento e a sobrevivência de sua família. Dessa maneira, elas precisavam frequentar lugares públicos, não podiam ficar confinadas no espaço privado, não eram constantemente vigiadas e dispunham de mais liberdade que outras mulheres de camadas mais elevadas da sociedade.

Entende-se, assim, que nem todo comportamento social reproduzido pelas mulheres de classes mais desfavorecidas era visto como transgressor. Desse modo, se havia alguma base ou fundamento para tal comportamento, a conduta poderia ser aceita e até justificável. É preciso, então, verificar até que ponto as normas que não são valorizadas em determinadas camadas sociais também não são valorizadas nas camadas populares.³⁴⁹

Além disso, a noção do sujeito ideal apresentado nos processos criminais tem semelhanças com as revistas, mas também tem diferenças. Com os processos criminais, os sujeitos são moldados a partir de dois eixos principais – o trabalho e a fidelidade.³⁵⁰ Esses traços aparecem como os pilares do casamento.³⁵¹

Os outros traços que completam o quadro serão escolhidos e manipulados de acordo com o contexto em que ocorreu o crime (em termos legais) e em que ocorre a sua discussão, mas apenas reforçarão o padrão básico. Estes traços nunca serão inquiridos pelos julgadores, mas são pesquisados pelos

³⁴⁶ SUTIL, 2020, p. 141.

³⁴⁷ SUTIL, loco citato.

³⁴⁸ SUTIL, loco citato.

³⁴⁹ Ibidem, p. 142.

³⁵⁰ CORRÊA, 1983, p. 292.

³⁵¹ CORRÊA, loco citato.

advogados e promotores que decidem quais as ‘provas’ relevantes para que o quadro apresentado seja aceito como completo.³⁵²

Assim, vão aparecer, através dos processos criminais, os sujeitos idealizados e transgressores, vistos pela ótica do aparato jurídico. Para o homem, será traçado o perfil de bom pai, detentor da casa, que não deixa faltar nada para sua família, sem vícios – como álcool (até pode beber, mas moderadamente), cigarro ou jogos – e que não bate em sua esposa ou filhos.³⁵³ O homem transgressor é aquele que deixa faltar o essencial à manutenção de sua casa, é violento, tem vícios – bebe muito, por exemplo –, etc.

“A ênfase na apresentação da mulher é colocada em seu comportamento privado, doméstico, que reflete no âmbito público.”³⁵⁴ A mulher honrada é honesta, digna e respeitável, ou seja: trabalhadora, cuida de sua casa e de seus filhos, ótima mãe e esposa.³⁵⁵ Já a mulher transgressora é aquela que além de abdicar de seus instintos maternos, sendo uma péssima mãe, também não é uma boa esposa e, principalmente, é infiel.

Vemos, com isso, que a honra das mulheres “limita-se à honra sexual, à virgindade antes do casamento e à fidelidade após”³⁵⁶ e para ser considerada desonrada bastariam pequenos deslizes. Entretanto, como já sabemos, as mulheres que eram consideradas honradas poderiam muito bem transgredir regras sociais e mesmo assim permanecerem honradas perante a sociedade.³⁵⁷

É crível supormos que muitas tinham amantes, praticavam sexo antes do casamento, e não se comportavam conforme as regras sociais, mas, disfarçando suas intenções e ações, mantinham as aparências. Podemos dizer que a dissimulação era um artifício utilizado pelas mulheres para manter a aparência da conduta do silêncio.³⁵⁸

“Burlar e esconder os atos vergonhosos eram estratégias para a manutenção da reputação.”³⁵⁹ Os sujeitos mantinham-se autocontrolados, policiando seus desejos e ações nos ambientes públicos, preocupados com sua imagem e com o código de conduta, tentando se enquadrar ou pelo menos demonstrar que estavam dentro dessas exigências de comportamentos.³⁶⁰ “Transpondo a lógica deste mecanismo para nosso objeto de análise

³⁵² CORRÊA, 1983, p. 292.

³⁵³ CORRÊA, loco citato.

³⁵⁴ CORRÊA, loco citato.

³⁵⁵ CORRÊA, loco citato.

³⁵⁶ SOIHET, 1989, p. 83.

³⁵⁷ SUTIL, 2020, p. 139.

³⁵⁸ Ibidem, p. 139-140

³⁵⁹ Ibidem, p. 140.

³⁶⁰ SUTIL, opere citato, p. 140.

temos que ou a transgressão era uma constante ou o discurso médico não se aplicava completamente ao cotidiano.”³⁶¹

Pensando nisso, analisamos no terceiro capítulo, através dos processos criminais, a questão desses sujeitos que disfarçavam suas intenções e ações para não serem considerados sujeitos transgressores da moral e dos bons costumes. Esses sujeitos, em sua maioria de classe mais baixa, precisavam comprovar através dos testemunhos de outras pessoas que eram sujeitos honestos, trabalhadores, bons pais, bons maridos e boas esposas, para conseguirem uma aplicação de pena menor ou até mesmo a aplicação dos *sursis*. Era preciso se enquadrar nos comportamentos idealizados para que o julgamento fosse favorável, uma vez que o comportamento social da vítima e do réu valiam mais do que o próprio crime.

³⁶¹ SUTIL, 2020, p. 140.

3 OS SUJEITOS TRANSGRESSORES DOS PROCESSOS CRIMINAIS E SUAS REPRESENTAÇÕES

Com a imigração e investimentos sobre a cidade, Uberlândia descrevia-se com características modernas para a década de 1950. Contudo, com esses investimentos e novos moradores na cidade, novos padrões de comportamento foram emergindo, chocando-se com os antigos, o que provocou tensões e conflitos entre a população.

Esses novos padrões de comportamento chocavam-se com a mentalidade daqueles que idealizavam a figura feminina como aquela moça solteira virgem, recatada e do lar, e a esposa virtuosa e fiel a seu marido; e a figura masculina representada como o bom rapaz, trabalhador, e do homem casado como um bom pai, bom marido e detentor da casa.

Estes perfis circulavam em diferentes setores sociais, fixando-se no ideal de mulher mãe dona-de-casa e rainha do lar, independente das pesquisas demonstrarem a inserção da mulher no [mercado de trabalho] e no setor ‘informal’, como o trabalho domiciliar e doméstico. O homem, por sua vez, devia ser provedor, seu trabalho era que lhe garantia inserção social, como a falta dele o condenava socialmente.³⁶²

Segundo Esteves, “a mulher deveria contribuir para que o homem assumisse o sustento da casa e, com isso, ela se ocuparia apenas do lar e dos filhos”³⁶³. Ademais, disseminavam-se ideias de que a feminilidade, doçura, delicadeza e passividade eram comportamentos ditos como femininos e que a agressividade, o raciocínio e a laboriosidade eram comportamentos masculinos. Contudo, esses comportamentos “levavam a conflitos no âmbito conjugal, quando um dos dois não ajustava-se a eles”³⁶⁴. Essas tensões ficavam mais visíveis quando eclodiam, transformando-se em violência e estampando as capas dos jornais da cidade.³⁶⁵

Cabe ressaltar que, nesse período, conforme a cidade vai crescendo e modernizando, a violência vai ganhando espaço, e o que antes era corriqueiro passa a ser um dos itens que integravam o cotidiano nas cidades.³⁶⁶ “As páginas policiais já eram comuns nos jornais, e os

³⁶² BORELLI, Andrea. **Matei por amor!**: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999. p. 24.

³⁶³ ESTEVES, 1999, p. 28.

³⁶⁴ BORELLI, opere citato, p. 24.

³⁶⁵ BORELLI, loco citato.

³⁶⁶ Ibidem, p. 23.

crimes ficavam integrados ao dia a dia, como algo incômodo, mas que estava visceralmente ligado ao crescimento urbano.”³⁶⁷

Nesse período, os meios midiáticos começavam a relatar os furtos, roubos e assassinatos que aconteciam na cidade. Eles mantinham informados os leitores sobre os crimes, atualizavam os casos que ainda não tinham solução e, principalmente, reportavam sobre os casos passionais – casos de violência que envolviam homens e mulheres que mantinham relacionamentos amorosos.³⁶⁸

O passional, nome criado para designar os indivíduos que cometiam crimes movidos pela paixão, tinham algumas características estabelecidas pela antropologia criminal: eram homens jovens, que cometera seus delitos as claras, eram pessoas de ‘sensibilidade superior e aguda emotividade’.³⁶⁹

Essa descrição do criminoso procurava demonstrar que o indivíduo deixara a emoção dominar momentaneamente a sua vida, pois era a emoção que dava a explicação para o crime.³⁷⁰ No entanto, se a racionalidade era um atributo masculino e a emoção um atributo feminino, como os homens deixavam-se levar pelas emoções?

No caso dos crimes passionais, “o domínio da emoção era provocado pela descoberta da ofensa a sua honra”³⁷¹, ou seja, se descobriu um adultério por parte da sua companheira ou se essa não o quisesse mais para ficar com outro. “Neste sentido, os jovens eram mais predispostos a esta situação por sua inexperiência e intolerância.”³⁷² Além disso, os passionais eram mais dominados pela emoção, pois eram considerados pessoas de “alma sensível”, e seus atos não eram pensados, calculados, tanto que eram praticados a qualquer hora do dia, incluindo às claras, na frente de testemunhas e com a arma que encontrassem.³⁷³

Depois da execução do crime, o passional, tomado de remorso e arrependimento, tentava e, às vezes, até chegava a praticar o suicídio. O ato do suicídio era o mais melindroso na construção do passional, pois era visto como uma forma indispensável de demonstrar o arrependimento do acusado.³⁷⁴ Entretanto, na maioria dos casos, não eram detectadas as tentativas de suicídio dos homens que iam a julgamento, e esse ponto era explorado pelos promotores para descaracterizar o crime como sendo passional. Eles procuravam argumentar

³⁶⁷ BORELLI, loco citato.

³⁶⁸ BORELLI, 1999, p. 25.

³⁶⁹ Ibidem, p. 28.

³⁷⁰ BORELLI, loco citato.

³⁷¹ BORELLI, loco citato.

³⁷² BORELLI, loco citato.

³⁷³ Ibidem, p. 38-39.

³⁷⁴ Ibidem, p. 29.

que um criminoso passional não suportava a ideia de viver longe de sua mulher, portanto, já que tiraram a vida de sua amada, sua vontade agora seria a de unir-se a ela na morte.³⁷⁵

Assim, vão se criando personagens nos processos criminais com características que são aceitas pela sociedade e juristas. Esses indivíduos, que de alguma forma foram transgressores das normas sociais, precisavam se enquadrar em características de comportamentos idealizados pelos juristas para conseguirem sair daquela situação, mesmo que não completamente. Demonstrar para os jurados e juízes que eles eram pessoas de bom comportamento, honradas e de boa índole fazia com que a pena pudesse ser reduzida e até mesmo ter uma aplicação de *sursis*.

Do contrário, se os sujeitos não se enquadrassem nos padrões de comportamento idealizados pelo aparato jurídico, sua pena não seria reduzida, e eles teriam que pagar pelo seu crime, pois seriam considerados sujeitos transgressores das normas sociais, sendo um problema para a população. Por isso, era preciso entrar no personagem e conseguir demonstrar, através das testemunhas, que o acusado era merecedor de uma pena reduzida, já que este apresentava-se dentro dos comportamentos idealizados.

Sendo assim, o aparelho judiciário tornou-se mais uma instituição (junto com a medicina, a fábrica e a polícia) a criar possibilidades de ordenar a população através do controle social direto, com a polícia, leis e punições, e indireto, com difusão de papéis e imagens sociais e sexuais a serem valorizadas ou marginalizadas.³⁷⁶ Os juristas, junto com outras instituições, tentaram induzir o trabalhador nos valores fundamentais idealizados e aceitos por essas instituições.

Nesse caminho, para essa última parte da pesquisa, analisamos os processos criminais de homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal para “estabelecer os padrões sociais de comportamentos e valores aceitos, definidos e difundidos no processo de formação de culpa e inocência na época”³⁷⁷ de 1970-1980. Os processos criminais nos oferecem a possibilidade de análise dos discursos populares, por meio dos depoimentos das vítimas, dos acusados e das testemunhas.³⁷⁸ “Suas histórias de amor, registradas nos processos, permitiram-nos investigar

³⁷⁵ BORELLI, 1999, p. 29.

³⁷⁶ ESTEVES, 1989, p. 30.

³⁷⁷ Ibidem, p. 31.

³⁷⁸ Ibidem, p. 32.

seus valores morais, comportamentos sexuais, atividades de lazer, relações de vizinhança, etc.”³⁷⁹

Assim, em consonância com o discurso conservador, os processos crimes analisados de lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio reafirmam o perfil comportamental “adequado”. Os juristas procuram enquadrar homens e mulheres ao conjunto de atribuições sociais previamente traçados.³⁸⁰ A defesa procura encaixar em seu discurso a mulher como boa esposa-mãe-trabalhadora e a acusação tenta demonstrar que a mulher “não possuía valores merecedores do apoio e proteção da Justiça. Genericamente, em qualquer crime, eram elas apontadas como desonestas e imorais”³⁸¹.

Vale ressaltar que nessa época a Justiça desempenhou um papel fundamental na aplicação da política ligada a certos hábitos e condutas imorais das classes populares, já que estes estavam ameaçando as bases de um determinado tipo de “ordem e progresso”³⁸².

3.1 Os processos criminais: quem são esses sujeitos perturbadores da ordem?

Após traçar a representação das mulheres no imaginário das revistas, no primeiro capítulo, e começar a desmistificar esse comportamento idealizado com o segundo capítulo, quando relatamos a prostituição e os sujeitos transgressores, neste último capítulo, analisamos os sujeitos dos processos criminais. Esses sujeitos vão ao encontro dos sujeitos transgressores do segundo capítulo, mas também, tentam se enquadrar no imaginário social apontado no primeiro.

Isso acontece porque, embora eles fossem desviantes em alguns aspectos, os sujeitos dos processos criminais precisavam se enquadrar em um comportamento idealizado pelos juristas para conseguirem provar sua inocência. Por isso, como vimos no segundo capítulo, esses sujeitos, embora transgressores, precisavam disfarçar suas intenções e ações perante a sociedade para não manchar sua honra e colocar em xeque sua honestidade. Era preciso se comportar para que suas atitudes não caíssem na boca dos vizinhos, amigos e familiares, caso isso acontecesse, sua conduta seria contestada.

³⁷⁹ ESTEVES, 1989, p. 32.

³⁸⁰ Ibidem, p. 38.

³⁸¹ Ibidem, p. 39.

³⁸² ESTEVES, loco citato.

No processo de construção dos perfis de masculinidade e de feminilidade era necessário zelar para que estes fossem um parâmetro para o comportamento de todos os indivíduos que viviam naquele momento; desejava-se um padrão de normalidade do comportamento e as outras maneiras de viver eram classificadas como desvios e socialmente questionáveis.³⁸³

Sendo assim, nesta última parte do trabalho, buscamos traçar o perfil social dos réus e das vítimas. Queremos, com isso, construir o perfil dos indivíduos criminalizados.³⁸⁴ Nesta parte da pesquisa, saímos dos comportamentos idealizados pelas revistas e confrontamos os comportamentos “reais”³⁸⁵ dos processos criminais.

3.1.1 Os casos masculinos e suas justificativas para o crime passional

Dos 89 casos levados a julgamento pelo tribunal do júri nos anos de 1970-1980, 72 eram de homens acusados da morte, da tentativa de morte ou lesão corporal de mulheres que, na maioria dos casos, eram suas companheiras. O primeiro traço em comum que conseguimos analisar desses casos são os motivos apresentados para a realização do crime, havendo quatro grandes argumentos: infidelidade, abandono, briga e negativa.³⁸⁶ Na primeira categoria, o crime acontece com o pretexto de uma suspeita sobre a infidelidade da mulher; na segunda categoria, o crime é cometido pela separação do casal, em que a mulher abandona o marido e esse, desolado, vai tirar satisfação com ela; na terceira, o crime ocorre através de uma briga de casal, na qual acontece uma agressão mútua; e, no quarto argumento, os acusados negam a autoria do crime.³⁸⁷

Há também o caso em que o pai mata a filha, pois essa tinha problemas mentais, e, como não conseguira um lugar para ela no hospício da cidade, ele resolve matá-la enforcada e abusar de seu corpo já desfalecido. Existem, ainda, casos em que as mulheres se recusam a manter relações sexuais com os acusados e até namorarem com eles, e, rejeitados, eles cometem os crimes; e casos em que o marido mata a sogra e o cunhado, pois eles se

³⁸³ BORELLI, 1999, p. 71.

³⁸⁴ CARNEIRO. Deivy Ferreira. **Uma justiça que seduz?:** ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941). 1. ed. Jundiaí (SP): Paco, 2019. p. 233.

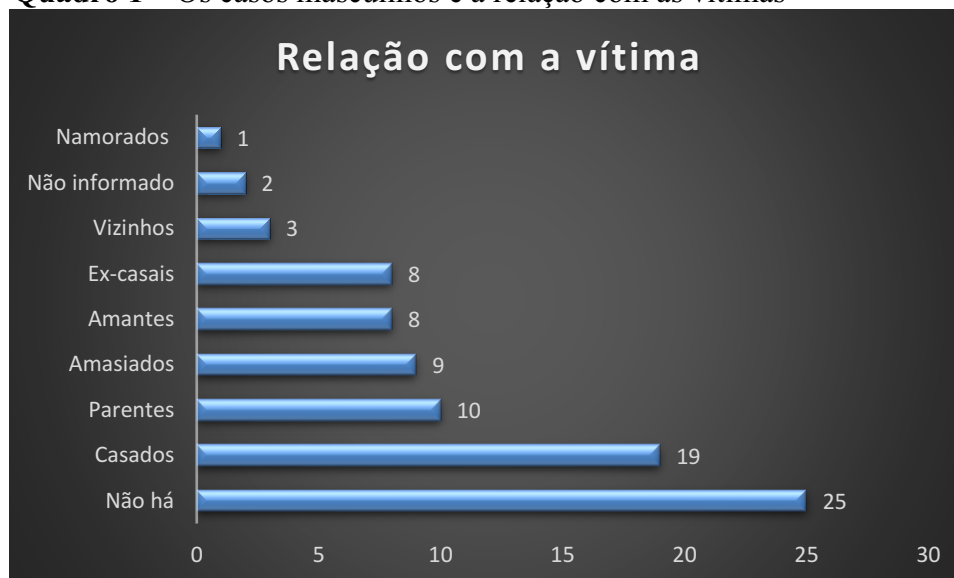
³⁸⁵ Coloquei reais entre aspas pois, sabemos que os processos criminais não relatam toda a verdade, como Mariza Corrêa diz, é uma construção de fábula, onde tentam construir imagens idealizadas dos sujeitos desviantes por meio de testemunhos. Mas, são nos processos criminais que conseguimos ver quem são os sujeitos perturbadores da ordem e como eles são socialmente, conseguimos informações como idade, profissão, lugar onde mora, status civil, enfim, características que podemos traçar pontos em comuns e mostrar quem são esses sujeitos – ou pelo menos quem eles aparentavam ser.

³⁸⁶ CORRÊA, 1983, p. 97.

³⁸⁷ CORRÊA, loco citato.

intrometeram na briga com sua esposa. Apesar da divergência de temas, o que mais encontramos nos processos analisados é o caso da infidelidade da mulher atrelada com o abandono. Por isso, esse primeiro agrupamento serve como ponto de partida para abordarmos os casos.³⁸⁸

Quadro 1 – Os casos masculinos e a relação com as vítimas



Fonte: elaborado pela autora.

Analisando esse primeiro quadro, percebemos que, em 72 casos estudados, em 25 os acusados não tinham relação direta com a vítima, o que poderia refutar a nossa ideia dos argumentos utilizados acima. Todavia, percebemos que, se juntarmos os casos em que os acusados tinham alguma relação amorosa com a vítima, os casos passam a somar 37 de casais e 8 de ex-casais. Isso nos mostra que a maioria dos crimes ocorre dentro das relações mais estáveis (entre casados e amasiados) e dentro de casa, o espaço ocupado pelo casal em sua convivência cotidiana.³⁸⁹

No caso do processo 79, de 1980, de tentativa de homicídio, observamos a ocorrência de violência física entre casal. Segundo a testemunha, vizinha da vítima:

J. constantemente espanca sua esposa; devido a espancamentos a mesma já esteve internada no hospital da escola de medicina, mas não tomaram nenhuma providência contra o mesmo, ou seja, não levou o fato, digo não trouxe o fato ao conhecimento da delegacia.³⁹⁰

³⁸⁸ CORRÊA, 1983, p. 97.

³⁸⁹ Ibidem, p. 98

³⁹⁰ CDHIS. Processo 79, caixa 04. 1980.

Antes mesmo de o crime acontecer, J. já batia em sua esposa, mas nunca prestaram-se queixas contra ele. Percebemos, então, que, majoritariamente, as mulheres apanhavam de seus maridos antes mesmo de acontecer algo mais grave, a ponto de envolver a polícia.

Por sorte, nesse caso, a vítima conseguiu ajuda e foi para o hospital com vida. Apesar de receber inúmeras facadas, o socorro foi prestado a tempo. O acusado, que era casado com a vítima há mais de nove anos, agredia-a desde o começo da vida conjugal e, temporariamente, ele a abandonava para viver com sua amante.³⁹¹ Ainda segundo o testemunho da vizinha, no dia do crime, o acusado foi até a casa dela perguntando da mulher, pois elas se encontravam todo dia para assistirem a novela juntas; ela chamou a vítima, que saiu para ver o que o marido queria. A vizinha retornou para dentro da casa quando escutou um pedido de socorro, e quando ela correu para ver o que estava acontecendo, **I.** (a vítima) estava sangrando e **J.** (o acusado) estava com uma faca na mão. A vítima correu para dentro da casa e se trancou em um quarto, e o acusado foi atrás dela, arrombou a porta e deu mais algumas facadas na vítima, só que ela conseguiu fugir. **I.**, mesmo ferida, conseguiu correr para uma lanchonete que tinha na rua, mas o acusado a perseguiu e continuou a desferir facadas.³⁹² A vizinha ainda conta que:

a mesma foi seguida por J. e já estando bastante ferida caiu no interior da lanchonete e estando a mesma ali caída J. continuou a desferir facadas na mesma; que havia naquele local várias pessoas as quais assistiram J. desferir facadas em I., mas nenhuma pessoa entrou em socorro da mesma pois todos temem J., pois o mesmo é um grande mau elemento, foi preso por várias vezes por pratica de furto; que após desferir facadas em I., H. abandonou aquele local levando consigo a faca usada para pratica do crime.³⁹³

Além de ser um sujeito agressivo, o acusado era mau elemento e já tinha sido preso pela justiça por furto. Ele era um sujeito totalmente fora do padrão desejado para a época, mas que mostra claramente como são os casos entre casais. O marido se sente no direito de agredir sua mulher, ainda mais se ele achar que ela tem comportamentos inadequados. Nesse caso, como foi comprovado que o sujeito era de má índole e a esposa “nada tendo contra para desabonar a sua conduta”, o acusado foi julgado e condenado a três anos e três meses de prisão, cumprindo a pena.

Entre os acusados que não têm relação com a vítima, percebemos que o argumento utilizado para justificar o crime é a questão da honra e virilidade masculina. Nesses casos, os

³⁹¹ CDHIS. Processo 79, caixa 04. 1980.

³⁹² Ibidem.

³⁹³ Ibidem.

homens utilizam-se da prerrogativa de que as mulheres não queriam ter relações sexuais com eles e, ao serem rejeitados, não lidaram muito bem com a situação, praticando assim o crime.

O principal processo criminal que nos mostra essa questão da virilidade masculina é o processo número 139, do ano de 1975, de homicídio. O acusado foi preso em Uberlândia após matar quatro mulheres. Pedro Mamede Júnior³⁹⁴, um pintor de 39 anos que aterrorizou a cidade durante 20 dias foi preso e condenado a 48 anos de prisão, sendo que cumpriu apenas 25 anos e cinco meses. O acusado estrangulou, matou e estuprou quatro mulheres.

Figura 32 – Capa do jornal *Correio de Uberlândia* noticiando o crime do processo n. 139



Fonte: Correio de Uberlândia (1975).

O caso foi tão chocante para a cidade que o jornal local retratou na primeira página o crime. A barbaridade era tanta que Mamede Júnior, além de matar suas vítimas, as estuprava depois de mortas e ainda as desfigurava, como podemos ver no título da matéria. A peculiaridade dos crimes é que sempre acontecia à noite e os corpos eram encontrados em bairros de periferia da cidade.

Ainda segundo a reportagem, os assassinos eram morenos e um estava com a roupa suja, mostrando ser pintor. Há uma controvérsia nesse processo criminal: apenas uma pessoa foi julgada e condenada nos quatro crimes, no caso o pintor, moreno, de 39 anos, chamado Pedro Mamede Júnior, e não tem nenhum relato de ter outro assassino envolvido.

³⁹⁴ CDHIS. Processo 139, caixa 13. 1975.

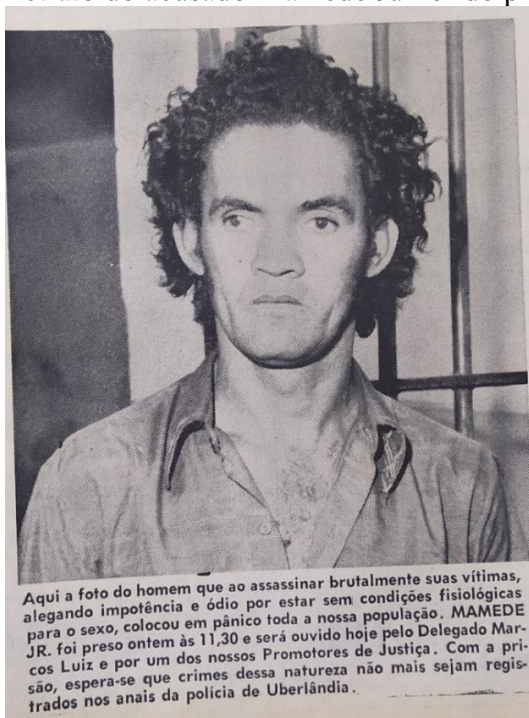
Após ser pego pela polícia, o acusado confessou três dos quatro crimes e contou o motivo que o levou a agir de tal maneira. Ele contou que, após sair do trabalho, ele ficava bebendo em um bar e, depois de algumas cervejas, saía com o carro e andava pela cidade em busca de uma mulher. Quando encontrava uma mulher que o atraísse, ele a abordava e perguntava se ela aceitaria um passeio ou carona. As vítimas aceitavam o convite em troca sexual, e ele as levava para bairros afastados do centro da cidade, procurando por mais privacidade. Em seu depoimento Mamede ainda diz que:

Viu M.T. parada e buzinou do seu carro, chamando-a atenção, ele queria dar uma volta com ela e ela disse que não iria beber. Depois de muita insistência ela aceitou dar uma volta com ele, os dois pararam no posto e começaram a se despir, o depoente viu que seu membro (pênis) não ficava duro, pois estava nervoso, mesmo ‘agarrando’ muito M.T.. Ela pediu para que abrisse a janela já que estava muito calor, ao abrir um pouco, ela começou a gritar por socorro, o depoente deu socos no rosto da vítima, mas não se recorda de quantos, ele abriu a porta e a deixou ainda com vida no local.³⁹⁵

Em todos os casos, foi constatado que o acusado tentava ter relações sexuais com as vítimas, mas que não conseguia ter ereção, o que o deixava irritado. Ao perceber que o ato sexual não iria acontecer, ele começava a sufocar as vítimas até a morte. *Pós morte*, o acusado deixava o corpo das vítimas em terrenos baldios, tirava suas roupas e colocava objetos em suas vaginas, como galhos de árvores, macaco mecânico do carro e a chave de rodas. Assim, o ato sexual que o acusado tentava praticar com a vítima ainda viva se realizava no *pós morte*, por meio da introdução de objetos a seu alcance.

³⁹⁵ CDHIS. Processo 139, caixa 13. 1975.

Figura 33 – Retrato do acusado Mamede Júnior do processo nº 139



Fonte: Correio de Uberlândia (1975).

Percebemos, com esses crimes, que o acusado tentou não perder sua virilidade masculina, já que ela está ligada à capacidade sexual. Por isso, ele preferiu matar as mulheres e praticar os atos sexuais com outros objetos, a fim de mostrar a si mesmo que era viril o bastante. Ademais, como as vítimas não estariam vivas para relatar sobre a falta de ereção do réu, elas não sujariam a sua reputação de homem viril, heterossexual. Essa afirmação excessiva pela virilidade e sexualidade torna-se um traço de personalidade masculina. “Ser homem” requer certa conduta, atitudes, valores, agir com razão, tomar decisões sábias e zelar pela sua reputação.

É verdade que a virilidade e masculinidade são atributos importantes para a sociedade da época, mas essa sociedade também exige que o homem controle suas emoções, e, quando o acusado mata suas vítimas de forma brutal por sentir-se humilhado e irritado, suas emoções falam mais alto. “A emoção não era um elemento valorizado na construção da masculinidade, o desejável é que os homens sejam racionais e com pouco espaço para os impulsos sentimentais.”³⁹⁶ Nessa lógica, esse descontrole das emoções e reações fazem parte da fragilidade feminina.

³⁹⁶ BORELLI, 1999, p. 101.

Vemos, assim, que a honra e a virilidade masculina eram artefatos utilizados para amenizarem a culpabilidade e o grau de violência impregnado nos crimes cometidos. Sabemos que não existe uma lei que ampare esses conceitos, legitimando-os, “mas os jurados, leigos que são não iriam decidir com base no texto expresso na lei, mas de acordo com seus valores culturais”³⁹⁷. Nesse sentido, a noção de que o homem estava recuperando sua dignidade perdida e, por isso, cometera o crime ecoava nos sentimentos dos jurados, que sentiam, em alguns casos, uma proximidade com as histórias relatadas, passando a ver o acusado com mais benevolência. Dessa forma, surge a legítima defesa da honra, que os jurados passam a aceitar sem muito esforço, para perdoar a conduta criminosa.³⁹⁸

A defesa da honra é, sobretudo, uma estratégia dos acusados e de seus advogados para conseguirem redução de pena ou absolvição do caso, uma vez que eles se utilizam desse conceito para justificar seus atos violentos e doentios, legitimando que a honra dos acusados foi restaurada após matarem ou ferirem a mulher amada, uma vez que ele fora traído por ela ou deixado. Ainda, os crimes passionais começam a ser vistos como a punição de uma atitude feminina desviante – adúltera, traidora, que diverge de seus deveres de ser boa mãe e esposa – , e era a reação esperada do homem que tinha uma relação com uma mulher infiel.³⁹⁹

De acordo com a mentalidade da época, o adultério feminino tinha que ser punido para que fosse mantido o padrão estabelecido de honra masculina. O homem tinha que reagir de forma exemplar, violentando sua mulher, para mostrar quem manda na relação e colocando, assim, a mulher em seu devido lugar.⁴⁰⁰ “O homem que não reagisse poderia sofrer uma série de sanções da sociedade, o que demonstrava que o crime passional visava regradar o comportamento de homens e mulheres para que fosse mantido o ideal estabelecido.”⁴⁰¹

Nessa lógica, o homem ideal deveria trabalhar para garantir o sustento e o conforto da casa e da sua família, sendo a laboriosidade a principal característica masculina, visto que ela se “associa com a honestidade, seriedade, respeitabilidade, honra, ou seja, a atributos morais”⁴⁰².

³⁹⁷ SOUZA, Cassiana Redwitz de. **O homicídio passional**. Curitiba, 2006, p. 23.

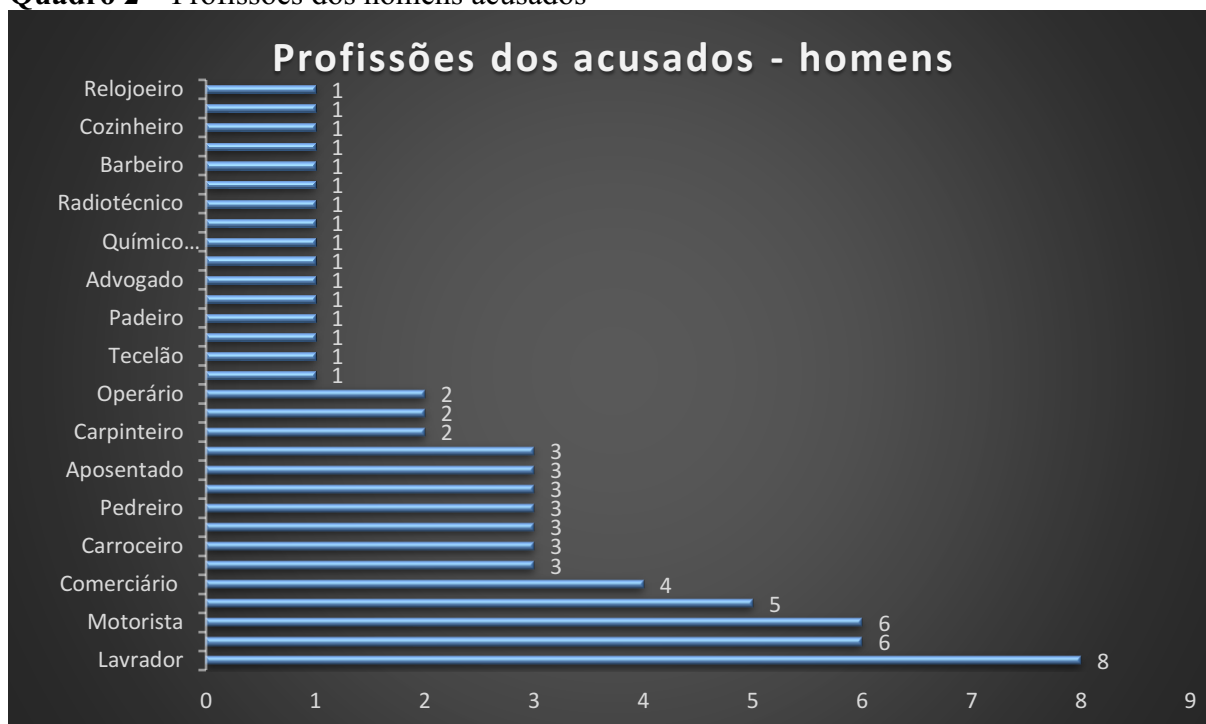
³⁹⁸ Ibidem, p. 22.

³⁹⁹ BORELLI, 1999, p. 95-96.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 96.

⁴⁰¹ BORELLI, loco citato.

⁴⁰² ESTEVES, 1989, p. 82.

Quadro 2 – Profissões dos homens acusados

Fonte: Elaborado pela autora.

“O trabalho, como já foi ressaltado era um elemento tido como formador de caráter do homem e um de seus principais qualificadores.”⁴⁰³ Por essa razão, quando as mulheres desejavam começar um namoro ou um noivado, o primeiro item que a família começava a investigar era o caráter do rapaz e sua linhagem. Ela verificava se era de família honrada, se o rapaz era um moço sério, trabalhador e sem vícios.

O trabalho era uma característica tão importante porque era o rapaz trabalhador que iria garantir a subsistência da família e dar um futuro agradável para sua esposa e filhos. O papel do homem era o de ser o provedor da casa. Ele é quem deveria ocupar o espaço público e enfrentar os riscos da rua, pois sua natureza feroz e selvagem permitia que ele saísse para esse ambiente hostil, enquanto sua mulher, doce, feminina e delicada, teria que ficar dentro de casa, cuidando da família e arrumando a casa enquanto o marido estava fora. O espaço público não era um ambiente acolhedor, uma vez que existiam muitos sujeitos desviantes, e um rapaz que se prezasse não gostaria de ver sua amada nesse meio.

Pensando nisso, observamos nos processos criminais que a maioria (com exceção de três sem a informação) dos acusados de homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal

⁴⁰³ BORELLI, 1999, p. 66.

exerciam uma função na sociedade. Essas funções foram retratadas no quadro acima, por meio do qual podemos ver que as profissões masculinas são, majoritariamente, profissões manuais – servente, pedreiro, funcionários do comércio, proprietários de pequenos e médios negócios – e rurais – lavradores, carpinteiros –, mostrando que os sujeitos dos processos criminais são pessoas de baixa e média renda.⁴⁰⁴ A profissão que mais aparece é a de lavrador, com oito casos analisados, representando 11%; em segundo aparece a profissão de servente e a de motorista, com seis casos (cada), representando 8%.

Conforme destacou Boris Fausto, é de se esperar que a maior parte dos réus envolvidos em quase todo tipo de ação considerada criminosa seja formada por trabalhadores manuais, gente pobre, o que reforça o significado das prisões como um instrumento de controle social da massa da população.⁴⁰⁵

Conseqüentemente, percebemos que, salvo a exceção de um advogado e um jornalista/publicitário, os setores mais poderosos e ricos da sociedade não procuravam nem eram acionados pela justiça local em caso de crimes passionais, isso porque eles tinham alternativas para contornar a situação e não precisavam da mediação direta da justiça.⁴⁰⁶ Vale ressaltar que tanto o advogado quanto o jornalista foram acusados de crime de lesão corporal; no caso do advogado, não houve julgamento, e, no caso do jornalista/publicitário, o réu foi absolvido por falta de provas.

Ademais, o homem ideal deveria ser um homem sem vícios – como já relatamos: álcool, cigarro, jogos de azar, prostituição –, pois o dinheiro que estava sendo gasto em vícios deveria garantir o futuro do rapaz e da moça escolhida para formar uma família.⁴⁰⁷ Desse modo, o rapaz tinha que se utilizar da racionalidade para saber que vícios não levavam o homem para o bom caminho e sim o trabalho, uma vez que o homem ideal era aquele que cuidava da sua mulher e dos seus filhos, dando assistência em casa e mostrando ser um bom pai e esposo. Um homem que fugisse desses comportamentos era visto como um sujeito desviante, e provar sua inocência era um papel quase impossível, como podemos ver no caso do processo criminal número 42, de 1976, de lesão corporal, no qual o acusado era visto como um sujeito desviante, sendo condenado a cinco meses de detenção.

A vítima **G.** relata a agressão física que recebeu de **S.**, pai de sua filha. Segundo a vítima, **S.**, apesar de frequentar a sua casa e ser pai de sua filha, nunca lhe dera assistência

⁴⁰⁴ CARNEIRO, 2019, p. 249.

⁴⁰⁵ CARNEIRO, loco citato.

⁴⁰⁶ CARNEIRO, loco citato.

⁴⁰⁷ BORELLI, 1999, p. 60.

material e moral e sempre a maltratara fisicamente. Além do relato da vítima acusando S. de não dar os devidos cuidados para ela e a filha, a testemunha N. também relata a favor da vítima e diz em seu testemunho que:

é vizinha da G.M.F. e conhece bastante a vida da mesma com S.S.P., uma vez que ela andava com o referido indivíduo e destes encontros amorosos ela ficou grávida e teve uma filha do referido elemento; que sempre viviam brigando e todas as vezes que brigavam S. espancava a mencionada mulher; que inclusive uma certa vez a depoente que é vizinha de quarto de G., chegou e S. estava discutindo com a mesma, que, trazia nos braços a sua filha; que S. sem qualquer contemplação espancou a referida mulher que caiu ao chão com a própria filha; que S. é mau elemento, e, sempre que chegava na casa de G., chegava bêbado e armado de faca; que obrigava a mesma a abrir a porta do seu quarto, isto tudo sob ameaça.⁴⁰⁸

O acusado, nesse processo de lesão corporal, foi caracterizado pelos jurados como sendo o avesso do homem idealizado, visto que não era um homem trabalhador, não era um bom pai e marido – não dava assistência material para a sua companheira e muito menos para a filha, além de agredir a mulher –, além de ser um homem de vícios e violento. Por isso, ele recebeu uma pena exemplar, para mostrar que o homem transgressor também tem que ser punido e responsabilizado por seus atos.

Outro caso no qual vemos o homem como sujeito transgressor é no processo número 89 da caixa 05 de 1980, de homicídio. O acusado, **E.M.F.**, esfaqueou sua sogra e seu cunhado quando tentava reatar sua relação com sua esposa. Eles estavam brigados, e sua mulher se encontrava na casa da mãe. Sua sogra interveio na briga, e o homem enfurecido pegou uma faca e começou a esfaqueá-la, quando seu cunhado de 16 anos pulou na frente da mãe para protegê-la e acabou morrendo.

De acordo com o testemunho da sogra,

O indiciado é casado com D.S.M. há cinco anos, de cuja união nasceram dois filhos. Nesse período, o indiciado esteve separado da mulher inúmeras vezes, porque ele é *indivíduo de má índole, jogador, dado ao uso de bebidas alcoólicas e não cumpria a contento suas obrigações domésticas.*⁴⁰⁹ [grifos meus]

Além disso, para comprovar que o acusado é sujeito de má índole, a sogra complementa dizendo que ele “é acostumado a passar noites jogando, isto sem avisar para a esposa; que, de início o elemento chegava até mesmo bater na esposa”⁴¹⁰. Outro ponto-chave

⁴⁰⁸ CDHIS. Processo 42, caixa 03. 1976.

⁴⁰⁹ CDHIS. Processo 89, caixa 05. 1980.

⁴¹⁰ Ibidem.

no testemunho da sogra é quando ela diz que, além dos vícios, o acusado “deixa faltar o necessário para a manutenção de seu lar”⁴¹¹. Como o papel do homem é de detentor da casa, bom pai, homem trabalhador, o perfil do acusado é traçado como sendo o oposto de tudo que a sociedade aceita, impõe e perpetua. Por isso, nesse processo, o acusado foi condenado a 10 anos e sete meses de prisão e cumpriu a pena exigida.

Nesses dois casos, os homens foram vistos como transgressores, adversos ao trabalho, o que, conseqüentemente, fazia com que eles não cumprissem o papel de provedores do lar; eles eram sujeitos com vícios – um de álcool e outro de jogos e álcool – e agressivos, além de ambos baterem em suas mulheres. Esses sujeitos eram os exemplos do que um “bom homem” não deveria ser ou fazer, e, por essa razão, a aplicação de pena era essencial nesses casos, pois era preciso punir, oprimir e acabar com os sujeitos transgressores da ordem e do progresso.

Entendemos, com esses casos passionais, que as penas atribuídas a cada um dos casos não se dão pela cor da pele, idade, estado civil ou profissão, essa seria uma tentativa ilusória de chegar a um acordo para a aplicação de pena, pois em cada caso há exemplos de absolvição e condenação.⁴¹² Apesar disso, encontramos algumas regularidades entre os casos que chamam a atenção por se repetirem. Percebemos que, assim como os crimes são julgados pelos sujeitos sociais, a aplicação da pena também é dada através do julgamento dos acusados e das testemunhas. Isso nos mostra que a absolvição ou a condenação será dada se o acusado se mostrar como um sujeito desviante e a vítima como uma pessoa exemplar ou se o acusado for um sujeito exemplar enquanto a vítima é um sujeito desviante.

Pela natureza dos crimes (entre casais) a apresentação de acusado e vítima fará sempre referência aos direitos e deveres inerentes ao casamento, mesmo não sendo casados os envolvidos no caso, e pela natureza da agressão (homicídio ou tentativa) se fará necessariamente referência aos direitos e deveres das pessoas umas em relação às outras, em sociedade. O que parece acontecer nos casos de absolvição ou de pena atenuada, é um reforço do modelo das relações entre o casal. Nos casos de condenação maior ocorrendo uma ênfase no modelo das relações entre as pessoas.⁴¹³

Sem grandes esforços, no processo de dona **Z.**, de lesão corporal, podemos encontrar no testemunho do réu, seu ex-marido, um discurso desmoralizante sobre a conduta da vítima. “A rigor, as palavras [do réu] possuem um eco no imaginário social que faz da mulher ofendida a responsável ou não pelo ato praticado [por ele].”⁴¹⁴ O discurso de **L.** já começa

⁴¹¹ CDHIS. Processo 89, caixa 05. 1980.

⁴¹² CORRÊA, 1983, p. 98.

⁴¹³ Ibidem, p. 104.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 45.

dizendo que ele e a vítima estão separados, e, por trabalhar o dia todo, a filha do casal ficou com a mãe. Quando consumaram a separação, **Z.** procurou emprego na cidade, “contrariando tudo o que havia dito por ocasião das discussões anteriores; que, a filha do casal, menor, sempre teve efetiva assistência dos pais, no lar, estando, agora, sob os cuidados de uma ‘babá’ de 12 (doze) anos de idade, ou, então, de uma tia de **Z.**”⁴¹⁵. O acusado ainda diz que sempre que vai buscar sua filha, já que a guarda é compartilhada, a mãe nunca está em casa e que ele já chegou a ficar com a filha até quase 20h da noite, com ela em estado febril, sem que a mãe chegasse.

Verdadeiras ou falsas, essas acusações lançam sobre os ombros da mulher o sentimento de culpa diante do abandono do lar, da filha pequena e carente de amor materno e do marido extenuado pelas longas horas de trabalho.⁴¹⁶ “Um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize.”⁴¹⁷ Em outros termos, esse poderoso discurso realizado contra a vítima levanta a questão de que deixar a filha aos cuidados de uma babá menor de idade ou de uma tia, que segundo ele, é “incapaz” de cuidar da criança, que sai de casa e não tem hora para voltar e procura emprego sendo que ele dá assistência financeira para essa criança e quer apenas que a sua ex-mulher cumpra o papel dela de ser mãe, fazem de **Z.** uma mulher passível de ser apontada como uma mulher fútil, que não se encaixa no padrão idealizado de mulher.

Os discursos dos advogados e juristas, da mesma forma, respaldavam-se e estruturavam-se na dicotomia honesta-prostituta: não havia espaço para meio-termo ou meias-palavras. Ou as pretensas ofendidas se comportavam como mulheres honestas e higienizadas dentro dos padrões estabelecidos (saindo pouco, e só o fazendo quando acompanhadas, [sendo mães e esposas dedicadas]), ou se caracterizariam como prostitutas.

A noção de mulher honesta associou-se intrinsecamente à noção de mãe ideal.⁴¹⁸

Nesse caso, o testemunho do réu, orientado pelo advogado, desmoralizando a vítima para culpá-la da lesão corporal que sofrerá, fez com que não tivesse julgamento. O réu conseguiu mostrar que a vítima é a antagonista da mulher higienizada e ainda conseguiu convencer, com seu discurso, de que ele era um bom pai, já que dava assistência financeira e queria apenas que a mãe fizesse o papel primordial dela, que era o de cuidar de sua filha em tempo integral.

⁴¹⁵ CDHIS. Processo 104, caixa 09. 1973.

⁴¹⁶ RAGO, 1997, p. 63.

⁴¹⁷ RAGO, loco citato.

⁴¹⁸ ESTEVES, 1989, p. 52.

Neste sentido o homem será valorizado frente ao seu desempenho no mundo do trabalho conjurando atributos como ser um bom empregado, honesto e dedicado, se for casado falará por si, seus deveres frente à família e o casamento que culminam no suprimento alimentar, ser um bom esposo, bom pai e essencialmente trabalhador. Ao que confere a mulher, quando casada, suas atribuições culminam na estruturação ser boa esposa, mãe e dona de casa em consonância com expressões de fidelidade e submissão, se for solteira, o que estará em pauta será seu comportamento sexual, virgem, regrada e pudica.⁴¹⁹

Por fim, percebemos com os crimes que, de fato, são os comportamentos dos sujeitos sociais que estão em julgamento. Era preciso se encaixar no padrão imposto e idealizado para conseguir uma pena favorável, pois, caso contrário, sua sentença estava assinada. Por isso, nos testemunhos tentava-se estabelecer um contraste entre o comportamento do acusado e o da vítima⁴²⁰, fazendo com que um saísse do tribunal como sendo o sujeito transgressor. Assim, a gradação da pena tem como referência a adequação da vítima ou do acusado não só aos estereótipos de comportamento sexual como aos padrões de comportamento social.⁴²¹

Ou seja, de que numa relação íntima entre um homem e uma mulher o homem deve ser o mais forte, o homem pode exercer uma dominação violenta sobre a mulher com quem vive. E de que a mulher sempre que se relaciona com um homem deve ser fiel a ele, cuidar de sua casa e de seus filhos, ser enfim uma figura passiva onde ele é uma figura ativa. E o comportamento social de ambos também será analisado a partir dos mesmos parâmetros, isto é, internamente hierarquizado: assim como o modelo da relação homem-mulher é o casamento, o homem trabalhador e a mulher honesta são modelos de atuação social.⁴²²

Apesar de procurarmos nos processos essas imagens idealizadas, não sabemos até que ponto elas são manipuladas ou se assemelham com a realidade.⁴²³ O discurso e a construção da imagem podem ser forjados pelos advogados e promotores assim como pelas testemunhas. No entanto, são os comportamentos dos sujeitos sociais que levam à absolvição ou à condenação do réu, e, por isso, são um ponto-chave para a nossa pesquisa. Com essa finalidade, vemos a seguir, a construção do comportamento feminino idealizado e do transgressor. Procuramos saber quem eram as mulheres vítimas e quem eram as mulheres merecedoras de atos violentos.

⁴¹⁹ ESTEVES, 1989, p. 39.

⁴²⁰ CORRÊA, 1983 p. 238.

⁴²¹ CORRÊA, loco citato.

⁴²² CORRÊA, loco citato.

⁴²³ CORRÊA, loco citato.

3.1.2 As vítimas femininas e seus comportamentos idealizados e transgressores pela ótica do aparato jurídico

No dia 24 de dezembro de 1973, cerca de 18 horas, na rua Chile, na cidade de Uberlândia, **J.R.** desferiu tiros contra a pessoa de **M.N.**, que não faleceu, mas ficou bastante ferida. O motivo para o crime foi porque o acusado descobriu que a mulher estaria noiva de outro homem.⁴²⁴ Segundo o vizinho da vítima, ele ouviu os disparos, foi verificar o que estava acontecendo e, chegando na casa, sdeparou-se com a **M.N.** no chão, com a cabeça sangrando, e viu o acusado sendo desarmado pelo noivo dela. Segundo seu testemunho, “a vítima sempre foi uma jovem correta, honesta e muito direita”⁴²⁵.

J.R. confessou o crime para os policiais e disse que estava enciumado, pois sua amada se casaria com outro. Em seu testemunho, o acusado ainda disse que estava andando pela rua da jovem quando a viu em sua casa; ela estava passando uma calça, e ele perguntou de quem era; ela respondeu que tinha ganhado do seu amado. Ao ouvir aquelas palavras, o acusado voltou para a casa e pegou a arma na gaveta de seu padraço – ele estava determinado a matá-la. O jovem ainda relatou que chegou à casa da vítima cantarolando os seguintes versos: “Eu bebo sim, estou vivendo, tem gente que não bebe, está morrendo”⁴²⁶; após dizer a última palavra, sacou a arma e apontou-a contra **M.N.**, desferindo um tiro em sua cabeça. Ele viu a jovem encostar o corpo na parede e pedir ajuda a sua mãe, dizendo que fora baleada; foi aí que ele deu mais um tiro na jovem.

Ao ver sua amada no chão, baleada, ele daria o próximo passo do seu plano: iria se suicidar com a mesma arma. Entretanto, nesse momento, chegou uma terceira pessoa, o noivo da **M.N.**, que desarmou o acusado e esperou a polícia chegar. Ainda em seu testemunho, **J.R.** confessa que no ano de 1970, em Goiatuba, ele disparou tiros no braço de um rapaz e, para escapar da justiça e da polícia goiana, ele veio para Minas Gerais. Além disso, o rapaz disse que gostava de beber e fumar, não ia à igreja e que não tinha patrão fixo, ora trabalhando para uma pessoa ora trabalhando para outra.⁴²⁷

Em seu próprio testemunho, analisamos justamente o perfil masculino que deveria ser evitado pelo homem. Sobre a mulher, o discurso construiu-se no positivo, na imagem

⁴²⁴ CDHIS. Processo 26, caixa 03.1973.

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ Ibidem.

idealizada da mulher recatada, de família, moça exemplar.⁴²⁸ Podemos observar esse discurso tanto no testemunho do vizinho quanto do acusado, quando ele diz que a moça estava em sua residência passando roupa, mostrando que ela estava resguardada no lar, em seus afazeres domésticos – digno de uma boa moça de família. Os termos desabonadores estavam ausentes, e a postura da moça se mostrava conivente com a esperada para uma moça solteira da época, como podemos inferir em outro testemunho, de **A.N.**, outro vizinho da família: “a vítima é uma excelente moça, muito trabalhadeira e cumpridora dos seus deveres”⁴²⁹,

Esses testemunhos reforçaram que a vítima era uma moça virtuosa, recatada e honrada. Em nenhum momento foi comprovado que a vítima foi namorada do acusado; pelo contrário, em testemunhos de seus familiares e em seu próprio, eles afirmam que ela nunca foi namorada do depoente. **M.N.** ainda tem a seu favor o próprio discurso do acusado, que, pego em flagrante e levado para a delegacia sem um advogado, acabou falando coisas a mais, sem saber que poderia se incriminar com isso. Fica claro que ele deu as características perfeitas para traçar o perfil dele e da vítima, mostrando que ele era um sujeito transgressor – tinha vícios, não tinha vínculo empregatício e não era devoto de religião – e que ela era uma moça séria, recatada, do lar e reservada, já que ficou claro que nunca houvera um envolvimento entre eles e que o acusado cometera a tentativa de homicídio por motivo torpe, ciúmes.

O ideal da moça solteira, bela, submissa, educada e obediente era pré-requisito para uma esposa parcimoniosa, da dona de casa submissa e da mãe dedicada. O que marcava esta metamorfose era o dia em que, envolta em um vestido branco e em uma igreja repleta de flores de laranjeira, a mulher era abençoada e assinava os papéis que a tornavam a rainha de um lar e a fiel esposa de um homem.⁴³⁰

Como já observamos nos outros capítulos, o exemplo de mulher é aquele de dona de casa, boa esposa e mãe. As mulheres têm apenas uma finalidade na vida: casarem-se. Por isso, as moças solteiras de boa família procuravam demonstrar através das suas ações o quanto elas eram boas nos lares – passando, cozinhando, limpando – e o quanto eram educadas e belas – sempre cuidando de si, da sua pele, cabelos, roupas –, a fim de conquistarem um homem e tornarem-se noivas.

Para essas moças, o trabalho era algo a ser feito pelos homens. Quando solteiras, elas trabalhavam dentro de casa, ajudando nos afazeres domésticos da sua mãe, e, quando encontravam um homem e se casavam, o trabalho doméstico continuava a fazer parte da sua

⁴²⁸ BORELLI, 1999, p. 46.

⁴²⁹ CDHIS. Processo 26, caixa 03.1973.

⁴³⁰ BORELLI, opere citato, p. 48.

realidade, mas agora eram as suas obrigações. “A sociedade delimita, através da divisão sexual de papéis, os lugares onde a mulher e o homem podem atuar.”⁴³¹

As funções relacionadas ao espaço doméstico passam a se inscrever na natureza feminina, servindo a legitimação da pretensa superioridade dos homens, visto que o espaço doméstico e as atividades aí desenvolvidas são desvalorizadas, dentre outras razões, porque não produzem mais-valia, ou seja, não possibilitam acumulação de capital.⁴³²

“Os perfis femininos criados nestes discursos tinham um destino muito claro: serem boas esposas e mães.”⁴³³ Dessa maneira, “as mulheres não deveriam circular e realizar atividades no mundo público”⁴³⁴, já que era um lugar de vícios, sujeitos desviantes e de tentações. O ambiente privado era o aconselhado para essas mulheres, a fim de preservarem-se sua doçura, feminilidade, meiguice e honra. O trabalho no ambiente público só era aceito em algumas circunstâncias.

O trabalho fora do lar acompanhava determinados momentos da vida da mulher: a mulher solteira poderia trabalhar, mas, quando se casasse, ela deveria deixar o trabalho, para dedicar-se às atividades de mãe e esposa, podendo voltar para o trabalho quando ficasse viúva, se fosse abandonada pelo marido ou se o deixasse.⁴³⁵ A mulher que trabalhava, mesmo depois de casada, deveria comprovar que não tinha como sobreviver ao lado do marido – ou porque esse era incapaz de sustentar a família sozinho ou porque tinha vícios e não arcava com o papel primordial do homem.

“O casamento/amasiamento deveria corresponder a retirada da mulher do mercado de trabalho e restringir suas atividades ao lar”⁴³⁶, mas “na impossibilidade de impedir as mulheres de trabalhar, era melhor garantir que exercessem atividades adequadas às do lar e que realçassem as habilidades desejadas na ‘boa esposa’”⁴³⁷. Nesse caso, era recomendável que as mulheres arrumassem trabalhos nos nichos que eram basicamente femininos: manicure, costureira, vendedora, balconista, atendente, professoras.

Entendemos, com isso, que a identidade social da mulher tinha como referência básica a esfera privada, ou seja, o lar, núcleo em que se concretizavam duas virtudes básicas: a

⁴³¹ SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?**. São Paulo: Cortez Editora, 1992, p. 63.

⁴³² SILVA, loco citato.

⁴³³ BORELLI, 1999, p. 82.

⁴³⁴ BORELLI, loco citato.

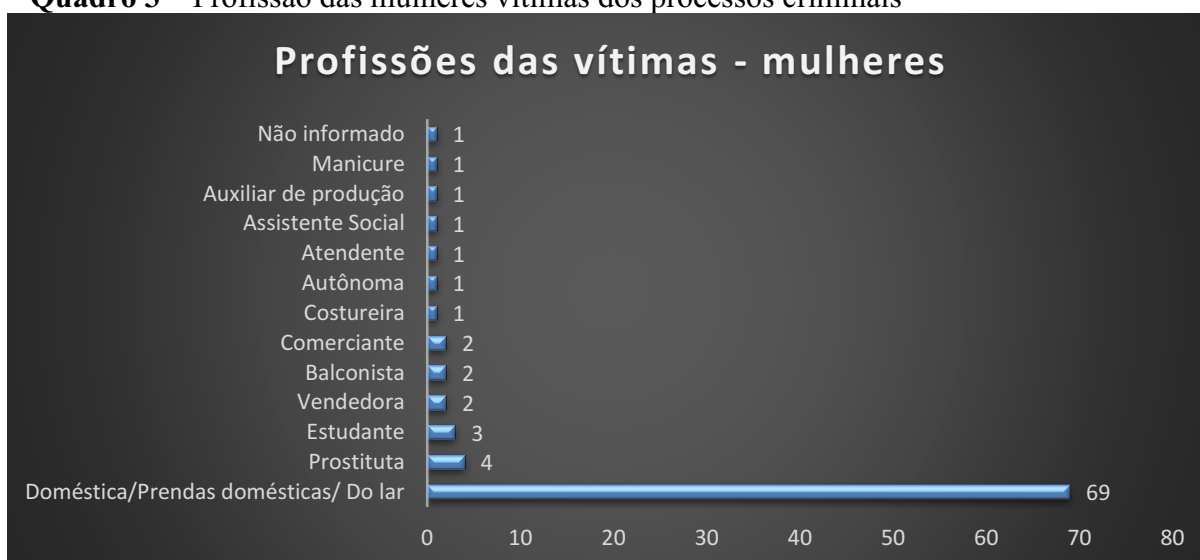
⁴³⁵ Ibidem, p. 83.

⁴³⁶ Ibidem, p. 85.

⁴³⁷ BORELLI, loco citato.

fidelidade ao marido e a predominância do instinto materno consubstanciado na preocupação e cuidado com os filhos.⁴³⁸ “A mulher, então, deve ser posta sob a proteção do homem, empenhando-se em cuidar do lar e dos filhos. O homem, ao contrário, caracterizava-se pelo vigor físico e pela força moral.”⁴³⁹ Em resumo, “a mulher fica reduzida ao seu papel de mãe e esposa enquanto o homem se dedica ao seu trabalho, à posse da mulher e à fiscalização do filho”⁴⁴⁰.

Quadro 3 – Profissão das mulheres vítimas dos processos criminais



Fonte: Elaborado pela autora.

Vemos, no Quadro 3, a confirmação dessa questão do espaço privado sendo majoritariamente feminino. Analisamos que, para os homens, os trabalhos manuais são os que mais aparecem nos processos criminais e, para as mulheres, os trabalhos domésticos são os que mais aparecem, sendo 69 casos em que as vítimas se intitulam como domésticas/do lar. Vale dizer que, em alguns casos, existem mais de uma vítima, e, por isso, a quantidade de vítimas são maioria em relação à quantidade de crimes analisados.

Retornando para a questão dos processos criminais, percebemos que as vítimas compraram algumas ideias que foram disseminadas pelas revistas *Manchete* e, principalmente, pela *Uberlândia Ilustrada*. Para as mulheres, era fundamental arrumar um pretendente e se casar, constituir uma família, ser uma boa mãe, esposa e dona de casa. Quando esse sonho começa a desmoronar e as mulheres começam a envelhecer, as

⁴³⁸ FAUSTO, Boris. **Crimes e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 127.

⁴³⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 3. ed. 2012, p. 178.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 178-179.

oportunidades ficam escassas. Um rosto belo, sem rugas e linhas de expressões, vale mais do que alguns anos de experiência. Por isso, as mulheres que não conseguiam, por algum motivo, casar-se, procuravam por homens que as aceitassem do jeito que eram. Todavia, essa alternativa, às vezes, custava caro.

No processo de tentativa de homicídio⁴⁴¹ do ano de 1977, uma mulher de codinome **R.S.**, de 45 anos, foi brutalmente machucada por seu amásio, **J.M.**, de 29 anos. Resolvemos colocar a idade de ambos aqui porque a diferença de 16 anos nos mostra que **R.S.** encontrou o “amor” com um rapaz mais novo, um jovem que poderia se casar com alguém mais nova ou até da sua idade, mas que resolveu se envolver com **R.S.**, uma mulher bem mais velha, que, por algum motivo, não tinha se casado nem tinha filhos.

Esse processo só foi aberto porque os vizinhos ouviram a discussão e chamaram a polícia. Quando a polícia chegou ao apartamento, a vítima estava desmaiada e foi levada para o hospital. O acusado bateu a cabeça de sua mulher na pia e, quando ela caiu no chão, agarrou um cano de ferro e desfechou golpes nela, que não aguentou e desmaiou. O motivo para tamanha atrocidade? O acusado estava bebendo no bar e fora para casa almoçar; quando chegou, a vítima disse que a mãe dele tinha ido ao apartamento e falou para ele visitá-la; o acusado, então, perguntou se sua mulher ia junto, e ela disse que não, porque tinha que arrumar a cozinha; ele ficou com ciúmes e falou que a vítima queria colocar outro homem dentro de casa enquanto ele estava fora, começando a brigar com ela.⁴⁴²

Em seu testemunho, a vítima **R.S.** argumenta que: “[...] apesar [de o acusado] ter ciúmes doentio da declarante, é trabalhador, cumpridor de suas obrigações e, a declarante o ama muito; que J. trabalha como pintor, sendo um bom profissional”⁴⁴³. Ela ainda complementa, dizendo: “[...] que J. quando bebe perde todo o juízo, contudo sempre faz a despesa de alimentação da declarante”. Sempre querendo argumentar a favor do acusado, como se ele tivesse justificativa para ter cometido o crime.

Contudo, seu testemunho não bate com o de outras duas testemunhas que afirmam: “[...] o réu não é trabalhador e vivia às custas da mulher”⁴⁴⁴. Esse trecho retirado do processo faz parte do testemunho de **A.**, dono do boteco em que a polícia encontrou o acusado. Nesse mesmo testemunho, há um trecho em que ele confirma que o acusado ficava bêbado algumas

⁴⁴¹ CDHIS. Processo 72, caixa 05. 1977.

⁴⁴² Ibidem.

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ Ibidem.

vezes em seu boteco. Outro testemunho que comprova o quanto o acusado é sujeito de má índole é de **T.**, ela confirma que: “[...] o réu sempre bate na vítima; que o réu não trabalha e vive às custas da vítima; que a depoente pode informar que o réu esfaqueou a vítima por duas vezes, antes de machucá-la; que a vítima é pessoa boa”⁴⁴⁵.

Percebemos que a mulher estava tentando limpar a imagem de seu amado, mas que, infelizmente, isso não iria acontecer, já que testemunhas afirmavam que o acusado não era um sujeito trabalhador como a vítima colocava, mas, pelo contrário, era ela quem o bancava – inclusive, seu vício. Tudo encaminhando para o julgamento, a vítima foi chamada de novo para depor e, mais uma vez, continuou defendendo o acusado:

o réu estava bêbado e eram duas horas da tarde quando a declarante lhe disse para que ele almoçasse; que a declarante já havia escondido as facas e o réu lançou mão de um pé de fórmica e sentou o porrete na cabeça da declarante; que começou a sair muito sangue e a medida que saía sangue o réu varria; que o réu não deu com a cabeça da declarante na pia; que por duas vezes deu facada nos braços da declarante; que o réu trabalha e ajudava também nas despesas da casa; que o réu só brigava com a declarante quando bebia; que o réu não bebia sempre; que o réu é boa pessoa.⁴⁴⁶

Podemos deduzir, desse modo, duas situações. Na primeira, a mulher estava com medo do seu amásio ir para a cadeia e ela ficar sozinha, afinal quem iria aceitá-la nessas condições? Com 45 anos, talvez sem uma beleza almejada, uma mulher que não era mais virgem, pura, recatada e jovem. Assim, poderia passar na cabeça dessa mulher que ela tinha que aguentar as agressões, que o homem a amava e só cometia atos violentos quando bebia, mas nem bebia sempre... Na segunda situação, essa mulher não queria prestar queixa contra seu amásio porque ele era um rapaz mais novo, viril e sexualmente ativo. Como a mulher também tem desejos sexuais, talvez essa mulher gostasse do relacionamento deles por conta do sexo e, conseqüentemente, aceitava as agressões porque ele a satisfazia. De qualquer modo, a vítima resolveu retirar a queixa que foi prestada, e no final não houve julgamento.

No contraponto com essas mulheres que idealizavam um casamento e um amor para a vida inteira, encontramos o caso do processo de lesão corporal, número 43 do ano de 1976. Trata-se do caso de **M.I.**, uma mulher sem medo de dizer o que pensava e sentia, sendo assim um exemplo de mulher transgressora. A vítima era casada há 12 anos com seu marido e, no dia 28 de junho de 1976, às 9 horas da manhã, foi até a delegacia da cidade prestar queixa contra ele.

⁴⁴⁵ CDHIS. Processo 72, caixa 05. 1977.

⁴⁴⁶ CDHIS. Processo 72, caixa 05. 1977.

Segundo o detetive que recebera a denúncia, a vítima “[...] estava em pedaços completamente irreconhecível e dizia que todos os seus ferimentos foram provenientes do espancamento que sofrera de seu marido”⁴⁴⁷. O detetive, que emitiu um mandato de busca e prendeu o homem em flagrante, ainda complementa, dizendo “[...] que realmente o estado da vítima é de fazer muita revolta, uma vez que seus olhos estavam desaparecidos e o sangue jorrava de sua narina e boca; que a vítima foi encaminhada para o hospital da HPS, onde ficou internada”⁴⁴⁸.

Ao ser interrogada, a vítima contou que sempre fora espancada pelo seu marido, que ele, no começo do casamento, era viciado em bebida alcoólica e que durante 11 meses ele chegou bêbado em casa.⁴⁴⁹ Assim como a bebedeira, as brigas eram frequentes, e a depoente sempre apanhava, mas de uns anos para cá, cansada de sofrimento, ela começou a flertar com um rapaz que passava no portão da sua casa, e um dia seu marido viu. Uma vez ela foi questionada por ele, que queria saber quem era o elemento e o que eles estavam conversando, o que gerou uma discussão. A vítima já não aguentava mais tantas brigas e desavenças e resolveu contar para seu marido que ela estava “gostando” de outro rapaz. Diante das circunstâncias, o marido ficou furioso, mas manteve um diálogo calmo e sem aumentar a voz.⁴⁵⁰

No outro dia de manhã, o acusado viu o homem que a mulher estava gostando e teve um ataque de ciúmes. Ele começou a falar que a vítima estava trocando-o por um homem mais feio. O ciúme foi aumentando e ele estava cada vez mais exaltado, foi aí que começou a xingar a vítima. Esse diálogo estava ocorrendo no quarto do casal, e o que a vítima menos esperava começou a acontecer. O acusado começou a agredi-la com socos e pontapés e, em seguida, arrastou-a pela casa até chegar no terreiro do lado de fora. Nesse momento, o filho do casal de oito anos disse: “papai eu não vou gostar mais do senhor não porque o senhor está batendo em minha mãe”⁴⁵¹. O marido, enfurecido com o que o filho acabara de dizer, largou sua mulher, que fugiu para o mato, e foi bater em seu filho, mas esse fugiu para a casa da vizinha.

Apesar de a mulher se encontrar desfigurada e irreconhecível, ela demonstrou ser uma mulher adúltera e péssima mãe. Ela apanhou porque estava de cortejos com outro homem, fez

⁴⁴⁷ CDHIS. Processo 43, caixa 03. 1976.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ Ibidem.

⁴⁵¹ Ibidem.

questão de relatar para seu marido que estava gostando de outro, deixou seu filho sozinho e resolveu correr para o mato enquanto a criança foi correndo para a casa da vizinha para não apanhar. Em nenhum momento ela protegeu seu filho de uma possível agressão. Isso mostra que ela não cumpriu com suas “obrigações femininas”, que vai além do lar e do marido. Há também uma obrigação com seus filhos, deixar a sua prole sob seus cuidados.⁴⁵² O ser mãe vai além da maternidade, é também educar, cuidar, amar e proteger. **M.N.** se mostrou o oposto do idealizado, e “a insubordinação das mulheres diante de suas responsabilidades trazia sempre consequências desastrosas”⁴⁵³. No caso de **M.N.**, essa desqualificação fez com que a pena do acusado fosse de três meses de reclusão, mas não consta nos autos se ele a cumpriu.

Fica evidente, através dos testemunhos, o discurso criado para indicar como as mulheres deveriam se comportar, como ser uma boa esposa e mãe, criando um “ideal” em que todas as mulheres deveriam espelhar-se.⁴⁵⁴ “Apontando para um outro elemento crucial: a fidelidade conjugal.”⁴⁵⁵ A infidelidade feminina atingia diretamente a honra do marido.⁴⁵⁶ Por isso, havia o desejo de confinar a sexualidade feminina dentro dos limites do casamento oficial e monogâmico, exigindo sempre a fidelidade das mulheres casadas, já que esta estava diretamente “ligada à ideia de que a honra masculina deveria ser garantida por um elemento externo ao homem: o corpo e o comportamento da mulher”⁴⁵⁷.

A força desta noção pode ser percebida pelas relações que o comportamento feminino considerado inadequado gerava. O marido traído tentava vingar a sua honra manchada com sangue; o pai desonrado pela gravidez de uma filha solteira, o filho da viúva desvirtuada, o irmão da moça desvirginada, procuravam vingança procedendo da mesma maneira. A mulher tinha seu comportamento policiado pelos homens de seu círculo familiar, pois era sobre ela que pesava a responsabilidade pela honra de toda a família.⁴⁵⁸

Neste sentido, percebemos que a mulher ideal é aquela submissa a seu marido, que o apoia, respeita e, sobretudo, é fiel. Ela deve ser uma boa mãe, que cuida de seus filhos com amor e devoção, uma boa dona de casa e uma boa esposa. Ao menor deslize, essa mulher idealizada poderia ser castigada pelo seu marido ou por homens de sua família. Corrigir o erro

⁴⁵² BORELLI, 1999, p. 51.

⁴⁵³ Ibidem, p. 54.

⁴⁵⁴ BORELLI, loco citato.

⁴⁵⁵ BORELLI, loco citato.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 56.

⁴⁵⁷ BORELLI, opere citato, p. 57.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 66.

era crucial para que a honra de seu marido não fosse perdida, assim como a honra da família não fosse manchada.

Um exemplo do que queremos dizer pode ser encontrado nos processos criminais. “A violência física dos acusados é regularmente referida pelas testemunhas e da mesma maneira deixada de lado por uma discussão de motivos alheios a ela ou às condições que a produzem.”⁴⁵⁹ Vemos em vários processos as testemunhas dizendo que o acusado já agrediu/agredia a vítima e às vezes até a vítima confirmando essa questão. Em alguns casos, observamos que as mulheres conseguiram sair com vida, mas em outros, infelizmente isso não aconteceu.

No processo criminal de homicídio número 154 de 1975, o acusado **W.P.** matou sua amante com um tiro no peito. O pai da vítima conta em seu testemunho que:

D.N.C. era casada, mas vivia separada de seu marido, tendo D. morado com o elemento de nome W.P.S. que também é casado por aproximadamente dois meses; que, W. era um elemento muito ruim para com D., pois sempre brigava com esta, chegando mesmo a agredi-la fisicamente.⁴⁶⁰

Além do testemunho do pai, vemos o testemunho da mãe da vítima que também informou que “em data que a depoente não se recorda, W. agrediu D., quando tentou matá-la, enforcando-a com as mãos”⁴⁶¹. Infelizmente, esse processo criminal foi um dos que acabaram em morte.

A violência cotidiana tinha um lado “pedagógico”. Os maridos “ensinavam” para as suas esposas a manter distância de outros homens, a serem honradas e respeitadas, submissas e recatadas.⁴⁶² “O exercício da violência masculina visava colocar a mulher dentro dos limites da feminilidade adequada e reforçava para o homem seu espaço de ação, e também, o enquadrava no perfil de masculinidade ideal.”⁴⁶³

Portanto, a violência era um ato “considerado corretivo e visava manter a moral social vigente e garantir a manutenção da célula familiar”⁴⁶⁴. A reação masculina era considerada adequada quando o homem era atingido no que o definia como um “bom marido”: a

⁴⁵⁹ CORRÊA, 1983, p. 238.

⁴⁶⁰ CDHIS. Processo 154, caixa 14. 1975.

⁴⁶¹ Ibidem.

⁴⁶² BORELLI, 1999, p. 68.

⁴⁶³ Ibidem, p. 68-69.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 69.

infidelidade da sua esposa ou a desmoralização da sua honra.⁴⁶⁵ Nessa lógica, o adultério levaria um homem que, normalmente, era descrito como um bom cidadão e marido ao crime.⁴⁶⁶ “Este ato, portanto, era fruto da inadequação feminina à vida conjugal e não um ato de ‘desvario’ masculino; pois ele continuava um indivíduo adequado.”⁴⁶⁷

Observamos, assim, que a sociedade buscava enquadrar homens e mulheres em um perfil idealizado e aceito, e, quando isso não acontecia, a violência era um recurso utilizado para “endireitar” os sujeitos desviantes. No caso das mulheres, era preciso coibir aquelas que desafiavam o padrão do casamento oficializado e monogâmico.⁴⁶⁸ “As mulheres que não eram mais virgens quando solteiras ou que não eram fiéis quando casadas, sofriam com uma série de preconceitos pois eram julgadas por sua inadequação ao papel de mãe e de esposa.”⁴⁶⁹

Um elemento que pôde-se rastrear nos crimes em estudo era o fato de que as referências às mulheres eram feitas por sua adequação ao mundo íntimo; os julgamentos de valor para estas mulheres eram: ‘esposa trabalhadora’, diligente, honesta, ‘respeitável progenitora’, adjetivos que realçavam o perfil de mulher adequada ao lar e ao cuidado com os filhos.⁴⁷⁰

Entretanto, existiam mulheres que fugiam desse padrão idealizado e aceito, mulheres que não eram mais virgens, não eram fiéis, trabalhavam fora do lar, abandonavam os maridos e que dispunham de vícios – como cigarro e álcool.⁴⁷¹ Esse rompimento com o comportamento feminino idealizado representava “rebeldia” feminina e colocava em xeque os perfis de mulheres “obedientes e adequadas”⁴⁷².

Como vimos, o crime passional “era uma maneira de regular o controle das mulheres sobre seus corpos e suas atitudes”⁴⁷³. Entretanto, quando isso não acontecia e as mulheres vistas como desviantes eram as mesmas que cometiam os crimes, como elas eram julgadas? Será que elas eram absolvidas assim como os homens, ou, em sua maioria, eram vistas apenas como transgressoras da moral e dos bons costumes? Pensando nisso, resolvemos ampliar a questão de violência em que apenas os homens eram acusados e apenas as mulheres eram vítimas. Queremos ver o outro lado da moeda, afinal nem toda mulher é vítima da situação e

⁴⁶⁵ BORELLI, 1999, p. 69.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 70.

⁴⁶⁷ BORELLI, loco citato.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 72.

⁴⁶⁹ BORELLI, loco citato.

⁴⁷⁰ BORELLI, loco citato.

⁴⁷¹ BORELLI, loco citato.

⁴⁷² Ibidem, p. 72-73.

⁴⁷³ Ibidem, p. 73.

nem toda mulher é idealizada. Existem as transgressoras, as desordeiras e as foras da Lei, assim como os homens.

3.1.3 Mulheres transgressoras: de vítimas às acusadas

Uma análise de seus comportamentos e dos crimes cometidos

Dos 89 casos analisados nessa pesquisa, encontramos 17 casos em que as mulheres são acusadas de lesões corporais. Ao olharmos para esses casos, o que nos chama a atenção é o fato de que as mulheres – diferente dos homens – realizavam os crimes, em sua maioria, contra outras mulheres, por motivo de ciúmes ou por fofocarem da vida da acusada para outras pessoas. Apenas em dois casos as mulheres agrediram seus companheiros, um sendo o amásio da mulher e o outro um ex-amásio.

Nos casos em que as mulheres são as acusadas, elas contam uma história semelhante, uma história de abuso verbal com suas vítimas que acaba em violência física. Essas mulheres relatam que as vítimas ficavam insinuando coisas a respeito delas, desmoralizando seu caráter, honra, seu casamento ou qualquer tipo de relacionamento amoroso que ela tinha e ridicularizando seus filhos. Já nos casos em que as vítimas são homens, as mulheres os agrediram por motivo torpe – ciúmes – ou também por abuso verbal que resultou em violência física – como é o caso da acusada com seu ex-amásio

Quadro 4 – Relação com a vítima nos casos femininos



Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos nesse quadro que, dos 17 casos analisados, seis acusadas não tinham relação com a vítima. Entre esses seis casos, dois aconteceram porque houve um desentendimento entre a vítima e a ré que acabou em agressão, um aconteceu porque a vítima destruiu o caminhão de um dos acusados (eram três acusados, sendo um homem e duas mulheres), um caso em que um militar estava bêbado em uma casa de prostituição e foi agredido pela proprietária do estabelecimento, um em que a acusada agrediu uma mulher que fazia “mexericos” sobre a sua vida e um caso em que a acusada agrediu a vítima por motivos passionais e ciúmes.

Existem dois casos em que as mulheres agrediram seus vizinhos com a justificativa de que estes haviam agredido seus filhos primeiro. Há apenas um caso de legítima defesa, no qual a acusada foi agredida em casa por uma mulher e revidou, mas nesse não consta a relação das duas. Há duas brigas de familiares, sendo que, em um caso, a vítima era a cunhada da acusada e, no outro, a vítima era mãe da cunhada. Houve, ainda, um caso em que a acusada, atual do seu companheiro, desentendeu-se com a ex-mulher dele, um caso em que a acusada agrediu a amásia de seu amante, dois casos aconteceram por ciúmes, e as mulheres acusadas agrediram as vítimas que eram amantes de seus maridos, um caso em que a acusada agrediu seu amásio por ter ciúmes dele e um caso em que a mulher disparou tiros contra seu ex-amásio.

Uma semelhança que podemos ver em relação às vítimas dos processos criminais é que assim como elas, as acusadas, em sua maioria, “são apresentadas como tendo uma experiência basicamente doméstica”⁴⁷⁴. Essa palavra, escolhida para ser colocada ao lado da “profissão”, em alguns casos se referem ao trabalho como empregada doméstica e mais, frequentemente, a “prendas domésticas” (usada algumas vezes, mas que parece ter caído ao desuso).⁴⁷⁵

⁴⁷⁴ CORRÊA, 1983, p. 243.

⁴⁷⁵ CORRÊA, loco citato.

Quadro 5 – Profissão das mulheres acusadas de lesões corporais

Fonte: Elaborado pela autora.

Vemos nesse quadro que as profissões das acusadas são escassas, não correspondendo a uma grande variedade de profissões, como encontramos nos casos das vítimas mulheres. No gráfico das acusadas, elas são, em sua maioria, domésticas e apenas quatro mulheres têm outras profissões, sendo duas consideradas profissões femininas – costureira e bordadeira –, uma como emprego moderno, sendo funcionária de uma fábrica – funcionária da *Daiwa* –, e uma sendo totalmente transgressora dos comportamentos femininos – proprietária de prostíbulo. Isso nos retoma a ideia de que as mulheres, acusadas de lesões corporais, são mulheres do ambiente público.

Nesse sentido, observamos que as armas utilizadas contra as vítimas eram armas de uso doméstico – como faca de cozinha, ferro de passar, tesoura, rodo de puxar água, vassoura –, objetos que elas encontraram por perto no momento da fúria – pedaço de ferro, pau – e, em alguns casos, as vítimas utilizaram do próprio corpo para agredirem as vítimas – socos e pontapés. Em apenas um caso, foi utilizada arma de fogo, que foi contra o ex-amásio. Esses detalhes sugerem a fixação da mulher no ambiente privado, apresentando-as como “domésticas”⁴⁷⁶.

“Apesar de apresentadas como ‘domésticas’, a maioria das mulheres contam, em certas passagens do processo, dos trabalhos remunerados que executam.”⁴⁷⁷ A acusada **M.A.** é um desses exemplos: ela é descrita como sendo “doméstica” no processo criminal, mas relata

⁴⁷⁶ CORRÊA, 1983, p. 244.

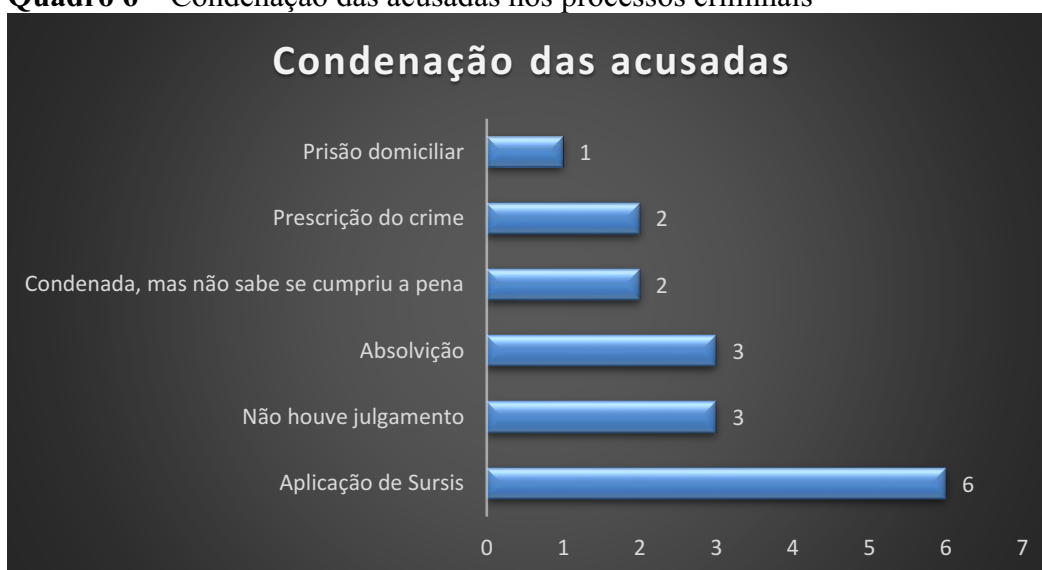
⁴⁷⁷ CORRÊA, loco citato.

em seu testemunho que é proprietária de uma casa de “mulheres mundanas”, ou seja, um prostíbulo.⁴⁷⁸ Isso acontece porque a prostituição (assim como dona de prostíbulo) não era vista como trabalho, e, por isso, na hora de escrever as características para traçar o perfil da acusada/vítima, o escrivão podia colocar doméstica no lugar da profissão. **I.G.**, do processo de lesão corporal, também é um exemplo disso, pois ela é descrita como “doméstica”, mas em seu testemunho ela afirma que faz ponto em uma casa de tolerância, ou seja, era prostituta.

Ademais, as mulheres acusadas de lesões corporais são aquelas que deixam os sentimentos aflorarem, que sentem demais e expressam demais, são mulheres que não têm uma racionalidade evidente e cometem os crimes por motivos fúteis, principalmente, por conta de ciúmes e desentendimentos com as vítimas. Trata-se de mulheres vistas, desse ponto, como transgressoras, uma vez que as mulheres de boa família, moças exemplares, não demonstram os sentimentos, sabendo lidar com as emoções e guardando-as para si.

Em suma, diferente dos casos masculinos, a maioria das mulheres acusadas vão sofrer represália por conta de seus atos desviantes e condutas inadequadas. Dos 17 casos que encontramos, em seis analisamos que houve julgamento, mas que teve a aplicação de *sursis*. A condenação para elas não tem um peso de passar anos na cadeia, elas precisam apenas de uma “lição”, “aprenderem” que o que fizeram é errado e por isso estão recebendo uma pena punitiva, mas reduzida, como se fosse uma forma de “endireitar” essas mulheres desviantes.

Quadro 6 – Condenação das acusadas nos processos criminais



Fonte: Elaborado pela autora.

⁴⁷⁸ CDHIS. Processo 53, caixa 07. 1971.

Analisamos que nos casos femininos a aplicação da pena não passa de dois anos de prisão, com possibilidade de *sursis*. Em apenas um caso, a mulher cumpriu um ano e dois meses de prisão, mas foi a prisão domiciliar. A absolvição e a prescrição também aconteceram, porque nos casos das mulheres os jurados entenderam que não havia prova suficiente para incriminar a acusada, mostrando que fora apenas uma briga por motivo torpe – provavelmente ciúmes – e liberando as partes. Quando não houve julgamento, é porque os casos femininos não eram ricos em detalhes, faltavam provas, argumentos e testemunhas, o que fazia com que os processos fossem arquivados ou deixados de lado.

Outro ponto que podemos analisar é que, de 17 casos, em nove, as mulheres foram condenadas (mesmo que em dois não saibamos se cumpriram pena), o que nos mostra que, nesses casos femininos, era mais fácil julgá-las como culpadas, já que era mais fácil apontar uma mulher como sendo transgressora. Ao menor traço de desvio de comportamento, já havia razão para dizer que essas mulheres não eram boas mães e esposas. A quebra de normas tem um peso maior para as mulheres.

A declarante faz ponto na casa de tolerância na Travessa Vitor Melaço, 47 e ontem aproximadamente 14:30 horas a declarante desentendeu-se com D.B. e acabou empurrando-a e esta caiu sobre o meio-fio machucando-se; que D. muito nervosa disse para a declarante que ela tinha lhe ‘tomado o seu homem’ e ficou muito alterada; que a declarante disse que não havia ‘tomado homem algum’ da referida mulher; que em determinado ponto D. disse para a declarante que deveria levar suas filhas para terem a mesma profissão da declarante, ou seja ‘puta’; que foi neste momento em que a declarante deu-lhe um empurrão atirando-a ao meio fio.⁴⁷⁹

A imagem delineada dessas mulheres acusadas era, na maioria das vezes, uma imagem negativa, principalmente das prostitutas e daquelas que não conseguiam ter e/ou manter uma relação monogâmica de casamento/amasiamento, sendo em sua essência mulheres desviantes.⁴⁸⁰ Por isso, era preciso punir, oprimir e civilizar esses corpos transgressores, para dar exemplo à sociedade de que essas qualidades negativas geravam consequências. **M.A.** é outro exemplo de mulher desviante e de vida livre. Em sua declaração, ela relata que:

É proprietária de uma casa de mulheres mundanas no endereço supra; que a declarante tem um amante que se chama A.J., com quem a declarante convive há oito meses; que, a declarante tem muito ciúmes de seu amante A.; que sempre discutem; que, vigia muito seu amante A., mas de vez enquanto, A. frequenta outras casas de mulheres; que, ontem a declarante após a saída de A., que dizia ir cortar o cabelo, a declarante mandou que

⁴⁷⁹ CDHIS. Processo 23, caixa 02. 1974.

⁴⁸⁰ BORELLI, 1999, p. 95.

duas mulheres que residem em sua casa seguissem A. para ver onde êle ia; que, as mulheres de nome M.A.J. e S.D. seguiram A. e viram quando este entrou em uma casa de mulheres perto do posto Araguari; que, S. telefonou para a declarante e apanhou uma faquinha sua, e dirigio para o local; que, lá chegando encontrou ainda A. à porta da casa de tolerância; que, ato contínuo avançou contra A., aplicando-lhe vários golpes com a faca, em plena crise de desespero, oriundo do ciúme por seu amante.⁴⁸¹

Outro caso em que vemos esses sujeitos desviantes é no processo número 65 de 1972. No próprio inquérito policial, já começam dizendo que “a vida pregressa dos denunciados é das piores, como esclarece a informação de fls. 28, que os da como maus vizinhos, ‘briguentos e futriqueiros’, enquanto a vítima tem excelente conceito”⁴⁸². De acordo com o processo, foi feita uma sindicância para saber sobre a vida pregressa dos acusados **N.O.** e **J.R.** bem como da vítima **J.O.**, e foi descoberto que:

N.O. e seu esposo vivem constantemente em discussões com os seus vizinhos, por causa de suas crianças.

O sr. R.R., residente na Av. Mauá nº 325, informou-me pela mesma forma; sendo que a sra. M.P., residente na Av. Mauá nº 337, disse-me que a dita pessoa vive procurando briguinhas e futricando vidas de vizinhos, tanto ela quanto o seu esposo. Também a sra. M.P. residente na Av. Mauá nº 337, disse-me que já foi vítima de agressão praticada por N., chegando a entrar em luta corporal.

Quanto a informações sobre J.O. e J.O.F. [pai e filho], os mesmos informantes disseram-me que nada sabem que venha desabonar a conduta dos mesmos, sendo estes excelentes vizinhos.⁴⁸³

N.O. foi uma das acusadas que teve a maior pena aplicada nos processos analisados – perdendo apenas para a mulher que foi condenada a 2 anos, mas que não consta no processo se cumpriu. Para justificativa da pena, o juiz declarou que a mulher entrou em defesa do marido com uma arma num momento em que os ânimos já estavam “serenados”, já que seu marido e a vítima não estavam em uma luta corporal.⁴⁸⁴ A participação de **N.** não se fazia necessária e foi autônoma, e, por isso, ela deveria responder pelo que fez – foi constatado que a acusada desferiu um golpe de faca na vítima.⁴⁸⁵ O juiz ainda descreve que:

Atendendo os antecedentes de N., que pelos informes das testemunhas de defesa são bons (muito embora venha em contrário as sindicâncias policiais); à sua personalidade, temperamental; à intensidade do dolo e as conseqüências do crime, das mais funestas bastando dizer que a vítima deu

⁴⁸¹ CDHIS. Processo 53, caixa 07. 1971.

⁴⁸² CDHIS. Processo 65, caixa 05. 1972.

⁴⁸³ Ibidem.

⁴⁸⁴ Ibidem.

⁴⁸⁵ Ibidem.

entrada no hospital em estado de choque, resultante de facada e não pedrada, fixo a pena base em um ano e dois meses de reclusão.⁴⁸⁶

A defesa tenta diminuir a culpabilidade da mulher e dos seus antecedentes com testemunhas que declarem a seu favor, mostrando que a vítima entrou na briga para defender seu filho e marido, mostrando ser uma mulher responsável e preocupada com seus familiares. Entretanto, nesse caso, os testemunhos dados através da sindicância policial foram os de maior peso. A acusada, dona N., foi julgada e condenada por seus atos, uma vez que sua personalidade temperamental fez com que ela entrasse em uma briga que não se fazia necessária a interferência de ninguém. Como forma punitiva, a acusada cumpriu prisão domiciliar.

Percebemos, nesses casos, que as mulheres acusadas são, em sua maioria, intituladas como sendo antagônicas às normas sociais. Em suas acusações, são traçados os perfis das mulheres criminosas como sendo o oposto de mulheres recatadas, domésticas, boas mães e esposas. Os advogados, ao decorrer do processo, tentam mostrar que as mulheres criminosas são desviantes em alguns aspectos, o que custa sua inocência frente ao júri uberlandense. Dessa maneira, encontramos uma semelhança com os casos masculinos. O que estava em julgamento eram, na verdade, os comportamentos dos sujeitos sociais. Provar sua inocência seria provar ser um sujeito adepto à ordem e progresso da cidade, mostrando ter comportamentos adequados e idealizados.

A ênfase na apresentação da mulher é colocada em seu comportamento privado, doméstico, que se reflete no âmbito público. Sob o atributo geral de fidelidade, não só ao companheiro, mas a sua identidade social como esposa e mãe vão aparecer os adjetivos honesta, digna, respeitável, etc. e as atitudes a eles correspondentes: não saia de casa sozinha, era trabalhadeira (no contexto doméstico, no sentido de dedicação ao lar e aos filhos), etc.⁴⁸⁷

Esses traços, como sabemos, “não serão inquiridos diretamente pelos julgadores, mas serão pesquisados pelos advogados e promotores que vão decidir quais são as provas relevantes para que o quadro apresentado seja aceito como completo”⁴⁸⁸.

Nesse sentido, percebemos que, nos casos femininos, os promotores tentavam manipular a imagem dessas mulheres acusadas como sendo domésticas, esposas dedicadas e mães exemplares, e os advogados tentavam manipular a imagem delas como sendo mulheres desviantes, transgressoras da moral e dos bons costumes, mulheres de vida fácil, solteiras,

⁴⁸⁶ CDHIS. Processo 65, caixa 05. 1972.

⁴⁸⁷ CORRÊA, 1983, p. 292.

⁴⁸⁸ CORRÊA, loco citato.

sendo péssimas mães e esposas adúlteras. Contudo, vemos que essa manipulação de imagem muitas vezes não dava certo, porque os testemunhos de outras pessoas comprovavam um outro lado da história, mostrando que as mulheres ora eram desviantes das normas exigidas e aceitas, ora eram adeptas das normas exigidas. Às vezes até o testemunho da própria vítima a faz cair em contradição, mostrando que o teatro ensaiado não saía como combinado em alguns casos.

Percebemos que, para a cidade de Uberlândia, ao pequeno sinal de desvio comportamental, as mulheres já eram intituladas como transgressoras. A cidade, que está crescendo e desenvolvendo-se ao longo desses anos estudados, continua com uma mentalidade fechada e patriarcal, o que faz com que o peso do julgamento feminino seja muito maior que o julgamento masculino. Uma mulher que não se encaixa no padrão de boa mãe, esposa exemplar e do ambiente privado já é considerada desviante da mulher idealizada. O peso das suas atitudes é maior e os julgamentos são mais pesados para essas mulheres.

Por fim, entendemos que as mulheres acusadas eram mulheres de classes mais baixas, que precisavam trabalhar para colocar sustento dentro de casa, a maioria solteira, amasiada ou amante, o que reforça a ideia de que não existia um homem protetor do lar. Além do mais, elas eram mulheres temperamentais, que exageram na hora da raiva e descontam nas vítimas suas emoções, características que não são bem-vindas para representarem uma mulher honrada e idealizada para a época. Assim sendo, essas mulheres eram julgadas como culpadas pelos crimes cometidos, e as condenações eram uma forma de punição pelo comportamento desviante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, no desenrolar deste trabalho, analisar os comportamentos sociais através dos processos criminais de lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio dos anos de 1970-1980. Contudo, antes de entrarmos de fato para o exame dos processos, fizemos uma análise dos comportamentos femininos idealizados pela revista nacional *Revista Manchete* e a revista local *Uberlândia Ilustrada* nos anos de 1950 a 1980. Procuramos, com isso, mostrar como as imagens femininas eram idealizadas e disseminadas por esses meios de comunicação, para depois entrarmos para os processos e os sujeitos “reais”.

Por meio das revistas, observamos como as mulheres deveriam ser: femininas, delicadas, doces, meigas, bem afeiçãoadas, donas de casas, boas esposas e mães. Analisamos que, para uma mulher ter respeito e ser considerada honesta, o primordial era que ela fosse mãe e esposa. Uma mulher casada e com filhos tinha a sua preocupação no cuidado com as crianças, com a casa e com seu marido. Seus deveres e obrigações estavam presentes no ambiente privado, que era livre de sujeitos desviantes, vícios e procrastinação. A mulher idealizada era observada pelo seu comportamento doméstico. Já as qualidades defendidas para o homem eram: bom pai, esposo, detentor da casa, homem trabalhador. Era o homem quem deveria trabalhar, sustentar a casa, a mulher e os filhos; era direito do dele frequentar o ambiente público, já que o homem por sua própria natureza já é mais agressivo, forte, racional, qualidades que o faziam ser apto para um ambiente mais perigoso. Desse modo, conseguimos fazer uma associação com a imagem apresentada de mulheres e homens idealizados pelas revistas com as mulheres e homens dos processos criminais.

Percebemos que a cidade de Uberlândia, apesar de se mostrar moderna e progressista aos olhos da imprensa, reforçava hábitos e comportamentos diferentes. É evidente que Uberlândia estava se modernizando, levantando prédios, arrumando o centro da cidade, modernizando casas, as ruas e fazendo planejamento para a cidade, mas fica bem claro que a modernidade só se dava nessas partes. A mentalidade uberlandense continuava presa a um certo ideal: mulheres são feitas para casar e ter filhos, e os homens para casar e cuidar da sua família.

Observamos, na revista nacional, uma abertura para as mulheres trabalharem fora de casa, visto que há matérias que amparavam as mulheres a se vestirem, se comportarem e com a criação de cosméticos para ajudarem-nas no dia a dia, como os produtos *Toni*, que ajudam

nos penteados das mulheres. Entretanto, quando analisamos a revista local, deparamo-nos com um número de matérias reduzido para o público feminino. Não existem dicas para as mulheres se arrumarem para o trabalho, e as matérias são apresentadas em formas de poemas de amor e fotos com homenagens.

Percebemos, com isso, que não existia uma preocupação em dizer para as mulheres como elas deveriam se comportar fora do ambiente privado, até porque, nessas revistas, o que aparece são dicas de beleza e dicas para o casamento, ou seja, matérias reduzindo as mulheres às funções de esposas e mães. Isso nos mostra que, apesar da modernização, das novas oportunidades de empregos e dos novos locais frequentados por mulheres no território nacional, a cidade uberlandense continuava mostrando para as mulheres que a “nova mulher” era aquela que frequentava o espaço privado, cuidava de seus filhos e marido, mas com o auxílio de produtos modernos e sofisticados: os eletrodomésticos eram os novos aliados da mulher moderna.

Nesse sentido, observamos que os discursos apresentados pelas revistas se encontram com os discursos dos processos criminais. Observamos, nos processos, que alguns elementos valorativos, como “bom trabalhador”, “bom pai”, “boa mãe”, “boa esposa” e “bom marido”, demonstravam ter mais relevância para o desfecho do processo (a sentença) do que o crime propriamente dito. Isso nos mostra que, para os crimes de violência de gênero, se o acusado tivesse bons antecedentes e boa conduta perante a sociedade, a sentença poderia ser amenizada e até revertida ao *sursis*. De fato, o que estava em julgamento era o comportamento dos sujeitos sociais e, só então, o crime. É como se o comportamento fosse a justificativa para ter ocorrido o crime. Por isso, assim como os acusados precisavam mostrar que eram sujeitos honestos e idealizados, as vítimas também precisavam mostrar que não eram merecedoras de tais crimes.

Por conseguinte, os casos analisados, em que os homens matavam suas companheiras, em sua maioria, eram denominados como casos passionais. Esses casos, construídos juridicamente, manipulavam a imagem do acusado, mostrando que esse era um bom homem, bom marido, trabalhador e que cometera o crime por ter visto a sua honra manchada pela mulher amada. Os homens passionais cometiam os crimes tomados pela emoção do momento e, por essa razão, não demonstravam ser um perigo para sociedade.

Assim, na construção do homem passional, existia também a construção da mulher infiel. Para que o crime fosse aceito, advogados e promotores criavam uma verdadeira

manipulação de personagens, por meio da qual um tinha que desmoralizar o outro. Se os homens acusados eram vistos como bons maridos, trabalhadores, homens apaixonados pela mulher amada, a mulher deveria ser apresentada como uma mulher adúltera, que abnegava de seu instinto materno e que era péssima esposa.

Para a construção dessas imagens, eram necessários testemunhos que comprovassem essas versões, e, por isso, os sujeitos precisavam manter a boa imagem perante a sociedade, não deixando escapar seus instintos selvagens e desviantes, uma vez que, ao menor deslize, isso poderia causar a sua condenação. Nesse sentido, os promotores precisavam mostrar, por intermédio de outras pessoas, que a vítima era uma mulher honrada e respeitada, tirando essa imagem de mulher infiel, péssima esposa e mãe. Era preciso mostrar que elas deixavam na orfandade crianças necessitadas de amor materno, que eram ótimas mães e esposas, que cuidavam da casa, mulheres trabalhadoras, domésticas, empregando, portanto, características que eram socialmente aceitas.

Outro elemento muito recorrente nos casos dos crimes passionais é a questão da honra perdida. Nos casos que envolviam – ou tinham a suspeita – o adultério feminino, o derramamento de sangue era encarado como a única maneira de redimir os atos “inadequados” da mulher e de trazer de volta a honra perdida do homem.⁴⁸⁹ Essa é uma ideia muito forte, mas aceita por algumas pessoas: “a de que a honra de um homem podia ser manchada pelos atos de uma mulher que cometia adultério e que, somente com a sua morte – ou seja, com o seu sangue – a honra de seu marido podia ser redimida”⁴⁹⁰.

Vale dizer, ainda, que o homem que cometia um crime para limpar a sua honra não era visto como um sujeito desviante, mas continuava sendo um bom marido e rapaz trabalhador; desviante era a mulher que fora infiel a seu marido e que ocasionara o crime. Se a mulher não fosse uma pessoa transgressora da moral e dos bons costumes, nada daquilo teria acontecido.

Nos casos dos crimes cometidos por mulheres, eram utilizados argumentos de que as vítimas estavam difamando a sua imagem e desonrando a sua família, e, por esse motivo, o ato fora cometido, para defender a sua imagem e a segurança de seus filhos. Dessa forma, a acusada tinha que se mostrar como “boa esposa”, “boa mãe” e “doméstica” assim como as vítimas dos crimes passionais.

⁴⁸⁹ BORELLI, 1999, p. 168.

⁴⁹⁰ BORELLI, loco citato.

No entanto, observamos que essas mulheres acusadas de lesões corporais, em sua maioria, foram vistas como sujeitos desviantes e transgressores. Elas se denominavam como “domésticas”, mas em seus testemunhos assumiam que a sua renda vinha de outras fontes, como a prostituição. E, como sabemos, mulheres de vida livre não eram aceitas e bem vistas na sociedade. Dessa maneira, nos casos femininos, observamos uma maior condenação das réis e sentenças com aplicações de sursis.

Assim, notamos que o desfecho do processo criminal se dava com sentenças de punições para esses sujeitos desviantes. As mulheres, diferente dos homens, não recebiam sentenças altas, com mais de dois anos, mas penas mais brandas, até porque seus crimes eram de lesão corporal, não sendo encontrado nenhum crime de tentativa de homicídio e homicídio, por parte delas. Além disso, as penas eram como um castigo por conta do comportamento inadequado – é como se o aparato jurídico estivesse querendo “endireitar” essas mulheres transgressoras.

Outra diferença com os casos masculinos é que as mulheres utilizavam-se de armas que encontravam no ambiente doméstico – facas de cozinha, tesoura, vassoura, ferro de passar – ou perto delas no momento do crime – galhos de árvore, pedra – e apenas em um caso foi utilizado arma de fogo. Deduzimos, portanto, que as mulheres não premeditavam os crimes; elas entravam em uma discussão e na hora da raiva pegavam objetos que estavam a seu alcance e atingiam as vítimas. Ademais, essas mulheres demonstravam, com isso, que agiam sempre com a emoção, mostrando que eram “descontroladas” e loucas. Uma mulher respeitada, de boa família, não levantaria a voz para outra pessoa, pois elas eram ensinadas (principalmente pelas revistas) a guardarem seus sentimentos, a não brigarem com seus maridos e a controlarem as emoções.

Nessa perspectiva, inferimos que, nos casos masculinos, era muito mais fácil provar que os acusados eram sujeitos honestos, bons trabalhadores e honrados, mostrando que os crimes só foram cometidos sob uma justificativa: a de restaurar a sua honra. Vale ressaltar que não queremos dizer com isso que não existem os crimes em que os acusados não foram julgados e condenados por seus atos violentos. Estamos apenas dizendo que, nos casos masculinos, era mais fácil provar seu comportamento adequado e idealizado a fim de legitimar o crime.

Nos casos femininos, em que elas são as acusadas, é mais difícil mostrar que elas eram mulheres honradas. Ao menor deslize de comportamento, essa mulher já poderia ser vista

como uma mulher transgressora, não importando se ela era boa mãe e esposa, se a sua profissão era a de prostituta ou dona de prostíbulo, a sua imagem ficaria manchada perante os jurados e juízes. Se a mulher fosse uma boa dona de casa, mãe dedicada e boa esposa, mas fosse uma mulher briguenta, de emoções afloradas (como no processo número 65 do ano de 1972), ela poderia ser vista como uma mulher desviante e ser responsabilizada por seus atos.

No caso das mulheres, no entanto, a possibilidade de manipulação dessa imagem parece ser maior, talvez porque sejam mais numerosos os sinais de alteridade que ela carrega [...]. Nesse sentido, é esta possibilidade de manipulação da imagem da mulher que parece ser o elemento crucial também nos julgamentos dos homens.⁴⁹¹

Por fim, entendemos que o aparato jurídico “não julga o crime propriamente dito, mas o ajustamento dos envolvidos a um roteiro de bom comportamento, segundo o seu sexo”⁴⁹². A defesa, para inocentar o réu, usava de todos os argumentos para desmoralizar a vítima, demonstrando que ela não desempenhava adequadamente o papel que a ela fora instituído.⁴⁹³ Isso mostra que “não é a coação física, o atentado a um direito básico do cidadão que está sendo julgado, e sim, o ajustamento da mulher e das famílias a determinada moral sexual e concepção de bons costumes”⁴⁹⁴.

O fenômeno da violência contra a mulher é naturalizado, ora colocando-se a justificativa na agressividade inerente à condição masculina e ou no desejo viril incondicionado, ora na natureza perigosa e atraente da mulher ou no seu comportamento provocador e desencadeador de atitudes hostis.⁴⁹⁵

À vista de todo o exposto, podemos concluir que se esmiuçava o passado da vítima e do acusado, avaliavam-se suas atitudes, para depois se julgarem os crimes, mostrando que o foco, na análise, estava nos sujeitos, mais do que no ato violento. Por isso, para o julgamento ficar a favor da vítima, esta precisava demonstrar que era uma boa moça, honesta, feminina, dedicada, doméstica, moça de família, boa mãe e esposa. Caso contrário, o julgamento estava a favor do acusado.

⁴⁹¹ CORRÊA, 1983, p. 298.

⁴⁹² ARDAILLON; DEBERT, 1987, p. 93.

⁴⁹³ ARDAILLON; DEBERT, loco citato.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 91

⁴⁹⁵ SILVA, 1992, p. 79.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1970: A década da industrialização. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 1 jan. 1970. p. 1-6

AUTORIZADO funcionamento da Faculdade de Medicina. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 9/10 fev. 1968. p. 1-6

BORGES, D. T. B.; DAVI, E. H. D.; FERREIRA, E. S.; RODRIGUES, J. F. S. (Org.). **Repensando as relações de gênero nos processos crimes em Uberlândia 1970-1980**. Projeto CDHIS. 136 p., 2006.

CAIU índice de crime na cidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 17 mar. 1963. p. 2-6

CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha. **Código de Posturas, Estatuto e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha**, 1903. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

CDHIS. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia. **Homicídios, tentativa de homicídio e lesão corporal (1970-1980)**.

_____. Processo 65, caixa 07. 1970.

_____. Processo 50, caixa 06. 1971.

_____. Processo 53, caixa 07. 1971.

_____. Processo 65, caixa 05. 1972.

_____. Processo 45, caixa 05. 1973.

_____. Processo 104, caixa 09. 1973.

_____. Processo 23, caixa 02. 1974.

_____. Processo 139, caixa 13. 1975.

_____. Processo 154, caixa 14. 1975.

_____. Processo 42, caixa 03. 1976.

_____. Processo 43, caixa 03. 1976.

_____. Processo 72, caixa 05. 1977.

_____. Processo 79, caixa 04. 1980.

_____. Processo 89, caixa 05. 1980.

_____. Processo 94, caixa 05. 1980.

COM vistas ao enérgico delegado regional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 30 abr. 1941. p. 2-4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830470&Pesq=mulheres%20desviantes&pagfis=94>>. Acesso em: 09 de ago. de 2020.

DONA de casa está ficando assim ante o custo de vida atual. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 5/6 abr. 1975. p. 1-6

GOVERNO Municipal. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 de abr. de 1942. p. 5-6 <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830470&pasta=ano%20195&pesq=va-dios&pagfis=393>> Acesso em: 09 ago. 2020.

MACHADO, Maria Clara Tomaz; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminho das pedras: inventário temático de fontes documentais: Uberlândia 1900/1980**. Uberlândia, EDUFU, 2007.

MARGINAIS Agem (quase) livremente em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 6 jan. 1959. p. 1-6

PRECISA-SE: Operadora de máquinas RUF com noções de contabilidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 10 jan. 1975. p. 5-6

Revista Uberlândia Ilustrada, n. 18, mar. 1955.

_____, n. 22, set. 1957.

_____, n. 23, jan. 1958.

_____, n. 24, jun. 1958.

_____, n. 25, set. 1959.

Revista Manchete, n. 27, 25 out. de 1952.

_____, n. 105, 24 abr. 1954.

_____, n. 108, 15 maio 1954.

_____, n. 117, 17 jul. 1954.

_____, n. 121, 14 ago. 1954.

_____, n. 128, 2 out. 1954.

_____, n. 131, 23 out. 1954.

_____, n. 145, 1 jan. 1955.

_____, n. 157, 23 abr. 1955.

RIBEIRO, M. Contrastes. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 11 de maio de 1952. p. 3-6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830470&PagFis=6165&Pesq=pobrez a>> Acesso em: 9 ago. 2020.

UBERLÂNDIA sempre em ritmo crescente. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 31 out. 1975. p. 1-6

UBERLÂNDIA terá faculdades. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 1 jan. 1960. p. 1-6

WALITA propaganda. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia. 18 abril 1963. p. 4-6.

Livros, teses e dissertações

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita. **Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BORELLI, Andrea. **Matei por amor!:** as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp /Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. 2000.

CARNEIRO. Deivy Ferreira. **Uma justiça que seduz?:** ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941). 1. ed. Jundiaí (SP): Paco, 2019. 368 p.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 3. ed. 2012.

COELHO, César Castro e. **Violência de gênero: um estudo de processos criminais de estupro em Uberlândia. 1940/1960**. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crimes e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERREIRA, Gustavo Henrique de Almeida. Formação pretérita da produção da informação midiática de Uberlândia-MG. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 172-185, 2016.

FREITAS, Luciana Fernandes de. **Conflito de gênero: processos crimes de lesões corporais, Uberlândia-MG no período de 1940 a 1980.** 2007. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S.A. 1978.

KLANOVICZ, Luciana Rosar. **Vontades sobre corpos: homens e mulheres na revista O Cruzeiro (1946-1955).** Curitiba: CRV, 2017. 156p.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961.** 2004. 401 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. Uberlândia Ilustrada, 1935 a 1961: a revista e seu editor. **Revista História & Perspectiva**, Uberlândia, v. 36-37, p. 209-246, 2007.

LIMA, Soene Ozana de. **Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia-MG 1950-1988.** 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

LOPES, Lara. **“Eva e o cigarro”:** representações de mulheres modernas nas páginas da revista Ilustração Brasileira (1935-1944). 2011. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho.** Bauru, SP: EDUSC. 2002.

OLIVEIRA, Cláudia. A iconografia do moderno: a representação da vida urbana. IBIDEM, Cláudia de Oliveira. In: OLIVEIRA, Cláudia de, VELLOSO, Mônica Pimenta e LINS, Vera. **O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **"Que tenhas teu corpo":** uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002. 329p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PIRES, Monique Vidal. **Mulheres em profusão: imagens das mulheres na propaganda impressa brasileira (1957 a 1997).** 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro a mulher no imaginário social.** “Lugar de mulher é na história”. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RESENDE, Jacione Aparecida Cabral. **A construção de padrões de beleza: a revista O Cruzeiro na década de 1950.** 2008. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional: Minas Gerais, 1888-1928.** 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SERPA, Leoní. **Modernidade, mulher e imprensa: A revista *O Cruzeiro* no Brasil de 1928-1945.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. 279 p.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões especiais e criação cultural na Primeira República.** 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?.** São Paulo: Cortez Editora, 1992.

SILVA, Poliana Moreira. **Movimento higienista: construção da figura feminina.** 2017. 35 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOBRINHO, Vicente Batista de Moura; FILHO, Geraldo Inácio. **Educação e modernização social em Uberlândia-MG: a fala da imprensa acerca da massificação do ensino (1940-1960).** Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0217.pdf>>. Acesso em: 23 de jul. de 2020.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1820-1920.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Cassiana Redwitz de. **O homicídio passional.** Curitiba, 2006.

SUTIL, Séfora Semíramis. **Os sentidos da honra: virtudes femininas no universo masculino da região de Formiga/MG (1820-1870).** 2020. 227 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, Minas Gerais, 2020.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: A invenção das mulheres nas revistas “femininas”. **História: Questões e Debates**, n. 34. Curitiba: UFPR, 2001.

Sites

ARAÚJO, Denise Castilhos de; LEDUR, Cíntia; SCHEMES, Cláudia. **Corpo feminino: do anonimato à super exposição, anúncios publicitários do Jornal NH.** 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Corpo%20feminino.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2020

DIANA, Daniela. Deusa Vênus. **Toda Matéria**, 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/deusa-venus/>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

Edição Brasil: EFE. ONU Mulheres debate aumento de feminicídios no Brasil em Fórum Virtual da Efe. **UOL**, São Paulo, 25 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/05/25/onu-mulheres-debate-aumento-de-femicidios-no-brasil-em-forum-virtual-da-efe.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 14 ago. 2020.

GUSTAFSON, Jessica. Brasil caminha para liderar ranking mundial da violência contra mulher. **UOL**, São Paulo, 17 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65247/brasil-caminha-para-liderar-ranking-mundial-da-violencia-contra-mulher>> Acesso em 14 ago. 2020.

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. **Site da Fazenda – SEF/MG.** Disponível em: <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms/>> Acesso em: 25 jul. 2020.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do; BEZERRA, Tânia Serra Azul Machado. **TRABALHO MANUAL VERSUS TRABALHO INTELECTUAL: DUALIDADE E HISTORICIDADE NA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR.** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID4967_25082015083326.pdf> Acesso em: 20 fev. 2020

PRIETO, Élisson Cesar. **Universidade Federal de Uberlândia:** recortes de uma história. ADUFU – Seção Sindical do ANDES, 2009. Disponível em: <http://adufu.org.br/post/artigos-opinio/universidade_federal_de_uberlandia__recortes_de_uma_historia__/> Acesso em: 23 jul. 2020.

Seis mulheres morrem a cada hora em todo o mundo vítimas de feminicídio por conhecidos, diz ONU. **G1**, São Paulo, 26 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/26/seis-mulheres-morrem-a-cada-hora-vitimas-de-femicidio-por-conhecidos-em-todo-o-mundo-diz-onu.ghtml>> Acesso em: 14 ago. 2020.

Sursis. **DireitoNet**, 2009. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/291/Sursis>> Acesso em: 12 ago. 2020.